



Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA
Departamento de Serviço Social



Monografia

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: RECONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DO
MERCADO**

DÉBORA CRISTINA FERREIRA BRAGA

MARIANA, MG

2021

DÉBORA CRISTINA FERREIRA BRAGA

**SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO: RECONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DO
MERCADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Àrea de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Professor Dr. Roberto Coelho do Carmo

MARIANA, MG

2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

B813s Braga, Debora Cristina Ferreira .
Serviço social e trabalho [manuscrito]: reconfigurações do estado e do mercado. / Debora Cristina Ferreira Braga. - 2021.
120 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Estado. 2. Neoliberalismo. 3. Serviço social. 4. Trabalho. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Débora Cristina Ferreira Braga

Serviço Social e trabalho: reconfigurações do estado e do mercado

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 12 de abril de 2021

Membros da banca

Doutor Roberto Coelho do Carmo - Orientador(a) - (UFOP)
Doutora Mariana Costa Carvalho - (UFV)
Doutor Alexandre Aranha Arbia - (UFJV)

Roberto Coelho do Carmo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 26/04/2021



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 26/04/2021, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0163538** e o código CRC **8CBEE812**.

AGRADECIMENTOS

A minha família, por todo apoio, companheirismo, incentivo, e por estarem comigo em toda parte do caminho, sendo eles felizes ou difíceis;

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo, pela paciência, dedicação, disponibilidade, por todas as críticas, sugestões, pelo seu admirável conhecimento e experiência acadêmica e por aceitar orientar meu trabalho;

Aos membros avaliadores Prof. Dr. Alexandre Aranha Arbia e Prof^a. Dra. Mariana Costa Carvalho, por toparem participar da minha banca examinadora, possibilitando um momento de troca e aprendizado;

Às professoras e assistentes sociais, Rafaela Fernandes, Carina de Souza e Késia Tosta, por serem fonte de inspiração e mostrarem tanta dedicação e amor em suas aulas e conversas;

A minha Supervisora de Campo, Alessandra Godoy dos Santos, pela construção de incríveis discussões, pela partilha de momentos e aprendizados e pela fundamental contribuição ao meu amadurecimento acadêmico;

Um agradecimento especial a minha amiga, Letícia Mara, pelo incentivo e força nos momentos em que pensei não ser possível continuar;

Aos meus colegas de turma, por tornarem meu trajeto pelo curso de Serviço Social muito mais leve, pela partilha de conhecimentos, aprendizados e incríveis debates.

A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.

Karl Marx

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é uma pesquisa bibliográfica, que tem por objetivo apresentar uma breve análise sobre a gênese do Serviço Social, sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e sua intrínseca relação com o Estado. Também será abordado a precarização das relações e das condições de trabalho do assistente social, como fruto das mudanças ocorridas no mundo do trabalho após a reestruturação produtiva iniciada a partir da década de 1970. O resultado desse trabalho revela que o exercício profissional é duramente impactado pela lógica do mercado explícita nas transformações dos serviços sociais, das condições de trabalho e das demandas sociais. As modificações estruturais do capital ecoaram tanto numa expansão do mercado de trabalho profissional quanto na sua precarização, como por exemplo: aumento da terceirização, uberização, fragmentação, desregulamentação dos vínculos, baixos salários, rotatividade, adoecimento dos profissionais, entre outros.

Palavras-chave: Serviço Social; Trabalho; Estado; Precarização; Neoliberalismo.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course, is a bibliographic research, which aims to present a brief analysis on the genesis of Social Work, its insertion in the social and technical division of work and its intrinsic relationship with the State. It will also be addressed the precariousness of the relationships and working conditions of the social worker, as a result of the changes that occurred in the world of work after the productive restructuring that began in the 1970s. market logic explicit in the transformation of social services, working conditions and social demands. The structural changes in capital echoed both in an expansion of the professional labor market and in its precariousness, such as: increased outsourcing, uberization, fragmentation, deregulation of bonds, low wages, turnover, illness of professionals, among others.

Key words: Social Work; Job; State; Precariousness; Neoliberalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO REGULACIONISTA - 1930/1970	12
1.1 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO.....	12
1.2 ESTADO REGULACIONISTA E SERVIÇO SOCIAL	20
1.3 INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL.....	29
CAPÍTULO 2 - NOVAS DETERMINAÇÕES PARA O MUNDO DO TRABALHO E NAS FUNÇÕES DO ESTADO	42
2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	44
2.2 ESTADO E SUAS NOVAS DETERMINAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE	54
CAPÍTULO 3 - OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	69
3.1 MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL	71
3.2 PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFISSIONAL	87
3.3 LIMITES E POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso surgiu a partir de uma ansiedade pessoal de me ver cada vez mais perto do mercado de trabalho do Serviço Social, e sentir a necessidade de pesquisar sobre o tema para melhor entender as possibilidades e os limites da atuação profissional em tempos de intensificação do trabalho. Portanto, após minha inserção no campo de estágio e ouvir diversas histórias de professores, durante toda a graduação, sobre a precarização, me debruçar sobre o tema foi o caminho que decidi seguir para compreender a atuação dos profissionais com o avanço do neoliberalismo e do afastamento do Estado no campo social.

Assim, essa monografia versa sobre a precarização do trabalho do assistente social pós-reestruturação produtiva, em tempo de intensificação. O tumultuado processo de mudanças no mercado de trabalho e nas relações de trabalho, fundamentado nas contemporâneas formas de organização da produção, provocou um imenso impacto nas condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores - inclusive dos profissionais do Serviço Social.

Segundo Alves (2007, p. 115) “a precarização não apenas desvela uma condição ontológica da força de trabalho como mercadoria, mas explicita novos modos de alienação/estranhamento e fetichismo da mercadoria no mundo social do capital”. Ou seja, pensar na precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais, vinculados a sua condição de assalariamento, é pensar, também, nos fundamentos do trabalho na tradição marxista e suas “implicações para a profissão advindas da crise do capital e de suas formas de enfrentamento, tais como a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, que determinaram as redefinições no âmbito do Estado e das políticas sociais no contexto da sociedade brasileira” (GOIS, 2020, p.19).

Nesse sentido, entende-se a profissão como uma especialização do trabalho que se modifica concomitantemente com as alterações pertencentes ao próprio modo de produção capitalista, este trabalho contará com três capítulos que vão perpassar desde a emergência da profissão, até os impactos que a mesma sofreu com a ofensiva neoliberal a partir da década de 1970 e que repercute até a atualidade.

O primeiro capítulo, “Serviço Social, instrumentalidade e sua relação com o Estado regulacionista - 1930/1970” abordará a emergência do Serviço Social, em um contexto de eclosão do capitalismo monopolista, partindo da concepção de que a profissão é resultado de

um processo histórico e político-econômico, onde a questão social deixa de ser caso de polícia e passa a ser caso de política¹, sendo também atendidas por organizações e grupos do âmbito privado. Nesse sentido, busca-se realizar a crítica à visão endógena da profissão - que a compreende como especialização da filantropia - para entender a gênese da profissão, Serviço Social nas relações sociais de (re) produção. Procura-se assim, evidenciar as características mais gerais da ideologia e seus determinantes desta na sociedade capitalista, localizando e analisando a profissão a partir de sua inserção na divisão social e técnica do trabalho - o serviço social como trabalho.

Após entender a gênese e a necessidade social da profissão, é preciso tratar com mais afinco a relação entre Serviço Social e Estado, uma vez que o objeto de trabalho da profissão, a questão social, é reconhecido pelo Estado, sendo este, o Estado, hoje, o maior empregador de assistentes sociais. Especialmente na política de assistência. Desta forma, será analisado o conceito de Estado e seu papel no modo de produção capitalista até meados da década de 1970, onde o mesmo desempenhava um papel regulador e fomentava um pacto entre Estado, Trabalho e Capital. Ademais, será feita uma análise da instrumentalidade do Serviço Social, suas condições de trabalho e suas dimensões - teórico metodológico e técnico operativo.

Já no segundo capítulo, “Reestruturação produtiva: novas determinações no mundo do trabalho e nas funções do Estado” serão discutidas a crise do Capital na década de 1970 que surgiu com o esgotamento do modelo fordista. Com este esgotamento em curso, o mundo do trabalho inicia um sistema de mudanças, uma reestruturação produtiva capitalista, que será identificado neste capítulo como um processo de precarização do trabalho. Esse capítulo consiste em apresentar como se deu a nova forma de organização da produção - conhecida como acumulação flexível - e por que ela se identifica com a precarização. Busca-se então demonstrar também, o que é a precarização do trabalho, seus impactos e reverberações na cultura, economia e trabalho. Sendo também, apontado como o Estado se readapta para a manutenção dessa ordem.

No terceiro e último capítulo, intitulado “Os impactos da reestruturação produtiva no trabalho do assistente social”, serão discutidos os impactos que a transformação do mundo do trabalho trouxe para a condição de vida e trabalho dos assistentes sociais. Ao fim, será feita uma breve análise dos limites e das possibilidades profissionais neste processo de intensificação.

¹ Vale ressaltar, que apesar da questão social ter passado a ser atendida de forma sistemática pelo Estado, não há um rompimento definitivo da força policial como forma de repressão. A pobreza é, ainda hoje, criminalizada.

CAPÍTULO 1 - SERVIÇO SOCIAL, INSTRUMENTALIDADE E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO REGULACIONISTA - 1930/1970

O atual quadro sócio-histórico brasileiro, assim como toda sua história, não é somente um pano de fundo onde se pode tratar o trabalho profissional do assistente social. Ele perpassa e configura todo o exercício profissional de modo a afetar suas relações e condições de trabalho, bem como as condições de vida do profissional e de toda a população.

Partindo da premissa de que o Serviço Social é uma especialização do trabalho que acompanha e se altera de acordo com o processo contínuo de mudanças inerentes ao próprio modo de produção capitalista, nada mais correto que adentrar na história da profissão para se compreender os impactos que a mesma teve com a reestruturação produtiva de 1980 e poder pensar o agir profissional até os dias de hoje.

Deste modo, neste capítulo será tratada a emergência do Serviço Social, sua relação com o Estado regulacionista e sua instrumentalidade, entendendo a profissão como resultado de um processo histórico, social, cultural e político-econômico e sua relação com o Estado neste processo.

1.1 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO

O Serviço Social, desde sua criação, ampliou e continua ampliando seus espaços ocupacionais para todos os lugares onde a questão social² desencadeia repercussões - seja no âmbito da família, do trabalho, da saúde, da educação, dos idosos, da infância e da juventude, das questões ambientais, das questões de gêneros e etnias, dos direitos, entre outras dezenas de formas de violação de direitos. Todos esses espaços demandam do profissional o desenvolvimento de projetos e ações que vão além da mera execução das políticas sociais e do que a instituição empregadora estabelece.

O reconhecimento da profissão como parte da classe trabalhadora e todo seu processo de transformação a partir da década de 1960 foi o elemento essencial para a desvinculação da profissão das doutrinas, que até então, eram base do seu pensar e do seu agir profissional. Foi essa essencial mudança na profissão que a permitiu crescer e hoje ocupar todos esses espaços citados acima.

² Durante todo esse trabalho, questão social será apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade IAMAMOTO (2011).

Mas, para entender todo esse percurso e também entender o que a profissão se tornou hoje, frente a todas as mudanças na organização do trabalho, é preciso adentrar na sua emergência e fazer uma análise mais profunda da profissão.

Posto isto, para fins deste trabalho monográfico serão elencados três pressupostos, dentro dos vários apresentados por Iamamoto (2000) e Almeida (1996), a fim de se conseguir fazer uma análise do Serviço Social.

Os pressupostos são: 1) rompimento com uma visão endógena, sustentando as análises profissionais a partir do significado sócio-histórico da profissão; 2) análise do Serviço Social como trabalho, e seu agente profissional como trabalhador que aliena sua força de trabalho em troca de um salário; e 3) as contribuições da Teoria Marxista nas análises de processos de trabalho.

Para o *“rompimento da visão endógena e focalista, que se limita no interior do Serviço Social”*, o que vale é apresentar a profissão para além de sua função executora de práticas burocráticas e rotineiras. O profissional é um sujeito capaz de propor, intervir e negociar, estendendo seus horizontes para um movimento de classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade, compreendendo o Serviço/ Social na história da sociedade como parte e expressão (Iamamoto, 2000).

A emergência da profissão no Brasil, tal como sua institucionalização, se deu a partir da década de 1930 em um contexto de grandes mobilizações por parte da classe trabalhadora e adensamento da questão social, que exigiu um posicionamento do Estado, das classes dominantes e da Igreja. Para Iamamoto (2011), às condições sócio-históricas que permitiram a emergência da profissão são resultados de dois processos: o primeiro é a transição do capital concorrencial para o capital monopolista, que acarreta num redimensionamento do Estado, que altera sua intervenção estrutural e funcionalmente, para que suas funções políticas estejam vinculadas às suas funções econômicas – um Estado regulador. Neste contexto, o Estado ao mesmo tempo em que recorria à repressão policial como forma de sufocamento dos movimentos sociais - até hoje em curso -, montava um primitivo aparato assistencial aos trabalhadores, como forma de controlá-lo; o segundo processo decorre da atuação da Igreja Católica, após a proclamação da república³ - através da Ação Católica Brasileira⁴. A igreja

³ Para aprofundamento sobre a Proclamação da República e a perda da centralidade da Igreja Católica, ver Celso Castro (2000).

⁴ Importante dizer que a ação católica brasileira foi ampliada e continua em curso até os dias de hoje Ver mais em “Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites”, Prof. Dr. Pe. Ney de Souza (2006).

atuava por meio das Santas Casas de Misericórdias com a chamada “Ação Social⁵”, com o objetivo de recristianizar a classe trabalhadora.

As atividades da caridade tradicional ganham uma nova conformação e certo caráter organizativo, contando com famílias da burguesia paulista e carioca, que passam a contar com o aporte do Estado, o que possibilita realizar obras sociais mais abrangentes. Podemos destacar o surgimento de duas instituições assistenciais: em 1920, no Rio de Janeiro, a Associação das Senhoras Brasileiras e, no ano de 1923, a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo. Essas instituições surgem dentro do movimento de reação católica e visam atender algumas demandas oriundas do processo de desenvolvimento capitalista. Essas ações podem ser consideradas como o embrião do Serviço Social brasileiro (SILVA; SILVA; JUNIOR, 2016, p. 4).

Como resultado desta organização surge o Centro de Estudos e Ação Social - CEAS -, sendo esta a principal protoforma do Serviço Social. O CEAS, como afirmam os autores Silva; Silva; Junior (2016), é uma instituição que visava disciplinar a força de trabalho por meio da filantropia, com o intuito de controlar as insatisfações populares. Consequentemente, começam a ser desenvolvidos cursos de capacitação, com a finalidade de difundir a doutrina social da Igreja, que resultou na criação do primeiro curso de Serviço Social em 1936, em São Paulo -vinculado à Igreja - e 1937 no Rio de Janeiro - vinculado ao setor público.

Percebe-se assim que a atuação do assistente social brasileiro nasce a partir de uma perspectiva muito mais doutrinária do que científica. Desta maneira, em sua fase inicial, o Serviço Social apresentou posições moralizadoras frente às expressões da questão social através de um viés de formação social moral e intelectual das famílias.

Apesar da gênese da profissão ser firmada na filantropia desenvolvida pela Igreja Católica, a mesma passa a ser reconhecida e é institucionalizada pelo Estado. Neste cenário a questão social começa a ser reconhecida e tratada dentro do âmbito das lutas de classes, sendo compreendida dentro das relações do capital/trabalho. Frente a isso, o Estado passa a desenvolver uma série de respostas às expressões da questão social, construindo uma arquitetura política das políticas sociais, que começa a tomar corpo através das leis trabalhistas, sindicais, previdenciárias e assistenciais.

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no ‘mundo temporal’, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre

⁵ Ação Social foram as ações desenvolvidas pela igreja, após a perda de poder advinda com a proclamação da república. Neste contexto a Igreja começa a desenvolver ações com o objetivo de recuperar sua influência perante a sociedade, dentre elas estavam a criação da confederação das mulheres católicas e intensificação dos movimentos desenvolvidos pelas casas de misericórdia. Ver Iamamoto e Carvalho (2011).

Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2011, p. 18).

(...) Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum em resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizaram para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da sociedade civil (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 156).

Isto posto, o surgimento da profissão e sua legitimidade social faz parte de uma estratégia utilizada no enfrentamento dessas expressões e a profissionalização do Serviço Social se dá nas mediações de conflitos e tensões, tanto no âmbito institucional quanto no âmbito da assistência e das políticas sobre as quais trabalha.

A hegemonia eclesiástica acompanhou a profissão desde o seu surgimento e só começou a ser modificada a partir da década de 1960, com as primeiras manifestações acerca da necessidade de reconceituar a profissão. O movimento de Reconceituação⁶, surgido na América Latina, tornou-se um marco decisivo de revisão crítica do Serviço Social, uma vez que provocava um questionamento acerca do papel dos assistentes sociais.

Com o Golpe Militar⁷ de 1964, uma efervescência de movimentos sociais começa a surgir juntamente com as profundas alterações na sociedade, o que faz com que o Serviço Social se depare com novas demandas. Nesta conjuntura, é apresentada aos profissionais uma ampliação do mercado que resulta em uma nova prática e formação dos assistentes sociais. É neste contexto que se inicia o rompimento do Serviço Social com suas, até então, práticas interventivas.

Dessa forma, buscam-se novas elaborações teóricas e, principalmente, sua laicização. Começa-se assim, um processo de renovação do Serviço Social brasileiro que entra em curso após o golpe de 1964 até meados de 1980.

A renovação do Serviço Social é, portanto, fruto de um processo histórico que possibilita o pluralismo no seio do Serviço Social, ao encontrarmos a diversidade no que diz respeito às maneiras de enfrentar a realidade social, de compreender a questão social e o próprio Serviço Social. Diversidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na profissão: do modo de pensar, fazer e escolher (CARDOSO, 2013, p. 135).

Para Netto (2010), neste processo de renovação⁸, são visíveis três expressões: 1) a perspectiva modernizadora, que consistia em trazer novas bases técnicas e científicas ao fazer

⁶ O Movimento de Reconceituação do Serviço Social se iniciou a partir da década de 1960 na América Latina a partir das condições históricas sociais econômicas e culturais, em um contexto de efervescência dos movimentos sociais que mobilizaram e levaram os profissionais de Serviço Social a refletir diante de sua neutralidade e de seus métodos de base conservadora. Ver Batistoni 2017.

⁷ Para aprofundamento acerca do contexto histórico e social por trás do Golpe Militar de 1964, ver Netto 2010.

⁸ Para aprofundamento acerca do processo de Renovação do Serviço Social brasileiro e suas repercussões, a partir de 1964, ver Netto 2010

profissional, sem rompimento com as bases do surgimento da profissão; 2) a atualização do conservadorismo, que buscava por meio de uma dimensão teórico-metodológica provocar uma intervenção que se baseava na ajuda psicossocial; e 3) a intenção de ruptura, considerado o processo mais crítico da renovação da profissão, que rompeu com as bases ideológicas conservadoras, principalmente através do Método BH, que visava uma alternativa ao tradicionalismo.

Este último processo provocou a construção de saberes legitimados pelo caráter científico, além do amadurecimento teórico-metodológico que se articula entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A década de 1980 é considerada um período de “maturidade intelectual do Serviço Social” através da sua consolidação acadêmica e aproximação com a perspectiva ontológica de Marx.

Em suma, ao buscar novas bases de legitimidade para ação profissional (através da aproximação com a tradição marxista e conseqüente ampliação da bagagem teórica) o Serviço Social passa a considerar as contradições do seu exercício profissional e se posiciona a serviço dos usuários, o que rompe com a perspectiva anterior de reprodução do controle social. Nesse sentido, compreende as implicações políticas de sua prática profissional, a polarização da luta de classes, e, a partir disso, desenvolve seu posicionamento crítico. (SILVA; SILVA; JUNIOR, 2016, p.11)

É também nessa década que se constrói o Projeto Ético-Político⁹ do Serviço Social, onde a profissão rejeita definitivamente a posição conservadora para tomar a defesa dos trabalhadores e de seus direitos como elementos norteadores. Projeto este que colocou a liberdade como valor ético central e a democracia como princípio político - se posicionando a favor da equidade e da justiça social, bem como da defesa intransigente dos direitos humanos.

Após essa breve síntese da história do Serviço Social, compreendendo-o como resultado de um processo histórico de transformações político-econômicas, considera-se contemplado o primeiro pressuposto. Mesmo que, e sabemos disso, não haja um aprofundamento histórico nas diferentes dimensões da profissão, quais sejam, técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas, esse breve resgate cumpre romper com a ideia de uma profissão evoluída da ajuda caritativa, sinalizando-a como resultado de um processo de amadurecimento do capitalismo, que coloca à sociedade novas necessidades. Cabe-se agora tratar do segundo pressuposto para uma análise concreta da profissão,

⁹ Construção coletiva fruto da qualificação política e teórica dos profissionais, originado a partir da década de 1970, em um contexto de lutas e movimentos sociais em torno da aprovação da constituição federal e em defesa do Estado de direitos, tendo como referência o “Congresso da Virada” consolidado na década de 1990 com a redemocratização da sociedade e com as transformações na produção, na cultura, na política, etc. (TEIXEIRA, BRAZ, 2009).

interpretá-la como uma *espécie de trabalho na sociedade e seu agente um trabalhador assalariado*.

Compreendida essa gênese da profissão, dentro de um contexto de agudização da exploração e do pauperismo e a necessidade vitalícia do capital por trabalho, partimos para uma análise da profissão como especialização do trabalho. Sendo o Serviço Social uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade, as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho também atravessam a profissão - assim como as demais especializações.

A institucionalização da profissão se deu na medida em que ela passa a ser vista com uma grande utilidade para o capital. Neste momento, sua ação está vinculada às intervenções desenvolvidas pelo Estado, através das instituições assistenciais. Ainda neste momento embrionário, suas práticas são de suavização das manifestações e das sequelas da questão social que, por sua vez, passa a ser objeto das chamadas políticas sociais, ou seja, a profissão é requisitada pelo setor público, frente ao crescimento gradual da função reguladora do Estado e ligada a organizações privadas voltadas para as atividades produtivas e a prestação de serviços sociais.

[...]é esse mesmo processo de profissionalização do assistente social e institucionalização da profissão na divisão social e técnica do trabalho que circunscreve as condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista. (RAICHELIS, 2011, p. 424)

A partir de 1980, a contribuição de Iamamoto e Carvalho (1982), para uma análise da profissão, é que caracteriza a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e reconhece o profissional como trabalhador assalariado. Consequentemente, identificar o sujeito vivo como trabalhador assalariado resulta problematizar a relação de compra e venda dessa força de trabalho, fazendo com que seja neste sentido a base do agir profissional, analisada a partir de uma mediação pelo mercado.

Assim, para além da análise do Serviço Social como trabalho concreto (MARX, 1968), munido de qualidades específicas para responder às demandas que lhe são postas, tendo como suportes de ação os recursos materiais e seu acervo técnico-intelectual, o trabalho do assistente social adquire um caráter abstrato na medida em que passa a ser mediado pelo mercado, isto é, pela produção, troca e consumo das mercadorias (bens e serviços) dentro da divisão social do trabalho. (FAERMANN; MELLO, 2016, p.98)

Diante disso, Iamamoto (2007) aponta uma dupla dimensão que advém do trabalho do profissional como um trabalhador assalariado:

Em decorrência, o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato — mero coágulo de tempo do trabalho social médio —, possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social. (IAMAMOTO, 2007, p. 421).

E é nesse sentido que será abordado o último pressuposto deste tópico, onde irá ser tratado *o Serviço Social como trabalho pressupondo a produção e a reprodução da vida social*, pensando nas contribuições de Marx sobre o processo de trabalho.

O trabalho do assistente social é uma das práticas sociais realizadas pelo homem e, assim, um processo de objetivação do ser social. O homem, como ser social, diferencia-se do ser natural através de seu trabalho e, a partir de suas necessidades, transforma a natureza e a si próprio, objetivando-se no seu produto final. Para desenvolver o seu trabalho, o assistente social realiza um processo de prévia ideação: uma antecipação ideal da finalidade que pretende alcançar. A sua ação indica uma intencionalidade pautada em componentes ético-políticos e teórico-metodológicos que expressam a sua visão de homem, de mundo e de sociedade, mediante a invocação de valores que a legitimam e da escolha de meios para concretizá-la. (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 99)

Nesta direção, a particularidade do trabalho na sociedade capitalista é uma combinação de forma e de espaço de efetivação da produção, que são dadas sob certas condições e determinadas pelas relações sociais - que são marcadas por uma definida formação social, (ALMEIDA, 1996).

Marx (1988) apresenta duas dimensões do trabalho. A primeira é expor o trabalho como uma relação recíproca entre homem e natureza, que faz do homem não apenas um ser natural, mas um ser natural humano, um ser para si próprio. Na segunda dimensão, o autor apresenta o trabalho como elemento de subordinação ao capital, como trabalho estranhado, de exploração e de mortificação do homem, cuja expressão máxima se revela na perda dos objetos do próprio trabalho e no próprio ato da produção, onde o homem se sente fora de si, diminuído.

Ainda de acordo com Marx (1988), as dimensões constitutivas desse trabalho pressupõem a existência das matérias primas, meios de trabalho e produto final. As matérias primas envolvem todo objeto sobre o qual se incide a ação do sujeito - trabalho humano -, e os meios são os bens que o trabalhador coloca entre si e os objetos de trabalho - necessários para que o processo de trabalho aconteça. Todo esse trajeto se extingue em um produto final que possui valor de uso.

Com a apropriação privada dos meios necessários para que o trabalho aconteça - pelas mãos das minorias - o trabalho, no modo de produção capitalista, passa a ser controlado por

uma classe que visa, acima de tudo, a produção de mercadorias e o lucro. Nesse movimento, o processo de trabalho passa a ser estranho para o trabalhador, que se aliena dos meios e do resultado de seu trabalho.

Temos, então, que as relações sociais, enquanto demarcatórias dos lugares na estrutura organizacional, dos saberes veiculados e referidos, da dinâmica e tempo de trabalho como do estranhamento do trabalhador frente ao resultado de seu trabalho, não podem deixar de compor o movimento da análise do processo de trabalho de qualquer setor, seja ele produtivo ou prestador de serviços (ALMEIDA, 1996, p.34).

O assalariamento do trabalho se expande e se generaliza, constituindo um novo modo de vida social. A propriedade privada dos meios de produção, ao separar os produtores dos instrumentos necessários à produção, impõe aos vendedores da força de trabalho a produção de um valor que não lhe pertencem e que não visa satisfazer suas necessidades. Pela alienação de sua capacidade de trabalho por determinado tempo, o trabalhador recebe um salário para re-constituir e manter sua capacidade produtiva, garantindo assim a continuidade da oferta da força de trabalho quando o capital dela demandar. (CEOLIN, 2014, p.245)

Sendo assim, Raichelis (2011) afirma que o trabalho do assistente social faz parte da alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que pressupõe a venda da força de trabalho em troca de um salário e é colocado diante dos mesmos obstáculos que são comuns a todos os trabalhadores assalariados. Isto posto, a matéria prima do serviço social se constitui nas diferentes expressões da questão social e os meios de trabalho são o conjunto de técnicas e conhecimentos que potencializam a ação humana - na qual sem o mesmo o profissional não consegue realizar sua atividade.

O trabalho do profissional é tensionado pela sua relação de compra e venda da força de trabalho. Essa condição evidencia que os assistentes sociais não possuem o controle de todas as condições e os meios de trabalho, sendo os empregadores os provedores dos instrumentos para os desenvolvimentos das atividades - o contratante é quem organiza o processo de trabalho. Esses empregadores também definem a matéria sobre a qual recai a ação profissional, além de fornecer os suportes materiais. Além disso, os meios de trabalho que são específicos dos profissionais - conhecimento especializado - ficam à mercê das determinações que são externas ao trabalho.

Raichelis (2011) continua afirmando que todo esse processo de reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores assalariados reverberam em dois dilemas. O primeiro são as implicações que decorrem do estágio atual do capitalismo - impacto sobre o trabalho -, desde a alienação indissociável do trabalho assalariado até a tensão entre as demandas institucionais e o projeto ético político da profissão. Enquanto o segundo dilema trata sobre o debate entre trabalho assalariado e autonomia relativa, uma vez que, na perspectiva do projeto profissional é exigido um profissional qualificado que goza de certa autonomia técnica,

enquanto o mercado de trabalho pressupõe a realização de práticas burocráticas, rotineiras e superficiais.

Em síntese, o Serviço Social é parte de uma proposta impulsionada pelo Estado brasileiro - governo getulista -, na modernização do trabalho leigo católico e no aprofundamento da questão social. É impossível pensar a institucionalização da profissão, e sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, sem entender a sua prática condicionada à relação entre Sociedade e Estado.

De acordo com Raichelis (2011), os assistentes sociais vendem sua força de trabalho especializada e só podem agir se gozar de meios e instrumentos que devem ser fornecidos por seus empregadores. Sendo assim, é preciso tratar com mais afinco a relação entre Serviço Social e Estado, uma vez que o objeto de trabalho do Serviço Social, a questão social, é reconhecido pelo Estado, sendo este, o Estado, hoje, o maior empregador de assistentes sociais. Especialmente na política de assistência.

1.2 ESTADO REGULACIONISTA E SERVIÇO SOCIAL

Entendendo a gênese e a necessidade social do Serviço Social, é necessário tratar com mais afinco a relação entre a profissão e o Estado. Desta forma, será tratado o conceito de Estado e seu papel no modo de produção capitalista até meados da década de 1970, onde o mesmo desempenhava um papel regulador e fomentava um pacto entre Estado, trabalho e Capital.

Em Hobbes¹⁰, o Estado se configurava num poderoso Leviatã, onde eram retratadas todas as histórias totalitárias. Em Locke¹¹ o Estado Liberal, se baseia na passagem da humanidade em seu estado natural para o estado da vida em sociedade - Estado protetor da propriedade privada. Somente com Marx¹² (2010) o Estado deixa de ser entendido como uma

¹⁰ Thomas Hobbes foi um matemático, teórico político e filósofo inglês, autor de *Leviatã* e *Do cidadão*, sendo considerado um dos teóricos do poder absolutista em vigor na Idade Moderna. Para o filósofo, o Estado deveria ser a instituição fundamental para regular as relações humanas, dado o caráter da condição natural dos homens que os impele à busca do atendimento de seus desejos, a qualquer preço, de forma violenta e egoísta. Assim, os homens só podem viver em paz se concordarem em submeter-se a um poder absoluto e centralizado.

¹¹ John Locke (1632-1704) foi filósofo inglês, representante do individualismo liberal, defendeu a monarquia constitucional e representativa. O filósofo, opondo-se a Hobbes, acreditava que se tratando de Estado-natureza, os homens não vivem de forma bárbara e primitiva. Para ele, há uma vida pacífica explicada pelo reconhecimento dos homens por serem livres e iguais e sua passagem para a vida em sociedade traz a necessidade do Estado e do contrato social..

¹² Para Karl Marx, o Estado seria originário da necessidade de um grupo, ou classe social, manter seu domínio econômico a partir de um domínio político sobre outros grupos ou classes. De acordo com o autor (1993, p.96),

entidade superior e é relacionado às contradições das classes sociais, sendo o mesmo um instrumento da classe dominante.

Para Marx (1998), a fundamental contradição existente no mundo capitalista é o fato de uns serem os proprietários do meio de produção enquanto outros - os trabalhadores, por não terem a propriedade desses meios - se veem obrigados a vender sua força de trabalho. Assim, é visível uma divisão social do trabalho e por consequência a divisão de classes tal como existe hoje, entre burguesia e proletariado.

Essa contradição da sociedade capitalista é o que justifica, para o autor, a existência do Estado. Neste cenário o Estado tem a função de garantir o “interesse geral” contra os interesses particulares dos indivíduos.

A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto a relação entre o céu e a terra. A antítese entre os dois é a mesma, e o Estado político a supera da mesma maneira que a religião supera a limitação do mundo profano, isto é, sendo igualmente forçado a reconhecê-la, produzi-la e deixar-se dominar por ela. Na sua realidade mais imediata, na sociedade burguesa, o homem é um ente profano. Nesta, onde constitui para si mesmo e para outros um indivíduo real, ele é um fenômeno inverídico. No Estado, em contrapartida, no qual o homem equivale a um ente genérico, ele é o membro imaginário de uma soberania fictícia, tendo sido privado de sua vida individual real e preenchido com uma universalidade irreal (MARX, 2010, p. 40).

Desta forma, o Estado consolida sua abstração se constituindo em universal, ao passar por cima dos elementos particulares da sociedade. De acordo com Hegel¹³ (*apud* Marx 2010), o indivíduo particular/concreto chega ao Estado (âmbito universal) e exerce sua individualização sob uma forma universal.

Marx (2010), afirma que o Estado está baseado na contradição entre a vida pública e privada, criado para controlar a sociedade civil, e o homem por transportar seu melhor para o Estado esquece que vive uma vida particular e que o Estado é constituído por ele próprio - o Estado é um reflexo da sociedade civil.

O Estado, não resolvendo as contradições da sociedade civil, faz com que o indivíduo burguês viva uma vida alienada, e este, por não conseguir solucionar seus problemas na concretude, tenta solucionar no plano ideal, uma vez que o Estado é visto como uma entidade que anula politicamente as diferenças sociais e promove a igualdade formal.

O Estado anula à sua maneira a diferenciação por nascimento, estamento, formação e atividade laboral ao declarar nascimento, estamento, formação e atividade laboral

“toda classe que aspira à dominação [...], deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, ao que está obrigada no primeiro momento”.

¹³ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (Estugarda, 27 de agosto de 1770 – Berlim, 14 de novembro de 1831) foi um filósofo germânico, autor de “ Fenomenologia do Espírito”, tida como um marco na filosofia mundial e na filosofia alemã.

como diferenças apolíticas, ao proclamar cada membro do povo, sem consideração dessas diferenças, como participante igualitário da soberania nacional, ao tratar todos os elementos da vida real de um povo a partir do ponto de vista do Estado. Não obstante, o Estado permite que a propriedade privada, a formação, a atividade laboral atuem à maneira delas, isto é, como propriedade privada, como formação, como atividade laboral, e tornem efetiva a sua essência particular. Longe de anular essas diferenças fáticas, ele existe tão somente sob o pressuposto delas, ele só se percebe como Estado político e a sua universalidade só torna efetiva em oposição a esses elementos próprios dele. (MARX, Karl. Sobre a questão judaica, 2010, p.39,40).

O problema é que ao consagrar a propriedade privada, o Estado, distante de acabar com as diferenças, passa a ser seu criador e defensor. Sendo esta uma sociedade capitalista, o Estado, apesar de aparentar neutro, exerce uma função importantíssima de manter e assegurar o desenvolvimento desta sociedade. Ou seja, o Estado é fruto da sociedade de classes e tem como finalidade proteger a propriedade privada - podendo ser considerado o comitê executivo da burguesia (Marx; Engels, 2010).

Posto isso, frente às diversas mudanças organizacionais que aconteceram ao longo do tempo, o Estado vem de tempos em tempos redefinido seu papel de modo a contribuir com a acumulação do capital.

Fazendo um recorte histórico e geográfico com o objetivo de atender as finalidades deste trabalho, será tratado aqui o Estado brasileiro a partir do governo de Getúlio Vargas e sua função regulacionista até meados de 1970, buscando evidenciar seu papel na manutenção da ordem capitalista e sua relação com o Serviço Social.

O Estado regulador, também conhecido como Estado desenvolvimentista ou planejador se manifesta em países periféricos¹⁴ a partir da necessidade da industrialização. Ou seja, com o intenso processo de industrialização tardia vivida no Brasil na década de 1930, a transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista promove uma redefinição do Estado e sua intervenção deixa de ser apenas política passando a ser também econômica - Estado no setor produtivo com o objetivo de conduzir o desenvolvimento.

Mattos (2006), afirma que a principal marca do processo de industrialização no país, além da migração da população rural para as cidades, é pautada nos investimentos no setor produtivo estatal, que implicou na construção de novas técnicas administrativas baseadas na administração fiscal monetária. Desde então, o setor produtivo privado passou a se desenvolver estreitamente enlaçado com o setor produtivo estatal¹⁵. Dessa forma, é possível ver que esse desenvolvimento aconteceu centrado na forma pela qual o Estado planejou:

¹⁴ Ver Ruy Mauro Marini (1973), *Dialética da Dependência*.

¹⁵ Ver Luciano Coutinho e Henri-Philippe Reichstul. "O setor produtivo estatal e o ciclo". In: Carlos Estevam Martins (org.). *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec-Cebrap, 1977, pp. 58-59.

através de empresas estatais e, principalmente, por meio da articulação entre capital estatal e capital privado.

As condições de regulação da economia e do desenvolvimento econômico passam a ser dependentes da forma pela qual as decisões são tomadas ou, em outras palavras, de como se dá o exercício de poder no interior da burocracia estatal.

A profissionalização do Serviço Social é produto desse padrão desenvolvimentista do pós guerra e da expansão da economia internacional que, conseqüentemente, possibilitou a industrialização do Brasil.

De acordo com Yamamoto (2000), os “30 anos gloriosos” resultaram em uma grande expansão da economia capitalista que se dava numa organização entre o pacto fordismo/taylorismo e o Keynesianismo, que consistia em um novo modo de organização do processo de trabalho e uma nova política organizacional das reproduções sociais. Essa estratégia resultou em ganhos muito altos de produtividade e um leve reconhecimento do poder sindical da classe trabalhadora.

O fordismo teve origem em 1914 através das ideias de Henry Ford, que introduziu o trabalho de oito horas por dia com recompensa de cinco dólares para seus trabalhadores, na linha de montagem de carros, junto com as ideias de F. W. Taylor – que em seu livro “*Os princípios da Administração Científica*” traçava como a produtividade do trabalho poderia ser expandida através da fragmentação de cada processo do trabalho, com separações hierárquicas de atividades, divididas entre os trabalhadores que, seguindo padrões rigorosos de tempo e movimentos, poderiam produzir mais em menos tempo – formava uma organização trabalhista baseada na produção em série e em massa para consumo também em série e em massa.

Esse tipo de organização exigia um determinado tipo de homem e um específico modo de viver e de se pensar a vida, que era provocado por uma nova política de controle e gerência do trabalho.

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. (HARVEY, p.122)

E essa era a crença de Ford: o poder corporativo regulamentando a economia. Mas, diante da crise de 1929, foi necessária a intervenção do Estado como forma de salvar o

capitalismo, o “New Deal” de Roosevelt foi um dos planos desenvolvidos para fazer o que Ford sozinho não conseguira.

O “New Deal” consistia em uma série de medidas implementadas entre os anos de 1933 e 1937, no governo de Franklin Delano Roosevelt nos Estados Unidos. Esse programa tinha como objetivo recuperar e retomar a economia americana pós depressão de 1929, através de investimentos em obras públicas, do controle do preço sobre os produtos e de sua produção e diminuição da jornada de trabalho, além da criação do seguro desemprego, seguro aposentadoria e a fixação do salário mínimo.

Tais políticas desenvolvidas pelos Estados consistiam no controle sobre os bancos e instituições financeiras, a geração de empregos e aumento do mercado consumidor, assim como também incentivava a criação de sindicatos, aumentando o poder de negociação dos trabalhadores com relação às suas relações trabalhistas. Essas séries de programas e políticas formavam a base do estado de bem estar social.

A política de intervenção estatal foi adotada quase simultaneamente por Roosevelt nos Estados Unidos e por Hjalmar Schacht na Alemanha. Três anos mais tarde, essas políticas econômicas foram racionalizadas pelo economista John Maynard Keynes.

Keynes (1985) pensava a economia em crise, a grande depressão de 1929 era caracterizada pelo autor como crise de subconsumo – ideia liberal clássica de que toda produção geraria sua demanda de consumo. Para Keynes, a demanda é quem deveria determinar a produção e não ao contrário, dessa maneira a intervenção do Estado na economia e no aumento dos investimentos públicos seria essencial.

A proposta Keynesiana juntamente ao fordismo foram os processos que possibilitaram a saída da crise da década de 1929. Defendendo que a intervenção estatal na economia seria a única a proporcionar a reativação da produção e ao mesmo tempo gerar uma harmonia entre os interesses individuais dos agentes econômicos e o bem estar global, Keynes “rompia” parcialmente com os princípios do liberalismo¹⁶ ao ir contra a ideia da *mão invisível do mercado* (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.83).

Essa vertente política representava a ideia de atuação do Estado na implementação das políticas públicas que beneficiassem o consumo (fetichismo da mercadoria para a concretização da mais valia). Ou seja, o Estado é chamado a intervir na questão social, reconhecendo e legitimando alguns direitos do trabalhador e criando políticas públicas com propósito de inibir revoltas e greves que cessasse um pouco a condição de luta da classe.

¹⁶ Para maiores informações sobre o liberalismo, consultar o livro "Política Social: fundamentos e histórias", com ênfase em seu capítulo 2, das autoras Elaine R. Behring e Ivanete Boschetti.

O Estado então passa a ter legitimidade para intervir através de medidas econômicas e sociais e suas ações consistem, em sua maioria, na mobilização do fundo público, tanto para financiamento do capital como para a reprodução da força de trabalho, isso tudo voltado para impulsionar a produção.

Coube ao Estado viabilizar salários indiretos por meio das políticas sociais públicas, operando uma rede de serviços sociais, que permitisse liberar parte da renda monetária da população para o consumo de massa e conseqüente dinamização da produção econômica. Esse acordo entre Estado, empresariado e sindicatos envolveu uma ampliação das funções do Estado no campo das políticas públicas, que passaram a dispor de ampla abrangência, permitindo que fosse liberada parcela da renda familiar para o consumo. (IAMAMOTO, 2000, p. 29)

A tentativa de viabilizar o consumo e ao mesmo tempo dinamizar a economia - com políticas voltadas a impulsionar a expansão do emprego¹⁷ e manter certo padrão salarial, negociado com os trabalhadores - fez com que começasse a surgir um pacto entre Capital e Trabalho que era sustentado pelo Estado.

O Keynesianismo e o fordismo, juntos, formaram as bases do processo acelerado de acumulação do capital pós década de 1945, com uma crescente da demanda efetiva, altas taxas de lucros e um aumento do padrão de vida da população nos países de capitalismo central - Welfare State¹⁸, (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.88).

Essa nova intervenção do Estado é chamada por Gramsci (1978) de ampliação do Estado. Para o autor, o Estado é uma junção de força e consenso, ou seja, através de diversos meios e sistemas, o Estado se mantém e se reproduz como instrumento de uma classe e também constrói o consenso na sociedade. Assim, essa entidade se constitui de modo a manter e reproduzir a dominação da classe hegemônica, através de dois processos: a sociedade política, formada pelos mecanismos que garantam o monopólio da força pela classe dominante, e a sociedade civil, formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias - igrejas, escolas, sindicatos, cultura, entre outros. Ou seja, o Estado, ao passar a administrar e gerir o conflito de classes advindas do processo de industrialização e urbanização no Brasil contribuindo com a acumulação do capital, também cria consensos na sociedade civil - descrevendo com sucesso a teoria do Estado ampliado afirmado por Gramsci.

No Brasil, segundo Iamamoto e Carvalho (2003), esse processo de industrialização decorrente do aprofundamento do capitalismo agregado ao colapso que a sociedade sofreu

¹⁷ Meta Keynesiana do pleno emprego.

¹⁸ Para maiores informações sobre as políticas sociais desenvolvidas nos países de capitalismo central, consultar o livro "Política Social: fundamentos e histórias", com ênfase em seu capítulo 3, das autoras Elaine R. Behring e Ivanete Boschetti.

com a Segunda Guerra Mundial, acentua a questão social e agrava as manifestações da classe trabalhadora. Esse agravamento é respondido com mecanismos de disciplinamento e controle da força de trabalho. Ainda de acordo com os autores, neste período, o Estado encarrega-se da função de controle social e passa a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade - criando-se assim as bases históricas e sociais da emergência e legitimidade social do Serviço Social.

Com a crise internacional de 1929, o Brasil passou por uma intensa mudança nas correlações de forças dentro dos setores dominantes - fim da hegemonia do café -, trazendo consequências sérias para os trabalhadores. O processo de industrialização tardia no país teve início no governo de Vargas e por seus sucessores e trazia o discurso de modernização e crescimento do país.

Junto com esse processo, buscando transformar a luta de classe em colaboração de classe, é iniciada a “construção” de um Estado social em concordância com os processos que os países desenvolvidos estavam passando. Esse período ficou caracterizado como os anos de introdução das políticas sociais no Brasil, vale analisar uma breve linha do tempo deste processo.

Na década de 1920 foi constituída a Lei Elói Chaves (1923) que consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias (CAPS) com contribuições do trabalhador e empregador. As primeiras experiências foram as dos portuários, marítimos e ferroviários (mobilização dos trabalhadores do meio urbano e com carteira assinada).

Nos anos 1930, o Estado passou a implantar as políticas de saúde e previdência, instituindo um sistema corporativista voltado especialmente para os trabalhadores – incentivando-os à integração no sistema sindical por meio da transformação das antigas CAPS nos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS) - autarquias dirigidas por conselhos com representação tripartite (empregadores, trabalhadores e governo).

Como alteração fundamental, havia uma CAP por empresa e os IAPS passam a integrar-se por categoria profissional vinculada à atividade econômica. A par do sistema previdenciário das IAPS, o Estado mantinha, em âmbito nacional por meio do Ministério da Saúde, a política de saúde pública, voltada ao atendimento da população urbana. (SIMÕES, 2009).

Também em 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A saúde era conduzida através das campanhas sanitárias, dirigido pelo Departamento Nacional de Saúde, criado em 1937. Na assistência social um grande marco foi à criação, em 1942, da Legião

Brasileira de Assistência (LBA), cujo objetivo era atender as famílias dos pracinhas envolvidos na segunda guerra mundial. A assistência era atravessada pelo clientelismo e seletividade, de cunho puramente moral e disciplinador.

No que diz respeito ao trabalho, são criadas e consolidadas as leis trabalhistas:

Em relação ao trabalho, o Brasil seguiu a referência de cobertura de riscos ocorrida nos países desenvolvidos, numa sequência que parte da regulação dos acidentes de trabalho, passa pelas aposentadorias e pensões e segue com auxílios doença, maternidade, família e seguro-desemprego. Em 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, e em 1932, a Carteira de Trabalho, a qual passa a ser o documento da cidadania no Brasil: eram portadores de alguns direitos aqueles que dispunham de emprego registrado em carteira. Essa é uma das características do desenvolvimento do Estado social brasileiro: seu caráter corporativo e fragmentado, distante da perspectiva da universalização de inspiração Beveridgiana. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 106)

Em 1964, com o poder nas mãos dos militares, o foco se volta para o centralismo político e a ampliação de ações intervencionistas do Estado. Ao mesmo tempo em que recai sobre a classe trabalhadora uma onda de violências e proibições, o regime também precisava que essa mesma classe legitimasse seu governo. Desta forma, o Estado começa a incorporar algumas reivindicações, buscando transformá-las de acordo com seus interesses e devolvê-las em forma de benefícios assistenciais (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Surgem-se desse processo as primeiras formas de assistências direcionadas para o enquadramento da força de trabalho e reprodução capitalista. Essas instituições assistenciais, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2003, p. 306), “passam a desempenhar funções políticas, econômicas e ideológicas, vitais para a manutenção da dominação de classe”.

O Estado então cria uma imagem de que se preocupa com o bem estar da população, não incorporando as reivindicações da classe trabalhadora como direitos, mas sim como uma doação para os mesmos. Realizando esse processo, às instituições assistenciais surgem como falsificadoras dos desejos. Elas são, num primeiro instante, agentes políticos de controle e abafamento das lutas sociais, além de desenvolver algumas funções como: angariar apoio político para o regime militar e demonstrar o “espírito social” do empresariado. Um exemplo dessas instituições é o Conselho Nacional de Assistência Social, criado em 1938 - que nunca chegou a exercer suas funções.

A LBA, criada no período pós-segunda guerra para prestar assistência às famílias dos soldados, acabou atuando em praticamente todas as formas da questão social e exerceu as funções do Conselho Nacional de Assistência Social. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2003), a LBA causa um grande impacto no aparelho assistencial estatal como componente “dinamizador e racionalizador” da assistência.

Como resultado desse processo surgem outras instituições voltadas à áreas mais específicas, como por exemplo, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI - e o Serviço Social da Indústria - SESI -, que tinham por objetivo qualificar os jovens, filhos dos trabalhadores e, posteriormente, incorporá-los no mercado.

Vale ressaltar também a Fundação Leão XIII, que tinha o propósito de “recuperar” os moradores das favelas, uma vez que esses são onde há maior concentração de pobreza e marginalidade. Essa fundação resultou na implantação do CAS – Centros de Ação Social - nas principais favelas, no intuito principal de evitar a proliferação do comunismo.

Essas instituições se tornaram as principais fontes de trabalho dos assistentes sociais, tanto na operacionalização de suas práticas materiais - auxílios e benefícios - quanto nas suas práticas educacionais - tratamento de condutas - firmando o Serviço Social como instrumento político e de controle (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003). Não se esquecendo das instituições de previdência social, que existem desde a República Velha, mas que devido às estruturas hierárquicas e burocratizadas demoram mais para incorporar o trabalho do assistente social.

Enfim, essas instituições assistenciais atuam num contexto de contradições e seu processo de formação é parte complementar do processo de institucionalização e legitimação do Serviço Social enquanto profissão, rompendo seu cordão umbilical com a Igreja e seu restrito quadro de atuação ligado a ela - apesar de ainda apresentar uma intervenção educativa e doutrinária -, se tornando assim membro da categoria de assalariamento em jurisdição de um mandato institucional, apoiado por uma estrutura jurídica e estatal (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003).

Neste cenário, as atribuições do Serviço Social eram claramente vinculadas a introjeção ideológica, a reforma moral e a racionalização da assistência, como forma de minimizar o sofrimento da classe trabalhadora sem alterar a verdadeira estrutura da questão social.

A partir de 1970, com a crise do capitalismo, essa intervenção do Estado de cunho desenvolvimentista - que se baseava no pacto entre trabalho, capital e Estado - tem um fim, começando uma nova forma de organização dos processos de trabalho e conseqüentemente uma redefinição no papel do Estado.

De um lado, temos a experiência do Estado planejador desenvolvimentista que vigorou até o final dos anos 1980, marcada, no plano político, pelo pensamento autoritário. De outro, temos a experiência da reforma do Estado realizada nos anos 1990, que procurou descentralizar o processo de formulação de políticas públicas para o desenvolvimento de setores da economia, porém adotando um regime político

de insulamento das agências reguladoras dos canais de circulação de barganha político-eleitoral, visando com isso limitar a atuação dos "lobbies" clientelistas incrustados nas burocracias ministeriais (MATTOS, 2006).

Ademais, o Estado regulador, durante todos esses anos - apesar das várias sucessões e instabilidades governamentais - foi o que permitiu a emergência do Serviço Social no Brasil dentro das instituições assistenciais, na qual via o consenso de classes e foi o que ampliou o mercado de trabalho do profissional. Posto isto, é preciso adentrar e analisar como se dava, durante todo esse período, os fundamentos e as bases da intervenção profissional, bem como suas instrumentalidades, direcionamentos e condições de trabalho.

1.3 INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL

Compreendida a profissão na divisão social e técnica do trabalho, o profissional como trabalhador assalariado e sua relação genética com as mudanças no capitalismo e transformações no Estado, neste tópico será abordado os fundamentos do trabalho deste profissional em sua área interventiva que, além de intervir na realidade, cria mecanismos para a transformação da mesma.

A utilidade social da profissão, de acordo com Guerra (2000a, p.6),

[...] está em responder às necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações, em demandas para a profissão. Estas são respostas qualificadas e institucionalizadas, para o que, além de uma formação social especializada, devem ter seu significado social reconhecido pelas classes sociais fundamentais (capitalistas e trabalhadores).

Com isso, para a análise da instrumentalidade da profissão é preciso adentrar em suas condições de trabalho e suas dimensões - ético político, teórico metodológico e técnico operativo - no decorrer dos anos de sua existência.

O Serviço Social na década de seu surgimento, 1930, era comprometido unicamente com o controle e a disciplina da classe trabalhadora através dos primitivos aparatos assistenciais aos trabalhadores, sob a influência católica europeia, com ênfase nas ideias de Mary Richmond¹⁹ e nos fundamentos do Serviço Social de Caso.

Em 1940/1950, o Estado começa a intervir na economia brasileira - Estado regulacionista citado no tópico anterior -, com o discurso desenvolvimentista que buscava

¹⁹ Maria Helena Richmond, mais conhecida como "Mary Richmond (5 de agosto de 1861 a 12 de Setembro de 1928), era assistente social norte americana (EUA), uma grande referência para o Serviço Social, pela criação do Método "Casework", Método Clínico ou "Serviço Social de Caso", ao qual os assistentes sociais ainda recorrem associado aos Métodos mais recentes ("SS de Grupo", "SS de Comunidade", Ecológico...) da área.

“americanizar” o país, o que foi chamado de dupla articulação. Essa articulação procurava aliar o capital internacional ao nacional com o objetivo de crescimento do Brasil. Dentro dessa perspectiva, o Estado começa a incorporar o Insulamento Burocrático. Tal Insulamento afastava o Estado das camadas populares e criava um perfil de impessoalidade e racionalidade, exigindo um novo perfil dos trabalhadores.

Nesta mesma época, de acordo com Castro (2011), os Estados Unidos, através da Doutrina Monroe de “a América para os (norte) americanos”, buscava a sua hegemonia e dominação sobre os países da América Latina. Após a Segunda Guerra Mundial, o país - através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da OEA (Organização Dos Estados Americanos) - consolida-se a segunda fase do Pan-Americanismo Monroísta – sendo uma mistura de compromissos e vínculos em face da potência do norte.

Dentre as estratégias desenvolvidas pelos EUA o objetivo era a criação de condições tanto políticas, ideológicas e culturais para estabelecer o capitalismo na América Latina como para tornar seu mercado propício à sua propagação. Enquanto isso, na América Latina poucos eram os profissionais preparados para se adequarem ao desenvolvimento capitalista (medicina, advocacia, arquitetura, pedagogia e serviço social).

Ainda de acordo com o autor, estas instituições (OEA, UPA, CINVA, Centro interamericano de habitação) influíram na formação e na prática da profissão dos Assistentes Sociais e incluíram o Desenvolvimento de Comunidade como proposta de intervenção profissional, onde o Assistente Social era um profissional convocado para ocupar-se do social. Com isso foi necessário uma tecnificação de um corpo profissional mais funcional ao sistema, isso assegurou, em meados de 1950, o funcionalismo e a influência dos Estados Unidos.

Neste período, no Brasil, o Serviço Social passa a ser demandado pelo mercado de trabalho para a execução das políticas sociais. Com a intensidade e complexidade da questão social, só o vínculo com a Igreja deixou de ser suficiente sendo necessária que a profissão buscasse uma ciência, uma técnica que legitimasse sua intervenção. Com isso o profissional passou por uma etapa de revalorização e mudança de posição – ganhando novas atribuições, nova posição no sentido da administração pública e no sentido de modernização.

Isto posto, é buscado nos Estados Unidos uma metodologia de ação que trouxesse e expressasse uma técnica para a intervenção da profissão. Essa “nova” metodologia tinha como

concepção a sociedade como funcional e estruturada, onde todo e qualquer “problema” era de total culpa e responsabilidade do indivíduo - teoria positivista²⁰.

A intervenção profissional através dessa técnica é marcada pelo tecnicismo, que utilizava como fonte a psicanálise e a sociologia de base positivista e funcionalista sistêmica. Sua ênfase estava na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Foi neste contexto que foram desenvolvidos, no Brasil, os estudos de casos, grupos e comunidades, utilizados por Mary Richmond com o objetivo de adequação e disciplinamento moral e ideológico dos sujeitos.

Neste âmbito, não havia um objetivo específico para ação dos assistentes sociais, mas seu trabalho era direcionado a encontrar e satisfazer as necessidades da comunidade em diversas áreas proporcionando participação da população em massa. Não se tratava de um trabalho assistencial, mas um trabalho voltado para a solução dos problemas estruturais. O Assistente social era um catalisador da ação social.

A função principal do agente de transformação era procurar, por todos os meios ao seu alcance, o estabelecimento de uma relação apropriada com a comunidade, usando a sua habilidade na manipulação das relações humanas, valendo-se do tato, da imaginação, da cooperação e da sensibilidade social, de modo a instaurar relações amistosas com os habitantes. (CASTRO, 2011, p. 155).

De acordo com Castro (2011), O Desenvolvimento de Comunidade na América Latina tratava a questão social com uma visão funcionalista (cada comunidade com uma função na qual cada pessoa desempenha determinada atividade em busca do desempenho do bem estar comum) e baseado nas necessidades e determinações norte-americanas. O dever do assistente social era adequar às necessidades e os recursos, uma vez que utilizava os recursos disponíveis para selecionar as necessidades prioritárias.

Entretanto, o desenvolvimento de comunidade não obteve êxito no continente americano por, entre outros motivos, ser baseado nas condições gestadas nos Estados Unidos e sua realidade ser extremamente diferente do continente norte americano. Dessa forma, as soluções utilizadas nos EUA não eram eficientes e eficazes para a América Latina, construindo barreiras para o trabalho do assistente social.

A elaboração de métodos, que constituía uma de suas maiores preocupações, foi profusamente comentada. E o problema dos métodos passou a ser uma centralidade, em torno da qual gravitavam três questões principais: a maneira de introduzir inovações e melhorias, o estudo das necessidades, motivações ou estímulos para impulsionar a população a agir (em suma: como iniciar o processo) e a evolução do processo, uma vez estabelecido o projeto inicial. (CASTRO, 2011, p.143).

²⁰ O positivismo é uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX. Os principais idealizadores do positivismo foram os pensadores Auguste Comte e John Stuart Mill.

O esquema de execução do método seguia o seguinte caminho: investigação preliminar, diagnóstico preliminar, planejamento preliminar da ação, execução preliminar e avaliação preliminar, investigação geral e diagnóstico geral.

Após o fracasso dos regimes populistas-desenvolvimentistas - que buscavam a industrialização e serviram de formas de expansionismo norte-americano - houve a intensificação de movimentos e lutas sociais populares tanto no campo quanto nas cidades. A insatisfação dos estudantes de Serviço Social resultou mais tarde na renovação da profissão.

O Movimento de Renovação do Serviço Social se iniciou a partir da década de 1960 a partir das condições históricas, sociais, econômicas e culturais, em um contexto de efervescência dos movimentos sociais juntamente com outros movimentos - por exemplo, o feminismo, movimento negro, etc. - que, juntos, mobilizaram e levaram os profissionais de Serviço Social a refletir diante de sua neutralidade e de seus métodos de base conservadora.

Com o golpe militar em 1964, há um rearranjo político, ministrado pela autocracia burguesa, totalmente voltado para os monopólios. Este rearranjo visava uma racionalização da economia (reorganização do Estado) que acabou exigindo um novo perfil profissional (profissional moderno). Tal rearranjo era chamado de Modernização Conservadora que exigia um profissional especializado e mais técnico. Essa nova requisição do Serviço Social se dá de duas formas: no âmbito técnico (o profissional começa a ser demandado para além da esfera pública) e no âmbito formativo (uma formação além do apostolado, mais racional e técnico).

A racionalidade da modernização conservadora rechaçou nos espaços institucionais e exigiu uma postura “moderna” da profissão no sentido de se adequar às normas o que acabou criando suportes histórico-sociais que culminaram na “erosão do Serviço Social tradicional” e que resultou em um dimensionamento técnico-racional que colocou em xeque as bases humanistas da profissão (racionalismo substituindo o tradicional), (NETTO, 2005).

Nesse meio surgiu a política educacional do período da ditadura que possibilitou ao Serviço Social se afastar do apostolado cristão e se inserir no âmbito universitário dialogando com as ciências sociais, como a psicologia e a antropologia. A entrada do profissional na universidade traz uma ampliação de sua base teórica metodológica, além de uma ampliação política influenciada pela forte presença do movimento estudantil, que apresentava uma grande resistência à ditadura, e que levava para o âmbito dos docentes as mobilizações que acabaram, por sua vez, politizando um pouco a profissão.

[...] instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um

espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava. (NETTO, 2005, p. 129)

A expansão da renovação do Serviço Social é notada a partir da década de 1970, juntamente com um grande debate teórico-metodológico que se vincula diretamente com a inserção da profissão no âmbito universitário, onde a produção de conhecimento começou a ser realizada em conjunto com uma massa crítica. Um marco importante da renovação do Serviço Social foi o pluralismo teórico ideológico e político na profissão que mexeu com a base até então sólida (NETTO, 2005).

A partir de 1980, inauguraram-se os debates sobre Ética no Serviço Social, que buscam romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico, fundado na ética Neotomista e no Humanismo Cristão. Elementos estes, conservadores, que se faziam presentes nos códigos de ética da profissão de 1965 e 1975. Somente em 1993, é aprovado o Código de Ética Profissional - que detém as competências, deveres e direitos, e as atribuições do assistente social -, juntamente com a Lei de Regulamentação da profissão - lei 8.662, que rompe com as bases tradicionalistas que alimentou as primeiras décadas de vida do Serviço Social.

A partir desse momento, o Serviço Social assume um compromisso com a classe trabalhadora e rompe com o corporativismo profissional. Também vale ressaltar que a partir da década de 1990 a profissão passa a sofrer os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia, da reestruturação no mundo do trabalho, da minimização da atuação do Estado e do ajuste dos direitos sociais. Pontos que serão mais bem desenvolvidos no próximo capítulo deste trabalho.

Dito isso, é possível notar que desde sua origem fundamentada na esfera religiosa, o Serviço Social sempre colocou em destaque a dimensão técnica-operativa, mesmo que essa busca focalizasse em um instrumental específico da profissão - como foi o caso da metodologia desenvolvida nos Estados Unidos e que teve forte influência no Brasil entre os anos de 1940 e 1960.

A busca por esse instrumental tinha como objetivo:

[...] afirmar o Serviço Social como um conjunto de técnicas e instrumentais – em outras palavras, uma tecnologia social. Em outros momentos, no sentido de atribuir à instrumentalidade do Serviço Social um estatuto de subalternidade diante das demais dimensões que compõem a dimensão histórica da profissão (SOUSA, 2008, p.120).

A discussão sobre a instrumentalidade perpassa toda a história da profissão em premissa da particular natureza desta: o Serviço Social se estabelece como profissão na época em que os setores dominantes - Estado e Capital - começam de forma contínua, a interferir

nas expressões da questão social, através das chamadas políticas sociais. Segundo Carvalho & Yamamoto (2003), o Serviço Social é demandado pelo Capital, de modo a promover esse controle e a reprodução da classe trabalhadora, sendo assim, para o debate sobre instrumentalidade, é crucial salientar que a profissão é fundamentalmente interventiva, ou seja, tem o objetivo de provocar mudanças no cotidiano da vida social.

Desta forma, a dimensão técnica operativa (prática) é um elemento central de estudos, com foco em suas funções meramente executivas - que eram desenvolvidas no momento de sua emergência -, uma vez que, a concepção e o planejamento das políticas sociais estavam a cargo de outras categorias profissionais, sobrando para os assistentes sociais apenas a tarefa de executá-las na relação direta com os indivíduos, grupos e comunidades.

Com o Movimento de Reconceituação e Renovação do Serviço Social, a profissão obteve um enorme aprofundamento teórico-metodológico (especialmente a partir da aproximação com a tradição marxista e, principalmente, com a obra marxiana) que permitiu o rompimento da profissão com seu caráter puramente executivo e o possibilitou almejar novas funções e atribuições no mercado de trabalho, dentre elas o de planejamento e administração das políticas sociais.

Se, no momento de seu surgimento, era somente a dimensão técnica que lhe assegurava os estatutos de eficácia e competência profissional, com a renovação da profissão foi visto a necessidade do Serviço Social em empenhar-se sobre a produção de um conhecimento crítico da realidade social, com o objetivo de (re)construir os objetos de trabalho da sua intervenção, além de responder às demandas impostas pelo trabalho e pela realidade.

Deste modo, o Serviço Social pôde adentrar no debate crítico e construtivo com diversos ramos das chamadas Ciências Humanas e Sociais (Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Psicologia). Este período é chamado, pelos grandes autores de “maturidade acadêmica e profissional do Serviço Social” (Netto, 1996), com produções bastante significativas em termos de avanços críticos que determinaram os novos requisitos para o status de competência profissional.

Como diz Costa (2008, p.21), “a partir desta década tornou-se possível repensar a intenção de ruptura com o tradicionalismo, a integração social e o confessionalismo, e buscar caminhos para superação do caráter paliativo, burocratizado e fragmentado do exercício profissional”.

Depreende-se dessas considerações, de acordo com Netto (2005), uma organização das análises das transformações do Serviço Social em três vertentes: a modernização

conservadora (afasta da igreja e dialoga com as correntes teóricas funcionalistas), reatualização do conservadorismo (a profissão vai dialogar com a teoria da fenomenologia) e intenção de ruptura (Método BH e principalmente o livro de Marilda Yamamoto que traz pela primeira vez as verdadeiras interpretações de Marx à profissão) que são discutidos nos seminários de teorização realizados em Araxá, Teresópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista e Rio de Janeiro.

Ao desvincular-se de sua base histórica de surgimento, a profissão é capaz de aprimorar-se para novas competências, ultrapassando a comum requisição instrumental-operativo que o mercado de trabalho impõe. O desenvolvimento dessa instrumentalidade do exercício profissional tem como consequência um profissional que, considerando a dimensão política da profissão e motivado pela razão dialética, se dedique na construção de alternativas que visam a superação da ordem social do capital. Os assistentes sociais começam a dar instrumentalidade às suas ações (GUERRA, 2000a).

Ainda segundo a autora, a instrumentalidade consiste em uma propriedade ou determinado modo de ser adquirida pela profissão dentro das relações sociais e no confronto entre as condições objetivas e subjetivas²¹ do exercício profissional, possibilitando o atendimento das demandas e o alcance dos objetivos, tanto profissional quanto social.

Em outras palavras, é admissível dizer que a instrumentalidade possibilita aos assistentes sociais modificarem e transformarem as condições objetivas e subjetivas de suas ações cotidianas, dando intencionalidade às suas respostas profissionais. Ou seja, ao remodelar o dia-a-dia profissional e o dia-a-dia das classes sociais que demanda sua intervenção - alterando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os transformando em condições, meios e instrumentos para o alcance de objetivos profissionais - os assistentes sociais estão dando instrumentalidades às suas ações.

Dessa forma, a instrumentalidade da profissão não pode se resumir apenas em um aspecto unicamente instrumental, mas sim como um conjunto de mediações que o rodeia. Como visto, somente o instrumental técnico que era desenvolvido nos primeiros anos da profissão não é capaz de abarcar o conjunto de saberes que faz do assistente social o único a poder realizar o seu trabalho.

²¹ As **Condições objetivas** são aquelas referentes à produção material da sociedade, são condições postas na realidade material, como exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, os objetos e os campos de intervenção e os espaços sócio-ocupacionais. Já as **Condições subjetivas** são as referentes aos sujeitos, às suas escolhas, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados, etc. (GUERRA, 2002).

Em 1990, vários autores começaram a voltar suas pesquisas à questão da instrumentalidade da profissão, as contribuições de Sandra Campagnolli (1993), Hélder Sarmiento (1994), Rosa Prêdes Trindade (1999) e Yolanda Guerra (1995, 1997, 2000a e 2000b), foram significativas para o avanço da discussão.

Trindade (1999) foi atrás da compreensão do significado do instrumental técnico-operativo na prática do exercício profissional, colocando em xeque os pressupostos teórico-metodológicos e as consequências prático-políticas. A autora traçou o seu trabalho em entender os significativos projetos arquitetados ao longo da história do Serviço Social: o projeto de institucionalização da profissão, o projeto de modernização e o projeto de ruptura.

[...] partimos da premissa de que a configuração das relações sócio-políticas desenvolvidas na base sócio-ocupacional do Serviço Social rebata no perfil dos instrumentos mobilizados pelos profissionais. Isto porque, à medida que se altera o perfil do mercado profissional de trabalho, as demandas se colocam sob novas condições, modificando as requisições profissionais. Consequentemente, como o instrumental técnico-operativo é acionado para potencializar as ações profissionais - voltadas ao atendimento dessas demandas e requisições - ele assume configurações diferenciadas à medida que muda a base sócio-ocupacional do Serviço Social (TRINDADE, 1999, p. 14)

A autora entendeu que a legitimidade da profissão não decorreria apenas de seu acervo teórico-metodológico, mas sim do desenvolvimento constante do profissional em busca de leituras claras que atuam tanto no cotidiano do seu exercício profissional, quanto na totalidade da sociedade. Somente a articulação do referencial teórico crítico e do instrumental técnico-operativo pode dar bases para o agir profissional.

Sarmiento (1994) atentou-se com a escassez do acervo técnico-operativo da profissão e como resultado o ensino das técnicas e dos instrumentos. O autor problematizou a situação dos instrumentos durante e após a renovação do Serviço Social, e acredita que, antes do movimento, os instrumentos e técnicas eram recebidos como formas próprias de conduzir a ação - regras formais e procedimentos anteriormente estipulados. Após a renovação, com uma construção bastante crítica dos profissionais e com a apropriação da teoria marxiana, o debate sobre produção e reprodução, práxis, processos de trabalho e técnicas, acabou por impor a discussão da teoria e da prática.

A teoria transforma representações e conceitos, mas por si só não causa mudanças na realidade, porém, a mesma é essencial - já que é ela que corresponde a construção de objetivos e conhecimentos, enquanto a prática é o real objetivo, a ação e o resultado. E, por isso, o autor foi claro em salientar a fundamental importância da articulação entre as duas unidades, uma vez que, separadas, vão contra aos preceitos de totalidade.

Já Campagnolli (1993), apresenta a concepção sobre o instrumental técnico apreciado pela categoria profissional, que foi mostrada pelas produções literárias no movimento de Reconceituação e renovação do Serviço Social. Os profissionais, durante o movimento, fizeram uma crítica ao Serviço Social tradicional e sua postura de neutralidade frente a uma intervenção individualizada e particular, eles começaram a compreender que não dava para trabalhar em suas realidades locais com técnicas e métodos importados e que não faziam jus a sua rotina.

Após a reatualização do conservadorismo e da intenção de ruptura, a vinculação da profissão aos interesses das lutas da classe trabalhadora foi crescendo e as noções de ética e competência profissional foram, pouco a pouco, sendo compreendidas nas dimensões intelectuais e técnicas e, por consequência, a dimensão política da profissão.

Esses três autores e suas obras conferiram substancialidade à análise da instrumentalidade feita por Yolanda Guerra nas suas obras de 1995; 1997; 2000a e 2000b.

A autora conseguiu uma profundidade antes não alcançada pelos autores anteriores. Guerra (1995), entendendo as particularidades do surgimento da profissão no marco da divisão social e técnica do trabalho e a importância do mesmo na requalificação do significado sócio-histórico do Serviço Social, entende a renovação da profissão como fruto das lutas progressistas que estavam acontecendo desde a década de 1960. Nesse meio, houve o reconhecimento da competência intelectual, que causou uma valorização do estatuto intelectual que rompe com a ideia da intervenção em nível microssocial. Desde então, o Serviço Social vem se consolidando enquanto uma profissão que cotidianamente intervém de forma pensada na realidade social.

Guerra (1997, 2000a), define essa instrumentalidade não como um “conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas como uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no seu processo sócio-histórico”.

Deste modo, dado os processos constitutivos de construção da profissão, a instrumentalidade da profissão pode ser pensada como uma condição sócio-histórica face ao projeto burguês e como condição frente às demandas da classe trabalhadora. No que diz respeito a instrumentalidade face ao projeto burguês, quer dizer a capacidade que a profissão carrega de ser convertida em instrumentos, mediante a manutenção da ordem, a serviço da burguesia e de seu projeto reformista, na qual o Estado desempenha o controle da ordem social e através das políticas sociais os assistentes sociais começam a atuar - reprodução das relações capitalistas de produção, como eram desenvolvidas nas suas três primeiras décadas

de existência. Já a instrumentalidade das respostas profissionais frente às demandas da classe trabalhadora é um aspecto que permite o reconhecimento social da profissão, pela qual o Serviço Social pode responder às necessidades sociais que se resumem em demandas proveniente do capital e sua relação antagônica com o trabalho (GUERRA, 2000a)

Porém, é possível ver, ainda de acordo com a autora, que as demandas que chegam aos profissionais são totalidades repletas de determinações - sejam elas econômicas, políticas, culturais, ideológicas e religiosas - que exigem uma intervenção que ultrapasse as respostas fragmentadas, manipulatórias, individuais e imediatistas, que só tratam as aparências, e não se inserem nas estruturas das questões. Reconhecer e atender essas requisições técnico-instrumentais da profissão significa ir além das demandas impostas pelo mercado de trabalho. Para isso, essa instrumentalidade também tem que ser mediadora, o que possibilita a passagem da mera racionalidade técnica e da simples discussão do instrumental técnico que até então era o único foco de pesquisa da profissão.

No exercício profissional o assistente social lança mão do acervo ídeo-cultural disponível nas ciências sociais ou na tradição marxista e o adapta aos objetivos profissionais. Constrói um certo modo de fazer que lhe é próprio e pelo qual a profissão torna-se reconhecida socialmente. Produz elementos novos que passam a fazer parte de um acervo cultural (re) construído pelo profissional e que se compõe de objetos, objetivos, princípios, valores, finalidades, orientações políticas, referencial técnico, teórico-metodológico, ídeo-cultural e estratégico, perfis de profissional, modos de operar, tipos de respostas; projetos profissionais e societários, racionalidades que se confrontam e direção social hegemônica, etc. Deste modo, a cultura profissional, como construção coletiva e base na qual a categoria se referencia, é também ela uma mediação entre as matrizes clássicas do conhecimentos — suas programáticas de intervenção e os projetos societários que os norteiam — e as particularidades que a profissão adquire na divisão social e técnica do trabalho. Ela abarca forças, direções e projetos diferentes e/ou divergentes/antagônicos e condiciona o exercício profissional. Na definição das finalidades e na escolha dos meios e instrumentos mais adequados ao alcance das mesmas, os homens estão exercendo sua liberdade (concebida historicamente como escolha racional por alternativas concreta dentro dos limites possíveis). Tais finalidades (ainda que de caráter individual) estão inscritas num quadro valorativo e somente podem ser pensadas no interior deste quadro, entendido como acervo cultural do qual o profissional dispõe e lhe orienta as escolhas técnicas, teóricas e ético-políticas. Tais escolhas implicam projetar tanto os resultados e meios de realização quanto às consequências. Isso porque, no âmbito profissional, não existem ações pessoais mas ações públicas e sociais de responsabilidade do indivíduo como profissional e da categoria profissional como um todo. Para tanto, há que se ter conhecimento dos objetos, dos meios/instrumentos e dos resultados possíveis. (GUERRA, 2000a, P.13)

Ou seja, compreender a construção da instrumentalidade é saber que a mesma está fundamentada em um conjunto de saberes específico. Iamamoto (2000), às denomina de:

- 1- Competência ético-política – o Assistente Social não é um profissional “neutro”. Sua prática se opera no meio das relações contraditórias de poder e de forças sociais

da sociedade capitalista. Sendo assim, é essencial que o profissional obtenha um posicionamento político, para que possa haver transparência de qual é a direção social da sua prática. Exigindo valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão presentes no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93);

2- Competência teórico-metodológica – o profissional deve ser apto para entender e conhecer a realidade social, política, econômica e cultural com a qual trabalha. Para esse fim se faz fundamental um intenso rigor teórico e metodológico, que o possibilite permita assimilar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando absorver sua essência e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;

3- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer e ser capaz de criar um conjunto de habilidades técnicas que possibilite, ao mesmo, elaborar ações juntamente com a população usuária e às instituições contratantes, certificando assim uma inserção qualificada do profissional no mercado de trabalho, que possa responder às demandas que são colocadas tanto pelos usuários, quanto para seus empregadores.

Esse entendimento se apoia na construção dos fundamentos teóricos, metodológicos e históricos que o Serviço Social vem acumulando e desenvolvendo ao longo dos anos, mais especificamente a partir dos anos 1980, e que servem como base para o debate sobre o projeto ético-político. Articular todas essas três dimensões coloca em evidência a necessidade da articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, e ciência e técnica.

Isto posto, é evidente que, para desempenhar qualquer tipo de intervenção, torna-se necessário que o assistente social articule as dimensões teórico metodológico, técnico operativo e ético político do exercício profissional. O profissional, por meio do seu trabalho, com base em suas condições sócio-históricas e de um projeto profissional associado a um projeto societário, exerce suas abordagens e emprega o instrumental numa perspectiva ético-política, vinculando a direção teórico-política às demais dimensões da prática profissional.

Consideramos, então, que o Serviço Social é parte do processo de reprodução social e que se a sua prática se desenvolve no interior da divisão social e técnica do trabalho - como uma especialização do trabalho coletivo - sua instrumentalidade sofre as determinações da dinâmica social, da qual emanam as demandas para as instituições nas quais os assistentes sociais atuam. Para a consecução de seu trabalho, os assistentes sociais acionam um instrumental técnico-operativo, que contribui para a viabilização da inserção da profissão em diversas formas de enfrentamento das manifestações da questão social. (TRINDADE, 2001, p.6)

Em síntese, a racionalidade burguesa, por natureza, resulta em um processo de naturalização das relações sociais, demandando acima de tudo ações imediatas que fogem à essência dos fenômenos, ela limita os objetivos em uma abordagem segmentada e empiristas.

O Serviço Social durante muito tempo buscou no referencial positivista o aperfeiçoamento de suas metodologias e técnicas de intervenção na realidade, como forma de almejar eficiência e eficácia às suas ações. A instrumentalidade era pautada apenas na busca de domínios e instrumentos e essas bases conferiram durante muito tempo a busca somente desses fatores para a profissão. Somente a partir da década de 1980, é que o Serviço Social através das diversas lutas dos setores progressistas da categoria, e até mesmo exterior a elas, é que a profissão, através da proposta de Yolanda Guerra, conseguiu colocar a instrumentalidade como mediação que permite ultrapassar as respostas genéricas e de caráter universalistas e chegar às singularidades da intervenção profissional. A racionalidade formal-abstrata abre espaço para a razão crítico-dialético e é a partir disso que a profissão consegue se desenvolver para além das ações pragmáticas e racionais que o projeto burguês impõe. Mas como ficará o trabalho do profissional frente às mudanças na organização do Trabalho e do Estado que acontece após a decadência do Welfare State? Como fica essa instrumentalidade?

Este primeiro capítulo buscou, até aqui, trazer uma análise dos processos históricos e sociais constitutivos da profissão a ser demandada em um período de contínua intervenção econômica e social do Estado - até então regulacionista -, frente à questão social, que permitiu sua inserção na divisão sócio-técnico do trabalho, sua relação com o trabalho, e os fundamentos que fizeram e fazem da profissão o que ela é hoje.

O movimento de reação da Igreja Católica, a eclosão do capitalismo monopolista e a politização da questão social por parte do Estado nas primeiras décadas do século XX, foram os elementos centrais para o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social. A chamada para intervir através das políticas sociais, no Estado regulacionista, deu aos profissionais a especialização que permitiu à categoria profissional adentrar na divisão social e técnica do trabalho, dando também as suas primeiras técnicas e metodologias de ação, obviamente voltados para a manutenção da ordem e disciplinamento dos trabalhadores. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e da Renovação da profissão no Brasil, foram os precursores para o rompimento do tradicionalismo e para o aprofundamento dos debates sobre instrumentalidade e suas condições de trabalho. O debate acerca da instrumentalidade, principalmente a que foi realizada por Guerra (1995, 1997, 2000a e 2000b), pôde trazer uma abertura para que profissão conseguisse objetivar a

instrumentalidade como mediação para a intervenção, e parasse de compreendê-la apenas como um conjunto de métodos que, entendidos, qualquer um poderia desenvolver.

Mas e com a reestruturação produtiva? Quais serão os impactos que sofrerá o mundo do trabalho? Quais vão ser os novos determinantes, contemporâneos, do exercício profissional?

O capítulo 2 - “Reestruturação Produtiva: novas determinações no mundo do trabalho e nas funções do Estado” terão como objetivos trazer essas análises: mudanças no mundo do trabalho e reconfiguração do Estado para que se possam entender os impactos no trabalho e nas condições de trabalho do profissional de Serviço Social.

CAPÍTULO 2 - NOVAS DETERMINAÇÕES PARA O MUNDO DO TRABALHO E NAS FUNÇÕES DO ESTADO

O modo de produção capitalista, em toda sua história, busca, acima de tudo, a acumulação, expansão e a concentração de riquezas, o que constantemente provoca a busca por novas formas de organizar o trabalho e de se relacionar com a natureza com o objetivo de controle sobre a produção do valor. É visível perceber ao longo dos anos que esse sistema, através da territorialização e desterritorialização e da mundialização crescente, busca incansavelmente superar as barreiras impostas por sua própria base de acumulação.

Nesta lógica, as crises periódicas além de refletirem uma intensificação das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas, definindo os limites para seu desenvolvimento, também desempenham um papel fundamental para esse sistema.

No momento em que o capital alcança um estágio maduro de desenvolvimento, as crises surgem como uma forma de desproporção entre os setores produtores de meios de produção e bens de consumo. Essencialmente essas crises, são crises de superprodução de mercadorias e superacumulação de capital, onde a expansão da capacidade de produção se estende para além das necessidades de valorização do capital. Dessa forma, ao mesmo tempo em que evidenciam as contradições do sistema, as crises também atuam como contra-tendência restituindo as condições de valorização do capital, desvalorizando parte do capital já existente, monopolizando a propriedade e criando uma significativa massa de exército industrial de reserva²².

Para a retomada da produção e da expansão é necessário uma “transição no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado”, ou seja, uma nova forma de organização da produção que consiste em mudanças de hábitos, consumo, configurações geográficas e políticas, mudanças nos poderes do Estado, e principalmente transformação na produção e reprodução da vida (HARVEY, 1992). E, como vimos tentando demonstrar, também flexiona a instrumentalidade do assistente social.

O período pós-guerra que prolongou de 1945 a 1973, foram fundamentadas num complexo conjunto de técnicas de controle do trabalho, hábitos de consumo, tecnologias e configurações de poder político-econômico que faziam do Fordismo-Keynesiano uma estrutura que por 30 anos ocasionou um expressivo crescimento da economia capitalista. Esse

²² Nas palavras de Marx: “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (1988, p. 731).

crescimento derivou de uma série de compromissos, reposicionamentos e equilíbrio do poder, principalmente do Estado, do capital corporativo e do trabalho. O Estado assumiu novos papéis principalmente no mundo da economia como um sustentador do pacto capital e trabalho, o capital corporativo teve que se ajustar na busca por lucratividade e o trabalho assumiu novas posturas tanto no processo de produção quanto nos hábitos de consumo.

A falência desse sistema a partir da década de 1960 e mais fortemente em 1970 foram resultados de um conjunto de mudanças e incertezas, resultante das taxas de crescimento, da precária absorção de novas gerações no mercado de trabalho, como resultado dos avanços tecnológicos que pouco a pouco começou a contrariar a política do pleno emprego, e a capacidade do Estado regulador que não mais conseguia sustentar o Welfare State.

De acordo com Behring e Boschetti (2009), a política Keynesiana que tirou o capitalismo da crise, elevando o investimento produtivo, é também o responsável pelo alto déficit fiscal estatal que resulta em enormes dívidas públicas e privadas, isso e a grande recessão causada pela alta do preço do petróleo em 1973-1974, foram os primeiros vestígios de que o “sonho” do pleno emprego e da cidadania vinculada à política social havia acabado no capitalismo central²³ e estava danificado nos países periféricos²⁴, onde efetivamente nunca se realizou.

Entre os fatores que impulsionaram o colapso desse padrão de acumulação, tem-se a rigidez no estoque das mercadorias, nos tipos e nas formas de produzi-las, e ainda no processo de trabalho e no capital fixo (meio de produção). A política monetária era tida como único meio flexível, o que também contribuiu para a decadência do fordismo. A crise do padrão de acumulação fordista/taylorista deve-se ainda ao aumento dos preços do petróleo pela OPEP (Organização dos países exportadores de petróleo) e ao embargo de exportações de petróleo na guerra árabe-israelense (1973). Todos estes fatores resultaram na falência técnica de New York - considerada o grande centro financeiro do mundo - e, a partir daí, as empresas começam a criar mecanismos no sentido de reestruturar a economia, visto que diante das mudanças ocasionadas pela crise mundial, já não era possível manter a rigidez do fordismo (HARVEY, 1996).

Abre-se então espaço para uma nova forma organizacional da sociedade, pautada em novas configurações produtivas, novos hábitos de consumo, novas tecnologias e, sobretudo

²³ Grandes potências imperialistas. Ver mais em "Dialética da dependência" de Ruy Mauro Marini.

²⁴ Países periféricos, são os países cuja industrialização aconteceu tardiamente sob a forma de capitalismo dependente. “Uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Ver mais em "Dialética da dependência" de Ruy Mauro Marini.

uma nova reconfiguração do Estado. Esse processo é conhecido como reestruturação produtiva.

Partido do pressuposto da condição assalariada da/do assistente social, ou seja, que este trabalhador/trabalhadora, submete-se a alienar sua força de trabalho em troca de salário. Afiançados nesse espólio intelectual que compreende como trabalho o Serviço Social e como trabalhadora/trabalhador a/o assistente social, será apresentado neste capítulo como essa nova organização no trabalho ditará o desenvolvimento do Estado e da política pública, e os impactos que essa reconfiguração causa no mercado de trabalho do Assistente social, em suas condições de trabalho, em sua instrumentalidade, representando um duplo impacto a esta categoria de profissionais que opera sobre as consequências de uma relação desigual entre capital e trabalho.

2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A nova crise do capital, que surgiu em meados da década de 1970 nos países de capitalismo central, impulsionou uma série de transformações sócio-históricas que atingiu as mais diferentes áreas do ser social. A grande substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto²⁵, as mudanças na proporção de funções realizadas pela força de trabalho no processo de valorização do capital, o aumento dos investimentos em equipamentos, a expansão de novas tecnologias, e a vida curta do capital fixo, intensificaram, cada vez mais, as contradições do modo de produção capitalista, fazendo com que a política do pleno emprego começasse a ruir.

No ponto de vista Keynesiano, o aumento significativo do desemprego, a elevação dos preços das matérias primas e a queda no volume do comércio mundial, foram às bases, para a queda das taxas de lucros e da demanda global. Foi papel do Estado, nessa época, financiar e diminuir os impactos da crise com uma série de programas de austeridade que tentavam uma estratégia monetária ainda no estilo Keynesiano, (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

No Brasil, os esforços do capital na tentativa de recuperação das taxas de lucro envolviam:

²⁵Substituição de trabalho humano por máquinas. Karl Marx (1946, p.273), acreditava que nessa substituição da mão-de-obra humana do processo produtivo e a criação cada vez maior de um exército industrial de reserva de trabalhadores desempregados, os capitalistas estavam cavando sua própria sepultura, uma vez que, haveria menos consumidores com poder aquisitivo, suficiente, para comprar seus produtos.

eliminação, absorção ou redução da atividade de empresas menos rentáveis; introdução de técnicas de produção mais avançadas; redução da produção de produtos com demanda em estagnação e aumento daqueles com maior procura; investimentos de racionalização de custos com matérias-primas, energia, força de trabalho e emprego de capital fixo; crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho, no sentido de aumentar de maneira mais durável a taxa de mais-valia relativa; redistribuição de antigos mercados, dentre outros. (MANDEL, 1990, p.197 *apud* BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 115).

A reestruturação da economia da Europa Ocidental e Japão, a alta inflação nos EUA (principalmente devido ao seu destaque sob a indústria bélica que, com o fim das guerras, teve enorme enfraquecimento da sua demanda consumidora) e a substituição das políticas de importação, principalmente na América Latina, tornavam o cenário propício ao fracasso do regime fordista e os anos entre 1970 e 1980, se tornaram um inquieto momento para reajuste econômico, social e político, benéfico para o nascimento e expansão de um novo complexo de reestruturação produtiva. Essa nova organização é nomeada de Toyotismo e tem como características fundamentais a divisão global do mercado de trabalho e a adequação da produção.

Na tentativa de se restabelecer após os impactos da Segunda Guerra Mundial, que destruíram seus parques industriais, o Japão, no período de 1948-1975, começa a desenvolver um modelo de organização direcionado à produção de mercadorias, pautados na flexibilização e nas inovações tecnológicas. Essa reorganização do trabalho foi desenvolvida pelos engenheiros Taiichi Ohno, Shingeo Shingo e Eiji Toyoda, nas fábricas de montagem de automóveis da Toyota - palco dos primeiros investimentos.

Em virtude das limitações territoriais que fazem do Japão um país bastante dependente de importações de matérias primas, e de possuir pouco espaço para armazenamento de produtos, o Toyotismo foi desenvolvido como uma alternativa ao fordismo e sua ideia de produção em massa que exigia um alto padrão de estocagem.

Apesar da sua data de início, somente a partir da década de 1980, com a perda de hegemonia econômica por parte dos Estados Unidos, com a crise do Welfare State, foi que o novo modelo começou a se expandir no mundo do mercado industrial.

O toyotismo acaba por instaurar “uma nova hegemonia do capital, no plano da produção de mercadorias, articulando de modo original, coerção capitalista e consentimento operário” (ALVES, 2000, p. 39). As novas fábricas tinham como princípio a racionalização e ao invés do trabalho parcelado da linha de montagem, havia as ilhas de produção, grupos automáticos e malhas de produção, onde os mecanismos automáticos substituem o trabalho vivo.

Determina-se assim um maior controle dos trabalhadores e um maior comprometimento do trabalhador no seu cargo: “A Toyota trabalha com grupos de oito trabalhadores (...). Se apenas um deles falha, o grupo perde o aumento, portanto, este último garante a produtividade assumindo o papel que antes era da chefia” (WATANABE, 1993:5 *apud* Alves, 2000, p.54).

Esse novo padrão de produção, também consiste em produzir dentro dos padrões que atendam ao mercado consumidor – a produção varia de acordo com a demanda. Implanta-se assim o sistema *Just in time*, que em Inglês significa literalmente “na hora certa” ou “momento certo”. Neste sistema de administração da produção, nada deve ser produzido, transportado ou comprado antes da hora certa - entregar o necessário, na hora necessária, na quantidade necessária -, desta forma a oferta de produtos nunca será maior do que a demanda.

Vale apontar, segundo ALVEZ E TAVARES (2004), que apesar das diversas mudanças ocorridas na transição do fordismo/taylorista para o toyotismo, alguns aspectos de continuidade são visíveis, como por exemplo, a “captura” da subjetividade dos trabalhadores presentes em Ford que foi sistematizado com o toyotismo, a preocupação de uma organização descentralizada da produção e redução dos níveis hierárquicos - encontrados no “manual” de Ford -, apontamentos sobre a responsabilização individual e incitação da competição.

Queremos completa responsabilidade individual [...] onde a responsabilidade se acha fragmentada e dispersa por uma série de serviços, rodeado por sua vez de um grupo de subtitulares, é realmente difícil encontrar alguém que seja realmente responsável [...] o jogo do empurra, que certamente nasceu nas empresas de responsabilidade fragmentada [...] O espírito de competição leva para a frente o homem dotado de qualidades [...] não dispomos de postos ou cargos, e os homens de valor criam por si mesmos as suas posições [...] A pessoa em questão vê-se de repente num trabalho diverso com a particularidade de um aumento de salário (FORD, 1967, pp. 74-76).

Vale destacar a substituição dos métodos empíricos por métodos científicos apresentados em “Princípios da Administração Científica”, assim como a cronometrização de tarefas e trabalho mecânico.

Um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho. [...] em quase todas as artes mecânicas, a ciência que rege as operações do trabalho é tão vasta e complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, quer por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental (TAYLOR, 1990, p. 43).

Também as atividades gerenciais, o incentivo à competitividade, remuneração variável, anulação e robotização dos trabalhadores:

Se você é um operário classificado deve fazer exatamente o que este homem lhe mandar, de manhã à noite. Quando ele disser para levantar a barra e andar, você se levanta e anda, e quando ele mandar sentar, você senta e descansa. Você procederá

assim durante o dia todo. E, mais ainda, sem reclamações. Um operário classificado faz justamente o que se lhe manda e não reclama (TAYLOR, 1990, p. 46).

Instituiu-se preciso registro diário da qualidade e quantidade do trabalho produzido. [...] este registro permitiu ao chefe incitar a ambição de todas as inspetoras, aumentou o ordenado daquelas que realizavam grande quantidade de trabalho de boa qualidade, enquanto, ao mesmo tempo, abaixava o salário daquelas que trabalhavam sem interesse ou despedia outras que se revelavam incorrigivelmente lentas ou desleixadas (TAYLOR, 1990: 71).

Portanto, de acordo com Mota e Amaral (2006), as principais mudanças advindas da reestruturação são nas esferas da produção, circulação e na esfera política e institucional. Na esfera da produção é possível observar aumento nas taxas de lucro advindo do crescimento da produtividade, que é resultado da inserção de novas tecnologias e das novas formas de consumo. Na esfera da circulação há uma série de mudanças no mercado consumidor, que é determinado em grande parte pelas novas formas de concorrência entre empresas. E na esfera sócio-política e institucional ocorrem novas maneiras de controle sobre o trabalho, o que consequentemente exige reformas institucionais que sejam capazes de promover o consentimento dos trabalhadores.

Para a burguesia a reestruturação indicava a modernidade amparada no neoliberalismo, no pragmatismo econômico e no progresso técnico.

O neoliberalismo, como ideário econômico e político, expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica. O pragmatismo econômico, expresso na subordinação dos processos sociais às necessidades de reestruturação (ajustes e reformas), neutralizando, na prática, as questões que dizem respeito aos projetos sociais. O progresso técnico como depositário “asséptico” da nova ordem do trabalho. (MOTA; AMARAL, 2006, p.7)

Enquanto para os trabalhadores, é visível uma sociabilidade definida por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, além dos impactos na precarização do trabalho, desemprego e ajustes salariais. Essa sociabilidade se adequa às necessidades do capital de gerar diferentes formas de subordinação do trabalho, visto a emergência de um mercado cada vez mais flexibilizado e de uma produção mais intensa.

No que se refere às relações de produção, a reestruturação é materializada sob as tendências tecnológicas de automação programável, que envolvem um extenso processo de mudanças e inovações organizacionais, muitas delas baseadas nos métodos de controle do fluxo de informações produtivas como o *just in time* (ALVES, 2000). Consequentemente, todo este movimento se configura em novas formas de produção de mercadorias pautadas na racionalização do trabalho vivo, o que aumenta a produtividade e diminui os custos de produção.

Todo esse processo de acumulação trouxe uma série de consequências no mundo do trabalho. Diferente do fordismo, onde o trabalhador executava apenas uma única função, na acumulação flexível o trabalhador é multifuncional e polivalente, sendo responsável por várias funções diferentes e executando-as conforme a necessidade da empresa. A flexibilização da produção rompe com o trabalho rotineiro e repetitivo ao mesmo tempo em que causa uma instabilidade no trabalho, instabilidade geográfica, incerteza na função a qual desempenhar, e principalmente a inserção de novas tecnologias e maquinários, entre outros. No que diz respeito ao Serviço Social, é notável além da precarização do seu trabalho - inseguranças, trabalho terceirizado, contratos curtos, intensificação do trabalho e da jornada de trabalho -, um aumento nas suas demandas, advinda de toda essa precarização como um todo.

Segundo Ceolin (2014), a inserção de conquistas tecnológicas que provocam o aumento da produtividade e a rotação do capital, exige um trabalhador polivalente com maior nível de educação, conhecimento e treinamento, que seja capaz de operar, manter e fazer a manutenção dos maquinários. A introdução dessas novas tecnologias e a desconcentração do espaço físico consiste em um enorme obstáculo para a classe trabalhadora, visto que, a mobilidade do capital faz com que seja possível a introdução do mesmo, em regiões de força de trabalho barata. Acarreta-se, assim, a obtenção de uma enorme lucratividade e um aumento da exploração dos trabalhadores.

Sennett (1999), também acrescenta que a natureza flexível dessa reestruturação, produz uma situação de ansiedade nos sujeitos, isso porque não é possível ter ciência dos riscos que correm ou onde irão chegar, se vai ter trabalho para dias ou meses, se vão poder permanecer na mesma cidade com a família e com os amigos ou se daqui um ano terá que migrar para outra região, a vida das pessoas que dependem do sustento do trabalho ficam a deriva.

O autor também leva em conta as diferenças entre o sexo masculino e o feminino nesse processo. Para o autor, aos homens a acumulação flexível possibilitou uma política de reprofissionalização do trabalho e novas carreiras, enquanto para as mulheres significou um aumento das formas precárias de contratação - de curto prazo, parcial, temporário - além da multiplicidade das atividades sem aumento dos salários. Cabe aqui ressaltar que o Serviço Social é uma profissão hegemonicamente feminina, e que as oportunidades e “condições de trabalho das mulheres são expressas pelo patriarcalismo e pela divisão sexual do trabalho que naturalizam as diferenças biológicas entre os sexos e determinam o papel a ser ocupado por homens e mulheres no conjunto das forças produtivas”, (NASCIMENTO, 2014, p.2).

Todo esse processo acarretou na desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, na informalização da contratação dos trabalhadores e na intensificação do trabalho.

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produto inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial tecnológica e organizacional (HARVEY, 1989; 140).

Já a terceirização e a subcontratação consistem em uma estratégia de manipulação do trabalhador coletivo voltado para a dessubjetivação de classe (VIZZACCARO-AMARAL; MOTA; ALVES, 2011). As grandes empresas perceberam que ao contratarem outras empresas para fazerem determinados serviços sairia bem mais barato do que deixar uma única corporação comandar todo processo produtivo. Nesse sentido, a terceirização é movida pela redução dos custos salariais das organizações capitalistas, ao mesmo tempo em que promove uma fragmentação do coletivo ao fragilizar a representação sindical e política dos trabalhadores, resultando em uma pauperização da classe trabalhadora e conseqüentemente dos assistentes sociais.

Muitas empresas fizeram um significativo desmonte, dividindo-se em pequenos grupos que se estabeleceram em diferentes partes do mundo, esse processo fez com que os empregos permanentes fossem pouco a pouco desaparecendo, significando uma enorme instabilidade do trabalho. As transformações no trabalho “desproletariza” o trabalho industrial fabril e amplia significativamente o assalariamento no setor de serviços.

A expansão do setor de serviços deriva, por um lado, do próprio processo de acumulação de base industrial, na medida em que se ampliam as formas de produção do excedente e as demandas quanto ao seu investimento, e, por outro, da expansão das formas de oferta, acesso e demanda de serviços cada vez mais regidas pela lógica e processos característicos da sociedade capitalista, que acabam suplantando, ou incorporado à sua dinâmica as formas remanescentes, tanto do modo de produção anterior como de suas próprias fases antecedentes. (ALMEIDA, 1996, p.35)

No Brasil, o crescimento da industrialização, urbanização e da agropecuária, aumentou significativamente o setor de serviços - atividades cuja produção não é mensurável em unidades físicas, o produto somente existe durante o processo produtivo -, uma vez que aumentaram as atividades de distribuição de serviços financeiros e mercadorias. Esse setor incorporou um contingente de desempregados dos setores produtivos e das migrações internas que ocorriam no país.

A crise da década de 1970/80 fez com que houvesse uma perda de desempenho da atividade industrial e a intensificação da globalização, simultaneamente com a abertura da economia que provocou uma reestruturação nas empresas. A consequência desse processo foi

a redução dos postos de trabalho na indústria e um aumento de serviços de alta tecnologia, como os de comunicação, informática e consultoria.

Nessa reestruturação, tanto os serviços de ponta quanto os mais tradicionais deixaram de ser incorporados nas fábricas e passaram a ser adquiridos pelas empresas prestadoras de serviço - terceirização. Causando desse modo o crescimento do setor de serviços na economia.

A partir dos anos noventa, com a intensificação da política neoliberal, o setor de serviços também passa por mudanças. Nessas transformações estão as inserções de novas tecnologias, responsáveis pelo aumento da produtividade e redução de custos. Ao mesmo tempo em que essa introdução permitiu o surgimento de novas atividades, abrindo novas ocupações e postos de trabalho cada vez mais qualificados, ela também gerou uma precarização das relações trabalhistas e eliminação de postos de trabalho.

Carleial (1997) aponta que esses mecanismos de externalização e terceirização que são adotados pelas empresas, geram uma migração da sua capacidade produtiva para médias e/ou pequenas empresas que estimulam o crescimento de trabalhadores autônomos, sem quaisquer vínculos empregatícios. Este processo é o principal fator para a fragilização das condições de trabalho e pelo enfraquecimento do poder sindical.

Raichelis (2011), no que diz respeito ao Serviço Social, afirma, que a terceirização trouxe sérias consequências para a atividade profissional: subcontratações de serviços individuais dos assistentes sociais, seja por parte das empresas ou de assessorias; desconfiguração do significado técnico feito pelos profissionais; mudança nas relações entre a população, suas formas de representações, bem como a gestão governamental; submete as ações desenvolvidas a prazos contratuais - descontinuidade e rompimentos -; e efetua um desacordo entre direito e prestação de serviços, uma vez que, oculta as responsabilidades do Estado transferindo-as para a sociedade civil. As reduções dos gastos sociais do trabalho, causam uma deterioração do trabalho contratado e regulamentado, assim como, degrada os direitos sociais trabalhistas que o Welfare State até então sustentava.

Além da terceirização, que se apresenta como uma das transformações mais presentes no mercado de trabalho, a precarização do trabalho se apresenta, também, sob outros aspectos. Pensando a realidade brasileira do trabalho, Druck (2009), destaca cinco tipos constitutivos das análises sobre a precarização advinda dessa onda de globalização mundial neoliberal, produto dessa reestruturação produtiva:

1. *Novas formas de mercantilização da força de trabalho* - a mercantilização do trabalho estabelece um mercado de trabalho heterogêneo, que configura em uma forma precária de inserção dos trabalhadores, em todos os setores.

2. *Organização e condições de trabalho* - intensificação do trabalho - que já é superexplorado -, com aumento da jornada de trabalho, polivalência e altas taxas de rotatividade, resultado da terceirização.
3. *Processo de intensificação da alienação* - desvalorização dos trabalhadores, intensificação da alienação e do estranhamento do trabalho - coisificação ainda mais profunda das relações sociais.
4. *Condições de segurança no trabalho* - precarização das condições de segurança, extinção da responsabilidade dos contratantes e subcontratados, maior exposição aos riscos e atalhos ao mesmo tempo que tem uma pressão para aumento da produtividade, o que causa maiores danos na saúde do trabalhador.
5. *Condições de representação e de organização sindical* - aumento da fragilização dos sindicatos como consequência da cultura competitiva que deteriora as ações sindicais e a mobilização dos trabalhadores.

Apresentados estes cinco pontos, vale destacar que a proposta deste estudo é evidenciar o primeiro ponto, não desconsiderando os demais, mas, contudo, sem um aprofundamento sobre eles.

Dito isto, percebe-se o impacto do crescimento dos trabalhos informais, aqueles sem registros ou de contratos temporários e de baixos salários, como um importante fator para o enfraquecimento da capacidade de negociação dos trabalhadores e para que os sindicatos passassem por dificuldades, principalmente no que consistia a defesa do emprego.

No Brasil, a precarização como processo dinâmico e central desse modo de produção atingiu tanto as regiões menos desenvolvidas do país como as mais desenvolvidas, assim como impactou desde os trabalhadores menos qualificados aos mais qualificados. O sindicato que até a década de 1980 enfrentava intensamente as ofensas do capital, como por exemplo a oposição dos sindicatos aos CCQ's²⁶, se tornou, em 1990, mais fraco. (ALVES, 2000)

A relação entre sindicato e empregado começou a sofrer mudanças. Os sindicatos de classe passaram por uma imensa perda de poder: os sindicatos deixaram de ser um lugar de reivindicações políticas e passaram a se adaptar ao capital e seus métodos. A

²⁶ Desenvolvidos no Sistema Toyotista de produção, o Círculo de controle de qualidade é um pequeno grupo de funcionários que "voluntariamente" se une para conduzir atividades de controle de qualidade dentro de sua área de trabalho. A motivação básica do CCQ é a participação.

representatividade social, as lutas das categorias e a solidariedade entre os integrantes ficaram cada vez mais reduzidos.

[...] o abandono de estratégias sindicais de classe e da crítica do controle do capital na produção, assumindo, ao contrário, estratégias sindicais pró ativas à lógica do capital, compatível com o espírito do toyotismo, que incentiva o operário a pensar “pró-ativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (ALVES, 2000, p. 83).

Nesta circunstância aparecem os sindicatos neocorporativistas - sindicatos de empresa - como sequelas das mudanças políticas e ideológicas, ocorridas dentro dos sindicatos de classe.

O cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho (ALVES, 2000, p. 83).

A classe trabalhadora, nesse meio, vivencia um cenário de fragmentação e enfraquecimento, as imprecisões do capitalismo flexível criaram um sentimento de desconfiança e tensão. A incerteza dos trabalhadores aumentou: o desempregado não vê perspectiva e o empregado tem medo do dia de amanhã. As jornadas de trabalho desgastante fazem com que as pessoas trabalhem excessivamente durante um longo período do dia, e no outro período passa preocupado com o trabalho e em se qualificar para manter o trabalho.

O processo produtivo brasileiro, nesta época, torna-se cada vez mais descentralizado (terceirização e realocação industrial), com forte inclinação para o “trabalho flexível”, ou seja, os trabalhadores possuíam cada vez menos vínculo empregatício com a empresa. Nesse novo complexo o trabalhador se tornou cada vez mais individualizado, como diz Alves “o operário polivalente aparece cada vez mais como um *servidor* de um sistema de máquinas” (2000, p. 71).

Em torno de 1993, o mundo do trabalho, no Brasil, começa a vivenciar os fortes impactos da acumulação flexível, quando, na indústria automobilística, o crescimento da produtividade veio juntamente com a redução dos postos de trabalho. Com a implementação do Plano Real²⁷, surgiu no país um impulso para a adesão da automação microeletrônica nos pólos industriais mais predominantes. Ademais, todo o processo de terceirização vivenciado, visível na flexibilização das leis trabalhistas, e na Lei do Trabalho Temporário, aprovada no

²⁷ Plano Real foi um programa brasileiro com o objetivo de estabilização e reformas econômicas, iniciado em 27 de fevereiro de 1994 com a publicação da medida provisória número 434, implantada no governo Itamar Franco. Tal medida provisória instituiu a Unidade Real de Valor (URV), estabeleceu regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia, e determinou o lançamento de uma nova moeda, o real.

Brasil em 1998, significou o assentamento da flexibilidade da produção e do trabalho. O que pode ter impactado, também, ao mercado de trabalho para assistentes sociais, com contratos de curta duração.

Na contemporaneidade o sujeito é valorizado pelo seu lugar de proprietário e consumidor - homem e mercadoria no mesmo patamar. A nova sociedade de consumo impõe uma banalização da configuração das relações sociais. Nessa maratona tudo tem permitido ser desleal, competitivo, desqualificar o colega, omitir informações, entre outras tantas práticas.

Bauman declara:

Uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção (a famosa ‘flexibilidade’) marcam todas as espécies de vínculos sociais que, uma década atrás, combinaram-se para constituir um arcabouço duradouro e fidedigno dentro do qual se pôde tecer com segurança uma rede de interações humanas. Elas afetam particularmente, e talvez de modo mais seminal, o emprego e as relações profissionais (2004, p. 112-113).

Os recentes traços do mundo do trabalho tornam mais difíceis uma relação de maior envolvimento e identificação da classe trabalhadora com a vida profissional. Antunes, alerta que “quando se visualiza e se desenha o mundo do trabalho hoje, aflora o seu traço destrutivo; o ser social que trabalha vivencia seu cotidiano entre a violência do trabalho, a violência da precarização e a violência ainda maior do desemprego” (2001, p.24).

O trabalho, que para muitos era a fonte de realização e de construção de identidade, se transforma em um universo gerador de sofrimentos e adoecimentos.

O mundo do trabalho torna-se, de forma rápida e surpreendente um complexo monstruoso, que se por um lado poderia ajudar, auxiliar o homem em sua qualidade de vida, por outro lado, patrocinado pelos que mantêm o controle do capital, da ferramenta diária que movimenta a escolha de prioridades, avassala o homem em todos os seus aspectos (HELOANI, 2003, P. 102).

A classe trabalhadora se fragmenta, fica mais heterogênea, dividida entre trabalhadores jovens e velhos, estáveis e precários, qualificados e desqualificados, imigrantes e nacionais, formal e informal, homens e mulheres, etc.

Todas essas mudanças no trabalho vêm a reboque do crescimento e desenvolvimento do Neoliberalismo. Na veia política neoliberal, está a refutação do Estado como agente econômico, passando a ser o mercado o regulador de sua própria economia. Ao mesmo tempo em que garante “alguns direitos sociais”, repele o trabalhador do processo produtivo e não cria empecilhos para o desenvolvimento do capital, criando-lhe condições favoráveis para que aumente sua taxa de lucro, como por exemplo, dispensando as multinacionais instaladas em países subdesenvolvidos de pagarem uma série de impostos.

As transformações no mundo do trabalho têm alterado as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social, com ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão dos direitos sociais (CELION, 2014, p. 250).

As políticas sociais, construídas no Estado regulacionista, passam a ser cada vez mais focalizadas, descentralizadas e privatizadas, tornando cada vez mais presente a ideia da refilantropização social. Entretanto, o que se evidencia, diferentemente da relação religiosa com a ação social de outrora, é uma “filantropia do grande capital”, que é resultante de um grande processo de privatização dos serviços públicos.

O recuo do Estado em suas obrigações no campo social fica cada vez mais evidente, e o pacto entre capital e trabalho sustentado pelo Estado, com os avanços neoliberalistas, fica de lado. O Estado passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que, agora, ele age em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. Nessa nova configuração o Estado assume novas funções que resultam em outras configurações de trabalho, novas formas de desenvolvimento das políticas sociais e junto com elas novas determinações para o trabalho do assistente social.

O novo papel do Estado, o avanço neoliberal e os impactos da reestruturação produtiva no Serviço Social serão os temas que serão abordados no próximo tópico.

2.2 ESTADO E SUAS NOVAS DETERMINAÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

O êxito do modelo social-democrata do Estado, apresentado e desenvolvidos nos 30 anos gloriosos, é explicado, principalmente, pela *impregnação do fetichismo*²⁸ (BIHR, 2010), que colocava o Estado como um órgão neutro que se posicionava acima das classes, sendo assim um instrumento que pode ser colocado apaticamente a serviço tanto da política burguesa quanto da classe trabalhadora. O sonho de que o Estado resolveria todas as contradições inerentes a acumulação do capital acaba ocultando o papel do próprio Estado de manutenção e reprodução social. Essa perspectiva foi o que permitiu o Estado reger e formalizar o pacto que reinou entre o capital e o trabalho durante a política keynesiana.

²⁸ Em seu empenho de pesquisa do modelo social-democrata do movimento operário, Alain Bihr considera o fetichismo do Estado como princípio paradigmático da organização e concepção do movimento operário, que em sua constituição reelaborou temas da ideologia burguesa: - o mito da objetivação histórica; - o mito do progresso; - o mito da classe; - o mito do partido; - o mito da revolução. Para mais detalhes ver Bihr (2010).

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por profundas mudanças na presença do Estado na economia, à ofensiva neoliberal e a transnacionalização²⁹ do capital, de acordo com Bihr (2010), foram os grandes causadores das transformações que ocorreram nas funções desenvolvidas pelo Estado, mudando sua estrutura e forma de estatização.

O Estado desempenhou como foi mostrado, um importante papel na sustentação da reprodução do capital, no estabelecimento deste pacto entre capital e trabalho no período fordista. Ele garantiu as condições institucionais para que os trabalhadores se tornassem parceiros sociais. No nível social, o Estado possibilitou a reprodução social da força de trabalho através da instauração do salário indireto, que permitiu um aumento do orçamento social. E no nível econômico, além de suas funções relacionadas à gestão do fundo público, também garantiu a produção e a socialização de uma quantidade significativa de meios de produção.

Assim, enquanto no Estado regulador há uma forte concentração do poder político, com a transnacionalização do capital e com os avanços dos ideais neoliberais há uma séria separação entre o espaço econômico, que se torna transnacional atravessando as economias nacionais e as ultrapassando, e o espaço político, que essencialmente se permanece nacional (BIHR, 2010).

A gestão estatal passa então por uma profunda contradição,

Por um lado, os Estados devem continuar a desempenhar seu papel de mestres de obras da reprodução do capital nos níveis *social* e, sobretudo, *político*: devem continuar a garantir as condições sociais e políticas gerais da dominação de classe nos limites do espaço nacional. Enquanto, por outro, seu domínio sobre a reprodução do capital no nível *econômico*, apesar de ser condição essencial de sua ação nos dois níveis anteriores, enfraqueceu-se de maneira singular. (BIHR, 2010, p. 114)

Tem-se então, como resultado deste processo uma divisão do Estado (mundial, nacional e regional), a justificativa é de que uma sociedade que gira em torno da transnacionalização do capital se tornou hermética demais para ser controlado por um único Estado. Nenhum Estado, hoje, dispõe mais da força tecnológica, industrial, comercial, financeira e militar necessária para reconstruir uma ordem mundial sob sua própria égide, assim, “no curso dos últimos anos assistimos em todos os países capitalistas desenvolvidos uma regionalização (ou circunscrição) da regulação social, e, ainda que em menor medida, a uma regionalização da política econômica” (BIHR, 2010, p. 114).

²⁹ Como o capital é uma relação social de produção, temos de imediato que o processo de transnacionalização significa que o capital se produz, se reproduz e circula através - e independentemente - das fronteiras nacionais. Ver mais em Bihr (2010).

Se com a industrialização da produção a valorização do capital contribuiu para as desigualdades no desenvolvimento dentro do espaço nacional, por outro lado, também contribuiu para o crescimento da desigualdade entre as regiões. Com a transnacionalização, os aparelhos produtivos nacionais não conseguem dar conta de corrigir essas desigualdades, havendo assim, ainda de acordo com Bihl (2010, p. 116), uma descentralização: cada região deve combater suas necessidades particulares no que diz respeito a equipamentos, formação profissional, ação social e/ou sanitária, controle policial e atividade social. Fica a cargo do poder central a fixação de quadro jurídico geral e das normas mínimas que as políticas regionais devem seguir.

Em síntese, de acordo com o autor, a regulação política é o que resta de atribuição do Estado nacional, mas essa função só será efetiva se for levado em conta os efeitos da fragmentação do proletariado. Nisso o Estado deverá fornecer o mínimo de corretivos e proteções na área da política social, como por exemplo, os direitos sociais e trabalhistas.

As análises do Estado pós-fordista feita por Jessop (1993, *apud* Arienti, 2002, p. 18), também prevê um Estado descentralizado e dividido. O autor, apresenta quatro hipóteses para as novas funções e o novo papel econômico que será desenvolvido pelo Estado: o primeiro diz respeito à “transformação do Estado Keynesiano para um Estado schumpeteriano³⁰ e do pró-trabalho”, o segundo os Estados nacionais em economias avançadas estariam sujeitos a três tipos de deslocamento de poder e esvaziamento de sua capacidade, terceiro, essas tendências estariam relacionadas nas economias desenvolvidas ocidentais, à transição do fordismo para o pós-fordismo”, e por último afirma que a junção das hipóteses anteriores faz a proposição de que o Estado schumpeteriano e do pró-trabalho é a melhor forma de Estado para o pós-fordismo.

Posto isto, o autor evidencia duas funções básicas que seriam esperadas do Estado, a primeira se refere o apoio do Estado em garantir as condições para a valorização do capital e o segundo em garantir as condições sociais e econômicas para a reprodução da força de trabalho. As transformações dos programas de seguridade social do welfare State para a

³⁰ “A concepção minimalista de democracia de Schumpeter é um modelo fundamentalmente empírico, cuja preocupação central é a *estabilidade do sistema político*. O problema central da teoria da democracia deixa de ser a participação popular e passa a ser a *eficácia* do regime democrático em eleger governos. Na visão do elitismo democrático schumpeteriano, o papel do povo não é o de interferir diretamente na política; ele não tem competência para isso. A democracia é um método de escolha de governantes, um sistema político concebido analogamente como uma forma de mercado, em que as decisões dos eleitores são resultado de um cálculo de utilidade, a política é resumida ao *grau de soberania do consumidor no mercado*. Assim, a política democrática é um sistema que institucionaliza a competição entre partidos e/ou coalizões partidárias, disputando no mercado eleitoral os votos que lhe darão a oportunidade de apoderar-se do governo. Schumpeter estabelece uma divisão do trabalho político, os eleitores escolhem e os políticos decidem” (NETO, 2011).

gestão do pró-trabalho indicam uma nova administração no controle político da classe trabalhadora, o que conseqüentemente implica em mudanças nas ações que visam a reprodução da classe (Jessop, 1993).

Assim a integração da internacionalização e transnacionalização da economia são voltadas para a capacitação das empresas nacionais, para a competição global e para a atração de investimentos para que as empresas globais passem a compor, também, o cenário nacional. Cabe ao Estado, frente aos avanços tecnológicos, organizacionais e concorrenciais, desenvolver estratégias e condições para o aumento da competitividade sistêmica e assegurar a competitividade setorial e empresarial. Neste contexto, as políticas schumpeterianas atuam a fim de promover a expansão das capacidades inovativas das empresas e aumentar seu poder competitivo em mercados de ampla concorrência (*idem*).

Juntamente com essas políticas de incentivo à empresa, estão as reformas do Estado para garantir a reprodução da força de trabalho, promovendo a capacitação frente às inovações tecnológicas e adequando esses profissionais para a flexibilidade e menor custos das empresas. Ou seja, a estratégia do Estado gira em torno de subordinar a política social às demandas empresariais, primeiro “criando” uma força de trabalho mais flexível, segundo criando um mercado de trabalho mais flexível e terceiro promovendo a flexibilização nos custos indiretos das mãos de obras, através de reformas trabalhistas e previdenciárias que visem a diminuição de benefícios e direitos sociais.

Todas essas novas funções esperadas pelo Estado schumpeteriano e do pró trabalho não podem ser desempenhadas por “uma estrutura com centralização de poder e concentração de capacidades operacionais típicas do Estado fordista”, isso porque o Estado fordista,

[...] se tornou excessiva, com seu aparato institucional e operacional amplo de intervenção na economia formada por empresas estatais e agências de planejamento, e desnecessária e insuficiente, frente aos novos objetivos que requerem outros instrumentos de política (Arienti, 2002, p.21).

Diante disso, Jessop (1993, *apud*, Arienti, 2002, p. 24) apresenta três tendências de divisão do poder estatal, primeiro, observa-se um deslocamento do poder para cima, do Estado nacional para as organizações internacionais e intergovernamentais. O Estado diante dessa transnacionalização acaba por perder a autonomia no controle dos capitais, ou seja, as organizações internacionais, como por exemplo, o Fundo Monetário Internacional - FMI - e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD - passam a ordenar a dinâmica da economia internacional.

A segunda tendência refere-se ao deslocamento para baixo, do Estado central para as esferas regionais.

A política de competitividade deve levar em consideração as vantagens comparativas regionais, a formação de cluster locais e de sistemas locais de inovações. Dada a busca da competitividade pela inovação e diferenciação, deve-se considerar as especificidades regionais e locais. Neste aspecto, as esferas mais descentralizadas de poder têm maior conhecimento e maior capacidade de operação para implementar políticas industriais. (JESSOP, 1993, p. 22 apud Arienti, 2002, p. 22)

E a terceira é um deslocamento do poder para fora, numa linha horizontal - internacional, regional e entre os governos e organizações da sociedade civil, onde se identifica uma internacionalização dos regimes de formulação de política, que tem a participação de todos os governos.

Enfim, assim como Bihl (2010), Jessop (1993), em suas análises e hipóteses, também prevê a divisão do Estado central como uma consequência das transformações do capital pós-crise de 1970.

De acordo com Arienti (2002), as tentativas de resolução da crise através das políticas keynesianas causaram na economia um significativo aumento da inflação e para os governos nacionais um crescente déficit e endividamento público, o comprometimento das políticas no combate ao desemprego foram, então, substituídas por políticas que visava reduzir a inflação. Assim, as sucessivas mudanças políticas e econômicas que ocorreram nos anos seguintes (1980-1990) estimularam reformas nos Estados nacionais.

A primeira apresentada pelo autor se encontra no âmbito de mudanças para conter a crise financeira dos Estados e os desequilíbrios macroeconômicos.

A recomendação típica foi de restrição orçamentária e monetária e de abertura comercial, o que reduziu as características keynesianas das políticas econômicas e a proteção à economia nacional. As estratégias que caracterizam este primeiro tipo de reforma foram dirigidas para lidar a curto prazo com a crise do regime de acumulação fordista e com a crise financeira dos Estados fordistas. Teve mais o efeito de destruir as características keynesianas do Estado fordista do que em construir uma alternativa. Este tipo de reforma pode ser identificado com a fase de implementação de políticas monetaristas na segunda metade da década de 1970. (ARIENTI, 2002, p. 14)

A segunda, diz respeito às transferências das ofertas de bens e serviços realizadas pelas empresas estatais para empresas privadas, iniciando assim o processo de privatização das empresas estatais - o interesse do Estado de vender e arrecadar recursos e o interesse dos capitais privados de concentração financeira tornou esse processo viável. Como resultado deste processo houve uma deterioração do aparelho de intervenção pelo lado da oferta, que era uma das principais funções do Estado fordista.

O terceiro tipo de reforma é definido pelas novas estratégias direcionadas para as transformações na produção de bens e serviços públicos e sociais, que continuaram sendo exercidos pelo poder estatal. Bresser Pereira (1996) defende que essa reforma é essencialmente administrativa, onde se busca a transição da administração burocrática para uma administração voltada para a busca de resultados.

E por fim as mudanças relacionadas às reformas no regime de bem-estar social que causam uma diferente reforma do Estado fordista. Essas reformas tinham como objetivos reduzir os gastos, estabelecer uma disciplina financeira e ampliar a produtividade dos serviços, conseqüentemente esse processo instituiu um limite de expansão do Welfare State.

No período fordista, principalmente sob a hegemonia política da social democracia, a expansão da proteção social aos trabalhadores e aos cidadãos foi um dos elementos centrais do compromisso social fordista, o que foi garantido pelo Estado keynesiano e do bem-estar. As críticas ao Estado fordista e mais especificamente ao regime de bem-estar social foram tanto pelo lado financeiro, dado o elevado custo do regime de assistência social que ultrapassava as receitas vindas das contribuições dos trabalhadores, quanto pelo argumento do desestímulo ao trabalho e a eficiência que a proteção social pode gerar, segundo alguns críticos. As reformas levaram a uma contenção no crescimento do regime de bem-estar, à redução de privilégios e exageros e a um controle financeiro para reduzir as transferências do orçamento do governo. (ARIENTI, 2002, p. 16)

Em síntese, a primeira reforma retirou o caráter Keynesiano do Estado, o segundo mudou o aparelho estatal ao diminuir sua capacidade de intervenção pelo lado da oferta, o terceiro estabeleceu novas formas de organização e controle das unidades públicas e estatais e o último parou o crescimento do regime de bem estar social e introduziu um controle acima dos custos e da concessão de benefícios, Arienti (2002, p.17). Os dilemas políticos advindo dessas reformas estão basicamente associados às mudanças na função que o Estado tinha no compromisso social fordista, a justificativa pautava na economia, no financeiro e na administração e eram fortemente defendidas pelos ideais neoliberais. A alta tolerância para o desemprego, a fragmentação do poder político dos sindicatos, os desestímulos aos acordos coletivos de trabalho e os reajustes periódicos dos salários firmavam a quebra do compromisso social e o avanço da ideologia neoliberal.

Para Boito Jr (1999), a política neoliberal que se inicia em meio à reestruturação produtiva é fundamentalmente um liberalismo econômico, onde se enaltece o mercado, a concorrência e a autonomia da iniciativa empresarial e repele incessantemente a intervenção do Estado na economia.

Essa ideologia de exaltação do mercado se expressa através de um discurso essencialmente polêmico: ela assume, no mais das vezes, a forma de uma crítica agressiva à intervenção do Estado na economia. O discurso neoliberal procura mostrar a superioridade do mercado frente à ação estatal. Superioridade econômica,

em primeiro lugar, já que o livre jogo da oferta e da procura e o sistema de preços a ele ligado permitiriam uma alocação ótima dos recursos disponíveis, ao indicar as necessidades sociais e punir as empresas ineficazes. Essa alocação otimizada de recursos na produção faria crescer a riqueza geral. Superioridade política e moral em segundo lugar, já que a soberania do consumidor, inerente a um ambiente de concorrência, permitiria o desenvolvimento moral e intelectual dos cidadãos. (BOITO JR, 1999, p. 25)

O discurso neoliberal, ainda de acordo com o autor, identifica que a ação econômica do Estado como produtor de bens e serviços e como regulador das relações entre os agentes econômicos seria desvantajoso para o capital, uma vez que, o mesmo corrompe o sistema de preços e cria monopólios públicos fazendo com que a concorrência diminua o que consequentemente eliminaria a soberania de escolha do consumidor. Por exemplo:

Se o Estado, preocupado em assegurar alimentação adequada à população de baixa renda, reduzisse, através de medida legal, o preço dos gêneros de primeira necessidade, ele impediria que o sistema de preços, mediante a elevação no preço dos gêneros alimentícios, estimulasse nos investimentos na agropecuária [...]. (BOITO JR, 1999, p. 26)

Ou seja, para os neoliberais a intervenção do Estado na economia produziria um enorme desperdício e uma má alocação de recursos, reduzindo a riqueza geral. Já no plano político, o Estado traria privilégios para alguns e dependência para muitos. O argumento seria de que o paternalismo do Estado faria com que os sujeitos parassem de desenvolver suas capacidades e, por isso, não mais tomasse iniciativa para a resolução de seus “próprios problemas”.

Mas vale ressaltar que o princípio da ideologia neoliberal não supõe a exclusão e nem o desaparecimento da intervenção estatal, a defesa do mercado circunscreve somente aquilo que é proveito ao capital e aos grandes monopólios privados, ainda se precisa do Estado para manter os bens públicos que prestam auxílio ao funcionamento dos mercados e que, de alguma forma, prevê a organização da ordem social. Isto posto, tem-se uma redução e reformulação da intervenção do Estado, se no Welfare State o Estado implementa e mantém serviços prestativos aos cidadãos, aumentando seus gastos, com o neoliberalismo a tentativa de redução dos gastos faz com que seja retirado do Estado as obrigações para com os cidadãos.

De acordo com Pimenta (1998), na década de 1980, não unicamente o Brasil, mas vários outros países, passou por crises consecutivas e dificuldades econômicas que resultaram na predominância da economia nos processos de modernização administrativa. O Brasil, somente a partir da década de 1990, começou a desenvolver ações que visem a redução de despesas e o combate à inflação. Assim, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC - que o país começou a implementar uma série de medidas que visavam à redução de gastos

do Estado, como as privatizações dos setores públicos das telecomunicações (Telebrás), das mineradoras, como a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda e a Companhia Vale do Rio Doce. Além disso, abriu a economia brasileira para o mercado internacional (Multinacionais). A justificativa de tais medidas, sustentada pelos ideais neoliberalistas, seriam o de solucionar as graves distorções encontradas na economia brasileira, frente ao grande endividamento interno e externo do Estado, principalmente relacionados à manutenção de políticas sociais. Ou seja, esse modelo econômico reforça o poder do setor privado, fortalece os monopólios, expande a internacionalização e a descentralização e consequentemente aumenta a pobreza das massas.

A partir de 1995, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare) passa a desenvolver uma nova política de organização do Estado, baseada na descentralização da ação estatal nos setores não-exclusivos de Estado, mantendo a proposta de centralização iniciada nos anos 80 apenas para o núcleo estratégico do governo (a administração direta), responsável pela formulação e avaliação das políticas públicas, setor que deve incorporar as modernas técnicas de gestão sem alterar suas características de burocracia impessoal centralizada. Desta forma, a atual política proposta pelo Mare quebra a uniformidade dos grandes ciclos de centralização/descentralização da ação estatal, aplicando estes dois conceitos de forma diferenciada para distintos setores do Estado. (PIMENTA, 1998, p.185)

Essa reforma do Estado (Mare) iniciava uma nova investida contra os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Sustentado pela popularidade e legitimidade adquirida nas urnas, FHC inicia um governo pautado na ampla reforma nos aparelhos do Estado com o objetivo de reduzir o “custo Brasil”, resolver a crise e garantir a inserção do país na economia globalizada.

Com esse objetivo, enquanto empreende uma luta ideológica que apresenta os direitos sociais como privilégios e entraves ao desenvolvimento econômico, promove a desregulação da economia e a flexibilização da legislação do trabalho, a diminuição dos gastos públicos, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado aos investimentos transnacionais, dentre outras medidas. (SILVA, 2001, p.3)

O discurso de que a forte intervenção do Estado na economia e os significativos gastos sociais foram os pressupostos para a emergência da crise econômica, sustentou a reforma do Estado. Apesar desse discurso, Bresser Pereira, na época Ministro da Administração e Reforma do Estado, afirmou ser contrário à proposta neoliberal do Estado mínimo, pois afirmava que seu “objetivo não era o de enfraquecer o Estado, mas fortalecê-lo”, o que indicaria uma combinação entre mercado e Estado para um funcionamento eficaz do sistema econômico, sendo assim foi estabelecido o Estado social-liberal como a entidade capaz de assumir esse papel, (SILVA, 2001, p. 4). O argumento é de que o Estado social-liberal, “(...)

detém esse poder (de legislar e punir, de tributar e realizar transferências de recursos) para assegurar a ordem interna - ou seja, garantir a propriedade dos contratos -, defender o país contra o inimigo externo, e promover o desenvolvimento econômico e social” (Bresser Pereira, 1997: 22).

Desta forma, busca-se delimitar a área de atuação ao Estado, Pimenta (1998), coloca três mecanismos para o desenvolvimento do poder executivo: privatização, terceirização e publicização. A privatização seria a venda dos ativos públicos para as empresas privadas, a terceirização é a contratação de serviços externos e a publicização é a transformação de órgãos estatais em instituições não estatais, de direito privado e sem fins lucrativos.

A privatização foi vista como uma enorme oportunidade do Estado arrecadar recursos e equilibrar a economia o que, como visto atualmente, promoveu um aumento exacerbado dos monopólios privados, principalmente nos setores da educação, telecomunicações e saneamento. A publicização criou as organizações sociais - financiadas pelo Estado mas administradas por grupos privados - responsáveis pelo gerenciamento dos hospitais, universidades, creches, etc. E a terceirização, na qual o governo transferiu para o setor privado, mediante contratos, serviços auxiliares ou de apoio, (SILVA, 2001, p 5).

Além desses três mecanismos Boito Jr (1999), evidencia algumas questões que o impacto do neoliberalismo, disfarçado de Estado liberal-social traz para os trabalhadores, e que é possível ver até os dias atuais: primeiro é a política de redução do emprego e dos salários, segundo a concentração de renda e redução dos gastos sociais, terceiro a ideologia empreendedora e a informalidade e quarto a descentralização, principalmente das políticas sociais.

No que se refere ao aumento do desemprego, a política de juros exorbitantes e a retenção do crescimento econômico, além da redução dos gastos públicos em serviços urbanos e sociais e em obras de infraestrutura, são os mais significativos pontos da política econômica e social que resultam na alta taxa de desemprego. A contenção dos investimentos governamentais e o crescente processo de privatizações das empresas extinguiram milhares de postos de trabalho. Além dessa redução, a política neoliberal trouxe a degradação do emprego através da desregulamentação do mercado de trabalho, a principal medida foi a desindexação dos salários.

Ao desemprego associa-se a precarização baseada na degradação das condições e relações de trabalho, reestruturando o mercado e alargando a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirização, temporários, com sérias consequências para processos de solidariedade e formação de identidades coletivas entre os trabalhadores. (BARBOSA, 2008, p.92)

Assim com a alta taxa de desemprego e flexibilização das relações de trabalho, cresce-se a informalidade. O trabalho informal é considerado práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal, como por exemplo, comércio ambulante, artesanato, autônomos, pequenos negócios, etc., acoplando todas as atividades que são individualizadas ou que reúnem um grupo de pessoas que precisam, entre si, provocar a solidariedade na produção. Mas apesar de ser uma atividade que visa a sobrevivência individual, a informalidade também apresenta ser vital para o capital, penetrando na ilusão de “opção de trabalho” vinculada a ideia do empreendedorismo, como é apresentada por Tavares (2002 *apud* LIRA, 2008, p. 139),

A informalidade que está sendo difundida se pauta principalmente no discurso da autonomia, da independência, da transformação de trabalhador em empresário. Com isso, se atribui à pequena empresa uma relevância que induz os trabalhadores a acreditarem que esta pode lhes assegurar mecanismos de proteção social, qualificação e renda. (p.40)

Dessa forma, o trabalho informal se desenvolve como uma estratégia muito importante do processo de acumulação do capital, já que, com o rebaixamento dos custos, a informalidade assegura aos trabalhadores a sua manutenção e reprodução, sem que o Estado tenha que desembolsar.

Acerca da concentração de rendas e redução de gastos, a intensificação dos desmontes dos direitos sociais e a limitação dos investimentos como vestem atualmente nas ciências sociais, foram umas das grandes ofensivas neoliberais. Segundo os dados do Ipea (*apud*, Boito Jr, 1999, p. 100), em 1994 os 50% mais pobres se apropriam de 10,4% da renda total enquanto os 20% mais ricos possuíam 65,7% dessa renda. A construção de monopólios, e má distribuição de renda do país, colocou o Brasil, em 2019, de acordo com o Índice de desenvolvimento humano - IDH - em segundo lugar em má distribuição de renda entre a população, estando apenas atrás da Rússia. De acordo com a pesquisa, 0,1% das pessoas mais ricas concentram aproximadamente 28,35% da renda total do país, sendo que os 10% mais ricos possuem cerca de 41,9% da renda. Em relação à redução de custos entre 1987 e 1993, levando em conta os gastos da união em relação ao PIB,

[...] temos uma queda de 2,19% para 1,77% do produto interno na área da saúde; de 1,30% para 1,06% na educação; de 0,38% para 0,21% na habitação e de 0,25% para 0,11% na nutrição. [...]. (BOITO JR, 1999, p. 103)

Os gastos públicos sociais de 2008 e 2018 como vestem no Orçamento da União, foram de: 0,02% a 0,00% na habitação; 0,05% a 0,02% no saneamento; 0,51% a 0,44% no transporte; 0,43% a 0,24% em ciência e tecnologia; 0,59% a 0,34% em segurança pública;

4,81% a 4,09% na saúde; 27,84% a 24,48% na previdência, 2,57% a 3,62% na educação e 3,08% a 3,26 na assistência. Vale ressaltar que em 2008, 30,57% do orçamento foi para o financiamento de juros e amortizações da dívida, enquanto em 2018 esse valor subiu para 40,66%.

De acordo com o site “Senado Notícias”, o orçamento aprovado, em dezembro de 2019, no congresso para o presente ano - 2020 - foi o mais restrito dos últimos anos, de um valor de R\$ 3,8 trilhões, R\$ 1,9 trilhão é destinado a juros, amortizações, refinanciamentos e encargos da dívida pública, ou seja, um montante de 50,7 % do orçamento total. O ministério da saúde estava destinado a receber R\$ 122,9 bilhões, o da educação R\$ 95,2 bilhões e o ministério da ciência, tecnologia, inovações e comunicações um total de R\$ 11,7 bilhões. Isto é, o Estado é mínimo até o ponto em que privilegia o capital, quando se trata de financiar e manter a reprodução de acumulação do capital o Estado, através do fundo público, é a principal entidade financiadora. Vale ressaltar que esse orçamento foi apresentado antes da pandemia que o mundo atualmente está vivendo, e por isso não está levando em contas as reverberações econômicas que possam vir acontecer.

No que se refere a ideologia empreendedora e a informalidade. O trabalho informal, apesar de não ser uma novidade, vem adquirindo novas configurações na conjuntura da acumulação flexível se tornando, cada vez mais, uma tendência. Segundo Druck (2011, p.69) a flexibilização atinge a organização produtiva e “o mercado de trabalho, as leis trabalhistas, os sindicatos, definindo o caráter da reestruturação produtiva mais recente, especialmente os novos padrões de gestão do trabalho”. No campo dos direitos trabalhistas, ao associar-se com a desregulamentação, essa flexibilização provoca o afrouxamentos das legislações referentes ao trabalho e, conseqüentemente, o aparecimento de formas cada vez mais precárias de inserção no mercado de trabalho, terceirização, subcontratação, a informalidade, etc. (VALENTIM, 2017, p. 26).

Se no fordismo/taylorismo a informalidade possuía um papel bastante “marginal”, perante o ponto de vista econômico, nos tempos de reestruturação a informalidade deixa de ser assimilada “apenas como atividades de baixos níveis de produtividade, restrita à sobrevivência pessoal e familiar, e entendida como um fenômeno específico das economias subdesenvolvidas, para abranger diversos segmentos da classe trabalhadora em escala mundial” (VALENTIM, 2017, p. 27). A multiplicidade de perfis de “novos trabalhadores” - autônomos, microempreendedores, microempregadores, trabalhadores voluntários do “terceiro setor”, entre outros - “é reveladora deste giro que a informalidade experimenta no contexto da acumulação flexível” (*idem*).

Dentre as modalidades de informalidade temos os *trabalhadores informais tradicionais* “inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários” (Alves e Tavares, 2006, apud Antunes, 2004). Os *trabalhadores informais assalariados sem registro* “uma vez que perderam o estatuto de contratualidade e que passam da condição de assalariados com carteira assinada para a de assalariados sem carteira, excluindo-se do acesso das resoluções presentes nos acordos coletivos de sua categoria”(idem). E os *trabalhadores informais por conta própria* “que podem ser definidos como uma variante de produtores simples de mercadorias, contando com sua própria força de trabalho ou de familiares e que podem inclusive subcontratar força de trabalho assalariada” (Alves e Tavares, 2006).

A ideologia empreendedora neste cenário é,

[...] marcada pelo individualismo e pela meritocracia, ou seja, o indivíduo é o único responsável pelo seu fracasso ou sucesso. Nessa lógica, caberia ao Estado, portanto, apenas a intervenção a fim de garantir condições mínimas para que o empreendedor cresça e, com ele, cresça a economia do país. No atual contexto, a prática empreendedora tem sido central nas políticas de enfrentamento ao desemprego e à informalidade (OLIVEIRA; CASTRO; SANTOS, 2017, p. 90).

Por último a descentralização das políticas sociais. O processo de descentralização das políticas no país, de acordo com Leal (2012), tem início após a Constituição Federal de 1988 quando os municípios são reconhecidos como entidade estatal inculcida de autonomia político-administrativa. Dessarte, as instituições políticas começaram a passar por significativas transformações, formando novas institucionalidades, especialmente nos âmbitos locais.

A partir de 1990, após a “redefinição de agenda de reforma na gestão das políticas sociais e na gestão estatal” (LEAL, 2012, p. 51), se inicia as reformas a favor da descentralização de políticas sociais, juntamente com as reformas centralizadoras na área fiscal que envolve um arranjo federativo, onde as entidades federativas se organizam de formas diversas nas diferentes áreas de ação governamental (ALMEIDA, 2005). A justificativa girava em torno de um discurso de eficácia e eficiência - apreendida como relação entre custo e benefício - na administração pública.

A agenda descentralizante articulou-se na sociedade brasileira com o processo de redemocratização a partir da demanda de movimentos sociais por maior participação popular nos processos decisórios. Assim, de forma não prevista e com significados distintos, a agenda descentralizante dos movimentos sociais tornou-se confluyente com a das agências multilaterais. (LEITE, 2009, p. 307)

Essa descentralização se insere em uma conjuntura de redemocratização, sendo um movimento, acima de qualquer coisa, político. O objetivo era de reformar a federação por meio do aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais e afirmar a democracia, através do empoderamento das comunidades locais nos processos decisórios das políticas públicas, (SILVEIRA; COSTA; OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Farah (2001), a descentralização apresenta dois significados: o primeiro diz respeito à concepção neoliberal do Estado mínimo, onde a privatização de bens públicos e a descentralização dos serviços garantiria maior eficiência e o segundo é o entendimento de que a descentralização promoveria a redistribuição do poder, contribuindo com a democratização das relações existentes entre o Estado e a sociedade civil. A autora ainda afirma que o desenrolar desse processo é composto por essas duas vertentes, e seus principais pontos são: a) a transferência das atribuições do governo central e da esfera estadual para o governo municipal; b) aumento da participação dos municípios nas repartições dos recursos fiscais; c) aproximação do governo local com as demandas da população e d) insuficiência das respostas do mercado como alternativa ao “desmonte” do Estado no nível federal e a “necessidade” de formulação de respostas no nível local, Farah (2001, apud, SILVEIRA; COSTA; OLIVEIRA, 2010).

Esse processo promoveu várias repercussões, dentre elas estão: a necessidade de projetos de políticas municipais integradas que atendam de maneira efetiva às demandas locais, a articulação com os protagonistas da sociedade civil e a articulação entre os municípios e os governos locais, que precisam assumir atitudes que visem atender as demandas territoriais.

Contudo, ainda falta muito para avançar na concretude da descentralização das políticas públicas. Ou seja, falta avançar na municipalização das mesmas. Falta avançar numa reforma tributária para que o município consiga, além de gerir junto com a população os serviços transferidos para sua responsabilidade, possam provir bens e serviços correspondentes às demandas locais e a concretização da reforma administrativa focando a superação do centralismo federal que o torna um mero executor das políticas. (LEAL, 2012, p. 50)

Uma das consequências desse processo de municipalização, de acordo com Leite (2009), é que as políticas descentralizadas e focalizadas têm causado uma redução da participação intermediária do governo - âmbito estadual -, ou seja, diante da institucionalidade clássica federativa, os estados vão se tornando coadjuvantes na produção das fundamentais políticas públicas sociais. Assim, o processo de regulamentação e implementação das políticas transpôs a estrutura constitucionalizada de políticas advindas da Constituição Federal.

Por fim, segundo Souza (2002), a descentralização/municipalização não significou, absolutamente, a transferência decisória para as entidades subnacionais, mas sim a delegação na execução das políticas sociais universais, isto é, ocorreu a descentralização da promoção de serviços, mas não houve a descentralização dos processos decisórios. A vivência do país indica que as relações entre os níveis do governo sucederam em um sistema composto por recompensas e sanções, que diminuiu o grau de conflito entre as esferas concomitantemente em que limitou a autonomia do poder decisório dos governos municipais, mencionados na Constituição de 1988.

É importante destacar que com o avanço neoliberal as políticas sociais transformam problemas estruturais em morais e passam a ser extremamente focalizadas via, principalmente, a transferência monetária de renda. Como o Estado foi tido como o culpado por distribuir muitas políticas e gerar o ócio, as políticas sociais deixam de ser passivas - compensatórias usadas no Welfare State - e se tornam políticas ativas que tem por objetivo a inclusão social via empregabilidade. O discurso meritocrático, portanto, ganha cada vez mais força, afinal “só não tem trabalho quem não quer”. O objetivo é combater as políticas macroeconômicas de caráter keynesianas defendendo a estabilidade monetária.

Desta forma, a orientação para as políticas sociais é o da focalização das ações, investindo em fundos sociais de emergências e mobilização da solidariedade individual e voluntária, como por exemplo, as organizações filantrópicas e não governamentais. A súplica pela solidariedade desresponsabiliza o Estado e despolitiza as relações sociais, transferindo a questão social da esfera pública e realocando no âmbito da filantropia. Observa-se então um desfinanciamento da proteção social em virtude do pagamento da dívida pública, Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

No que diz respeito ao Serviço Social, essa descentralização das políticas sociais apesar de significar uma ampliação dos postos de trabalho da profissão ela também representa uma intensificação da precarização nas condições de trabalho destes profissionais, uma vez que ficam cada vez mais submetidos ao pragmatismo e à burocracia excessiva (RAICHELIS, 2011). Esse tema será mais bem abordado no próximo capítulo.

Arrematando, com a reestruturação produtiva que se inicia a partir da década de 1970 e se desenvolve, mais significativamente, nos anos 1980, é visível uma série de mudanças na sociedade que perpassam o mundo cultural, ideológico, social, político e do trabalho, alterando as relações sociais e firmando novas. Como foi apresentado neste capítulo, tais mudanças resultaram na fragmentação da classe trabalhadora, com a fragilização dos sindicatos e na precarização do trabalho, através das reduções salariais, terceirização e

flexibilização. Mas não termina por aí, junto com essa ofensiva neoliberal há uma enorme reforma no aparelho estatal que é caracterizado por uma mínima intervenção do Estado na economia e a exaltação dos mercados. O processo de privatização, terceirização e descentralização do Estado é uma das mais visíveis mudanças administrativas. O Estado “perdeu espaço” mas ainda é a principal fonte financeira de reprodução e manutenção da acumulação capitalista.

O discurso neoliberal de que as políticas sociais são, acima de tudo, gastos desnecessários e que elas fazem os sujeitos ficarem dependentes do Estado, justificou a transformação de um Estado Keynesiano de políticas sociais para um Estado pró-trabalho. O fim da política do pleno emprego acarretou num aumento significativo do desemprego e do aumento do trabalho informal. A concentração de renda colocou o Brasil, como um dos países que possuem as piores distribuições de rendas do mundo, e a redução de gastos cortaram investimentos nos principais pontos dos direitos sociais, como saúde, habitação, saneamento, educação e assistência. Vale ressaltar que este trabalho não tem o objetivo de discutir acerca dos diferentes tipos de governos que ocorreram nos últimos anos, e sim apresentar as mudanças ocorridas no Estado e no mundo do trabalho como um todo. Dessa forma, as sucessões presidenciais e como seus governos foram levados não entraram na nossa discussão³¹.

Todas essas reformas e cortes impactaram diretamente as políticas sociais brasileiras e consequentemente a classe trabalhadora, gerando novas expressões da questão social e simultaneamente transformando o trabalho do assistente social em dois eixos principais: primeiro as mudanças e precarizações que advém desse processo de mudanças no mundo do trabalho e segundo as mudanças que ocorrem devido às novas demandas que chegam como resultado dessa precarização do trabalho.

Assim, no próximo e último capítulo será feito uma análise de como a ruína das condições de trabalho no espaço estatal impactou o mercado de trabalho do assistente social, suas condições de trabalho, como por exemplo, o aumento da jornada de trabalho, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, desvalorização e até mesmo problemas relacionados ao adoecimento profissional, e quais podem ser os limites e possibilidades da ação profissional tendo em vista seu projeto ético político, sua autonomia relativa e seu código de ética.

³¹ Apesar disso é importante mencionar as aprovações ocorridas em 2017, no decorrer do governo Temer, que impactam severamente as condições de trabalho a organização sindical: Lei da Terceirização (13.429/2017) que regulamenta os serviços terceirizados no Brasil e amplia o tempo de contratação de trabalhadores temporários, a Reforma Trabalhista (13.467/2017) que aumenta a jornada de trabalho, e desregula as leis trabalhistas, e a proposição da Reforma da Previdência.

CAPÍTULO 3 - OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

A era Vargas foi um marco essencial de transição para a economia urbana, o Brasil deixa de ser exclusivamente pautado nas atividades agrícolas exportadoras e passa a ser impulsionado também pelo capital industrial. A constituição do mercado de trabalho, de acordo com Carvalho (2019, p. 183), “expressa as marcas das práticas de dominação e de controle das relações de trabalho através das dinâmicas políticas e institucionais do patriarcado e do autoritarismo” advindas principalmente do escravismo.

O Estado, como principal provedor do pacto entre capital e trabalho, era o regulador do mercado e se expressava através das Leis Trabalhistas - CLT - e da fixação de um salário mínimo, tendo os sindicatos como principais colaboradores. Essa intervenção social do Estado, assim como as criações das primeiras entidades de assistência, foram o que permitiram a institucionalização do Serviço Social e sua entrada na divisão social e técnica do trabalho.

Segundo Gonçalves (2013), o Brasil por ser um país de capitalismo periférico cheio de particularidades, acaba que apresentando, diante da abertura da industrialização, uma estrutura de produção heterogênea, acumulação de capital pautada nas exportações de produtos primários e importações de manufaturados - troca desigual³² -, tecnologias débil, dívidas externas, entre outros. Tais elementos levam a economia a um estado constante de vulnerabilidade, de forma que as mudanças capitalistas impactaram profundamente a regulação do trabalho.

As metamorfoses que ocorreram no mundo do trabalho após a década de 1970 trouxeram novas dinâmicas para as forças produtivas, alterando tanto a estrutura e composição de classes quanto a reprodução social. O processo de reestruturação, adotado, pautou firmemente em recuperar os níveis de acumulação causados pela perda de lucro do capital, assim a transição do fordismo para a acumulação flexível foi rodeada pelo desemprego, fragmentação da classe trabalhadora, perda do poder sindical, precarização do trabalho, mudanças no mercado de trabalho, rebaixamento dos salários, subcontratações,

³² A troca desigual é uma das principais características para firmar a relação de dependência entre os países latinos americanos e as grandes potências imperialistas. Consiste essencialmente na relação de exportações e importações entre os países, onde o preço dos produtos exportados não se equivalem aos altos preços dos produtos importados, fazendo com que os países dependentes fiquem cada vez mais dependentes, através das dívidas e dos juros. Ver mais em "Dialética da dependência" de Ruy Mauro Marini.

terceirizações, retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas e redefinição das funções desenvolvidas pelo aparelho estatal, Serra (2001).

A economia brasileira, apresentou-se como fortemente envolvida com a desindustrialização e dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; desnacionalização; perda de competitividade internacional; aumento da vulnerabilidade externa; maior concentração de capital; e dominação financeira da política e economia. Um dos fatores importantes que contribuiu para os processos de desindustrialização e de dessubstituição de importações foi a liberalização comercial, diferentemente do período anterior do ciclo desenvolvimentista, nesse período, reduziu-se a reserva de mercado para a indústria nacional (GONÇALVES, 2013 *apud* CARVALHO, 2019, p. 202).

As alterações nas relações entre o Estado e sociedade causadas pela mudança de um Estado democrático social para um Estado “social-liberal” definiram novos padrões no sistema de proteção social e manutenção da reprodução do capital, que repercutiu em precarização tanto nas condições materiais quanto na subjetividade dos trabalhadores. Deste modo, ao estabelecer novas formas de organização da produção material e da cultura de gestão e consumo da força de trabalho, as práticas sociais passam por diversas alterações. Tudo isso reverbera diretamente no mercado de trabalho, e nas condições de trabalho do assistente social.

Assim, situados numa dinâmica política ultraconservadora e pautada pelo neoliberalismo, os profissionais do Serviço Social, assim como todos os outros trabalhadores, ficam à mercê das práticas da flexibilização, da terceirização e da precarização do trabalho. De acordo com a ABEPSS (1996), no Brasil, os

[...] anos 90 expressam profundas transformações nos processos de produção e reprodução da vida social, determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social, apontando, inclusive, para a alteração das relações entre o público e o privado, alterando as demandas profissionais (ABEPSS, 1996, p. 5).

Trilham-se então, para os profissionais, novos caminhos, novos espaços sócio ocupacionais e novas demandas institucionais e sociais que são mediadas fortemente pelas novas determinações do mercado de trabalho profissional, que passa a reclamar uma refuncionalização tanto dos procedimentos operacionais, quanto das competências técnicas e políticas. Ou seja, cai sobre o cotidiano de trabalho dos profissionais: exploração, inserção precária no mundo do trabalho, sofrimento e adoecimento profissional, entre outros diversos aspectos.

Desta forma, o presente capítulo tem a função de fazer uma análise desses desdobramentos e será dividido em três tópicos: o primeiro que tratará das alterações no

mercado de trabalho profissional, por meio da rotatividade do emprego e flexibilização dos contratos trabalhistas, o segundo vai se referir aos impactos da reestruturação nas condições de trabalho da profissão, aumento da jornada de trabalho, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho e desvalorização, e no terceiro será apresentado um conjunto de problemáticas, que por um lado limita a ação profissional e por outro abre possibilidades de intervenção.

3.1 MERCADO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Com as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, o fim do pacto entre Estado, Capital e Trabalho, e o atual cenário de ruína das condições de trabalho no espaço estatal, fica a pergunta: Como isto impacta o mercado de trabalho do assistente social? Antes de fazer uma análise sobre tais desdobramentos, é importante sinalizar algumas mudanças, gerais, que ocorreram no mercado de trabalho como um todo.

Serra (2001) aponta três mudanças no mundo do trabalho que são essenciais para entender as mudanças que ocorrem no mercado do Serviço Social, hoje. O **primeiro**, diz respeito às transformações que ocorrem entre o processo de produção e as condições de reprodução e socialização da força de trabalho, e entre as políticas de controle de trabalho e as formas de circulação e consumo de mercadorias. O **segundo** se refere à alteração no Estado que passa a atender às novas exigências do capital, adquirindo novas funções e assumindo novas formas de regulamentação. E o **terceiro** reporta-se ao processo de alteração político-ideológica caracterizada pelo avanço do neoliberalismo - tratado no capítulo anterior - que impõem às política econômica e sociais mudanças profundas, como por exemplo a privatização de empregos estatais, redução de gastos sociais, reforma previdenciária, refilantropização da assistência social juntamente com a privatização da seguridade social, flexibilização das relações trabalhistas, entre outros.

Tais mudanças, significativamente proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico, resultam em uma flexibilidade que é caracterizada pela horizontalização das empresas, exteriorização da produção, subcontratação, terceirização e uma compressão espaço-tempo, que afeta tanto o processo produtivo quanto à circulação e consumo de mercadorias. Assim a estrutura do mercado de trabalho, bem como a composição da força de trabalho, de acordo com Harvey (1992), passam a se estruturar da seguinte forma:

O centro - grupo que diminui cada vez mais, segundo notícias de ambos os lados do Atlântico - se compõe de empregados em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o futuro de longo prazo da organização [...] esse grupo desse atender à expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário geograficamente

móvel [...] A periferia abrange dois subgrupos bem distintos. O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Com menos acesso a oportunidades de carreira, esse grupo tende a se caracterizar por uma alta taxa de rotatividade, “que torna as reduções de força de trabalho relativamente fáceis por desgaste natural”. O segundo grupo periférico “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídios público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”, Todas as evidências apontam para um crescimento bastante significativo desta categoria de empregados nos últimos anos (HARVEY, 1992, apud SERRA, 2001, p. 143).

Carvalho (2019), em sua tese de pós-graduação, aponta as principais variáveis no mercado de trabalho brasileiro a partir da década de 1980 até 2018, analisando as principais determinações exigidas pelo capital e apontando suas características mais marcantes. Para a autora, a década de 1980-1989, conhecida como *década perdida*, foi um período de grandes ganhos democráticos decorrentes da reorganização dos movimentos sociais e políticos, após o fim da ditadura civil-militar. Lidando com os resultados dos investimentos dos 30 anos gloriosos, o país vivia um intenso processo de fluxo migratório do campo para o centro urbano, uma perda de dinamismo do setor industrial, aumento da informalidade, do desemprego e da desigualdade. Por fim, todas essas mudanças causadas principalmente pelo fim do modelo de desenvolvimento industrial nacional, pautado em investimentos estatais e financiamento externo, reconfiguram o trabalho e suas regulações jurídicas, Carvalho (2019, p. 211).

A informalidade, nesse período, ressurgiu como uma alternativa à significativa redução dos postos de trabalho, resultado da tecnologia e da terceirização. Surgem assim, várias nomeações para os trabalhadores, baseado em sua inserção laboral, contratados, temporários, mensalistas, regulares, permanentes, subcontratados, horistas, cooperativados.

Outro aspecto que vale ressaltar, é que o setor industrial que obteve um forte crescimento no pós-guerra, na década de 1980, passa por um intenso declínio abrindo espaço para o setor de serviços que passa a ter as melhores propostas de empregos.

Entre 1960 e 2010, a participação da agricultura caiu de aproximadamente 18% para 5% do PIB. Até 1985, todo o terreno perdido pela agricultura foi deslocado para a indústria manufatureira, mantendo-se o grande setor dos serviços sempre no patamar de 50%. A partir de 1985, contudo, as perdas de ambos os setores (agricultura e indústria) foram transferidas para o terciário, que passou a representar cerca de dois terços do produto nacional. Esses deslocamentos são essenciais para a análise das mudanças na estrutura ocupacional (COMIN, 2015, p. 375 apud CARVALHO, 2019, p. 214).

Já o decênio de 1990-1999, ainda de acordo com Carvalho (2019), é marcado pelo intenso processo de privatização das empresas públicas e pela abertura ao capital

internacional, que causou diversas mudanças na economia brasileira. A refuncionalização do Estado atinge em cheio o mercado de trabalho, já que este tinha importância inestimável como empregador. Iamamoto (2000) caracteriza essa fase como um período de redução do trabalho vivo, racionalização da contratação e desverticalização das empresas. Cresce-se assim o trabalho sem carteira assinada. As grandes empresas diminuíram os empregados e aumentaram os serviços terceirizados - proliferação de pequenas empresas, com precárias condições de trabalho. Ou seja,

[...] o período é marcado pelo reordenamento estrutural da economia, que atinge sobremaneira os setores da indústria, do comércio e de serviços, com repercussão sobre o mercado de trabalho, tendo o setor da indústria apresentando queda de empregos, ainda que mantivesse o rendimento dos trabalhadores; os setores de comércio e de serviços alargaram o número de empregos, mas com diminuição dos rendimentos dos trabalhadores (CARVALHO, 2019, p. 226).

O período correspondente de 2000 a 2009 é considerado uma fase de recuperação do crescimento econômico caracterizada pela melhora nos indicadores do mercado de trabalho, que embarcou em um curso de expansão de empregos que se desenrolou de 2004 até meados de 2014. No que se refere às atividades econômicas, de acordo com o IPEA (2004), as atividades terciárias dos serviços e do comércio obtiveram um crescimento considerável, de 5,3% e 3,9% em relação ao ano de 2003.

Nesse período, chama a atenção a redução dos fenômenos identificados nos períodos anteriores, como os históricos de fluxos migratórios e de desemprego, mas também a permanência da queda nas taxas de fertilidade, da expansão do ensino formal, da aceleração moderada do crescimento econômico, da execução de políticas redistributivas sobre o mercado de trabalho e as políticas sociais. Em conjunto, observa-se relativa redução das desigualdades sociais sem, entretanto, romper a desestruturação do mercado de trabalho e a estrutural concentração de renda (CARVALHO, 2019, p. 227).

Ademais, se a década de 1990 foi um período da propagação das experiências do cooperativismo, a partir de 2000 o contexto foi de execução de políticas públicas de economia solidária, através da inserção de Programas de Inclusão Produtiva desenvolvidas nos governos do Partido dos Trabalhadores - que tiveram como resultado políticas públicas de precarização do trabalho, que comprova os ideais neoliberais de desresponsabilização do Estado com políticas de promoção de emprego protegido (CARVALHO, 2015).

Por fim o período de 2010 a 2018. Este octênio foi caracterizado pela intensificação do desemprego, da informalidade e de revisões das Leis Trabalhistas, que buscavam uma flexibilização ainda maior das relações de trabalho no país. Uma das novas dinâmicas adotadas para o mercado de trabalho foi às atividades apoiadas na economia compartilhada, que recorrem ao uso de internet para a compra e venda de serviços, invisibilizando as relações

de trabalho, tal fenômeno é nomeado de uberização do trabalho. De acordo com Abílio (2018, p.1 *apud* CARVALHO 2019), “[...] a uberização³³ é um novo passo tanto nas terceirizações, quanto na redução do trabalhador à pura força de trabalho, disponível, desprotegida, utilizada na exata medida das demandas do mercado”.

Em relação às taxas de desocupação e as características da população desempregada, o estudo da PNAD Contínua (IBGE, 2018) apontando que a população com maiores índices de desocupação é a de jovens entre 14 e 24 anos. Utilizando o recorte de escolaridade os mais afetados foram os trabalhadores que possuem ensino fundamental incompleto, segundo a cor³⁴, 63,8% dos desocupados eram os considerados negros e pardos, e, por fim, levando em conta o gênero³⁵ as mulheres ainda são as mais afetadas. No tocante aos setores de atividades econômicas, o setor de serviço continuou sendo a área com o maior número de vagas disponíveis, seguido do comércio, havendo uma queda na indústria de transformação e na construção civil.

Já as mudanças nas relações de trabalho trouxeram inúmeros impactos sobre os direitos do trabalho. Por exemplo, a Lei 13.729 de 2017, trouxe a possibilidade de novas formas de prestação de serviços. Essa Lei viabiliza a formação de uma cadeia de subcontratação, permitindo à pessoa física terceirizar os serviços que presta, (DIEESE, 2017 *apud* Carvalho 2019). Ainda é incluída nessa nova legislação, de acordo com Abílio (2017), a intensificação do trabalho e a transformação do trabalhador, que passa a estar disponível a qualquer necessidade da empresa.

Com o trabalho intermitente podemos também pensar em formas pouco mensuráveis de intensificação do trabalho assim como na extensão do tempo de trabalho. Se buscarmos a espinha dorsal da reforma, constataremos que está em jogo a eliminação dos poros remunerados do trabalho, ou seja, trata-se de deixar de considerar parte do salário tempos de não trabalho que hoje são remunerados. Esta é uma luta histórica e constitutiva da relação entre capital e trabalho: de um lado a redução do trabalhador a mera força de trabalho, a ser remunerada apenas quando usada, inclusive dentro da jornada de trabalho; do outro, as lutas pelo reconhecimento da dignidade, da humanidade do trabalhador; ou seja, estão permanentemente em jogo e em disputa as determinações sociais sobre a sua própria existência. A reforma apresenta uma redução, por enquanto vitoriosa, da figura do trabalhador ao

³³ A definição de uberização do trabalho se refere a uma nova forma de gestão, organização e controle, compreendida como uma tendência que atravessa o mundo do trabalho globalmente. Alguns de seus elementos são a transformação do trabalhador em trabalhador just-in time e o *crowdsourcing*.

³⁴ O debate sobre cor e gênero está ganhando cada vez mais espaço dentro do Serviço Social, principalmente em relação à criminalização da população negra, que é constante no capitalismo.

³⁵ A construção social das relações de gênero se fundamenta no patriarcado que segundo Santos et al (2007, p.68), embasa “a organização da vida de muitas sociedades, norteadas pela ideia de que existiria uma superioridade física [...], produtiva, artística e intelectual dos homens em relação às mulheres”. Dessa forma, as oportunidades e condições de trabalho das mulheres são expressas pelo patriarcalismo e pela divisão sexual do trabalho que naturalizam as diferenças biológicas entre os sexos e determinam o papel a ser ocupado por homens e mulheres no conjunto das forças produtivas (NASCIMENTO, 2014, p1).

trabalhador just-in-time, isto é, um trabalhador que é mais um fator de produção, cujos custos são contabilizados como tal, e que deve ser utilizado na exata medida das demandas do capital (ABÍLIO, 2017, p.2 apud CARVALHO, 2019).

Tais alterações, de acordo com DIEESE (2017), são vistas com a finalidade de promover um estímulo ao acordo individual, redução das garantias do Estado, contenção a ação sindical, ampliação das formas de contratação e demissão, retirada dos direitos individuais, além da ampliação da terceirização e mudanças na remuneração.

Em 2019, as análises do PNAD Contínua apontaram que o fluxo de trabalhadores que migraram da informalidade para a formalidade havia recuado de 17% para 13,1% entre 2014 e 2018, e voltou a crescer, atingindo 13,7% em 2019. Em compensação, o número de ocupados que transitaram da formalidade para a informalidade caiu de 5,9% para 5,3%, entre o terceiro e o quarto trimestre de 2019. As estatísticas por gênero indicam que as tendências de desemprego ainda são maiores entre as mulheres (13,1%), relativamente aos homens (9,2%), em relação à faixa etária o recuo mais forte de desocupação se permanecem com os mais jovens e no recorte por grau de escolaridade os menos qualificados são os mais atingidos.

Já em 2020, com a Pandemia do novo coronavírus, COVID-19³⁶, que tem como uma das medidas de contenção o fechamento de diversos serviços tidos como não essenciais, os principais documentos e Leis que representam as decisões essenciais ligadas ao trabalho, apresentados por Souza (2020), são: a Lei n. 14.020, de 2020, e o decreto n. 10.422, de 2020, que tratam sobre a redução da jornada de trabalho e de salário, ou descontinuação dos contratos de trabalho; a Nota Técnica – GT Covid-19 – 11/2020, do Ministério Público Federal (MPF)/Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), que trata sobre o home office dos professores; a recomendação n. 020, de 2020, do Conselho Nacional de Saúde (CNS); e a nota técnica divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que refere-se ao home office (GÓES; MARTINS E NASCIMENTO, 2020).

De acordo com Souza (2020), durante a pandemia, a avaliação do mês de maio indica que 10,9 milhões de pessoas se encontravam desempregada, os números de desalentados, que em 2017 eram de aproximadamente 13,5 milhões, passam para maio de 2020 para 25,7 milhões de pessoas, sendo que 17 milhões pararam de procurar emprego. Os dados de 30 de outubro divulgados pela PNAD Contínua, do IBGE, mostram que a taxa de desemprego no país é de 14,4%, no trimestre encerrado em agosto de 2020, sendo esta a maior taxa histórica desde 2012. São no total 13,8 milhões de pessoas na fila do desemprego. A taxa de

³⁶ Consiste em uma pandemia em curso de COVID-19, uma doença, transmissível, respiratória aguda causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). A doença foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, República Popular da China, em 1 de dezembro de 2019, mas o primeiro caso foi reportado em 31 de dezembro do mesmo ano.

informalidade atingiu 38% da população ocupada, cerca de 31 milhões de trabalhadores informais.

Para salvar o emprego dos trabalhadores que obtinham trabalho formal, a primeira atitude do executivo federal foi a elaboração da Medida Provisória 927, que permitia a suspensão dos contratos de trabalho por quatro meses sem pagamento dos salários, mas a barbárie foi tamanha que, após reações do conjunto da sociedade organizada, foi elaborada a Medida Provisória 936 com a denominação de Programa Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda. Esta permitiu a redução da jornada de trabalho com percentuais que podiam ser, a princípio, de 25%, 50% ou 70%, com correspondente desconto nos salários, além da autorização para a suspensão do contrato de trabalho (redução de 100% da jornada e do salário). O consequente corte nos salários seria proporcionalmente compensado de acordo com o valor do seguro-desemprego (LARA E HILLESHEIM, 2020, p. 11).

A consequência de uma Lei que visa somente os interesses do empresariado acabou por resultar em um aumento da realização do trabalho de formas precárias, tal como se encaminha o home office. Ou seja,

[...] há uma imbricação entre o desemprego e a precarização do trabalho, quando esta serve, ideologicamente, como estratégia de camuflar aquele, com a desculpa da modernização das relações trabalhistas ou, no caso aqui em questão, de combate ao desemprego decorrente da crise sanitária, desde que não se prejudique a esfera econômica/fiscal (SOUZA, 2020, p.5).

Enfim, as sequelas da acumulação flexível, ao longo de todas essas décadas, vinculada a essa ideologia neoliberal são diversas e abrangem todos os quesitos do processo produtivo, desde a fragmentação da classe trabalhadora, redução dos postos de trabalhos regulares, aumento do trabalho precarizado e temporário, até as dessindicalização dos trabalhadores, surgimento do desemprego estrutural, desregulamentação dos direitos trabalhistas, crescimento do trabalho informal e maior exploração do trabalho feminino - que é o gênero majoritário do Serviço Social. Os efeitos na subjetividade dos trabalhadores acabam por causar danos devastadores, principalmente no que diz respeito à organização sindical e política. A existência de vários “tipos” de trabalhadores se torna um grande desafio para os sindicatos e para os trabalhadores, afinal, como construir vínculos dentro de uma divisão internacional do trabalho, pautados na flexibilidade e mobilidade geográfica?

Inteirar-se dessas alterações do mundo do trabalho é fundamental para entender o mercado de trabalho dos assistentes sociais. Assim, após esse breve resumo sobre o cenário geral do trabalho, é possível avançar para apreender as mudanças na função social do Serviço Social dentro dessa nova etapa do capitalismo e como essas mudanças impacta o mercado de trabalho profissional, levando em consideração as novas demandas sociais e institucionais. Afinal como aponta Serra (1998),

[...] os múltiplos processos que envolvem a reestruturação produtiva, relativos às alterações no âmbito do capital, no mundo do trabalho e nas relações sociais advindas dessas alterações, por si só determinam modificações na estrutura das profissões e, conseqüentemente, alteram seu significado social, portanto, a sua função social (p.18).

Em suma, o que importa é entender como a acumulação flexível e suas reverberações repercutem no mercado de trabalho da profissão. Para tal, alguns conhecimentos são necessários. De acordo com Serra (2001), o principal deles é analisar o setor de serviços, onde tradicionalmente o Serviço Social atua. Como já citado anteriormente, neste trabalho, o setor de serviços foi uma das áreas que mais cresceu, nas últimas décadas do século XX, em decorrência do enxugamento das indústrias - desindustrialização. Segundo Boschetti (2011), nas crises cíclicas do capital é onde ocorrem as maiores expansões de emprego no setor de serviços, principalmente para profissionais ligados a programas sociais, utilizados como estratégias de minimização dos efeitos das crises. No entanto, apesar desse crescimento, é notável certo esgotamento em sua habilidade de absorver os empregos perdidos do setor produtivo.

É questionável também que o setor terciário seja capaz de absorver adequadamente a população ativa. Nos serviços, a capacidade de geração de empregos tem sido afetada por mudanças estruturais, bem ilustradas pelas transformações no setor financeiro, que tem passado por alterações técnicas, terceirização de diversas atividades e mais recentemente por mudanças patrimoniais. Mas, a difusão do uso da informática tem atingido o emprego formal nos serviços em geral, e também no comércio [...] A conjugação dessas mudanças estruturais, com a ausência de crescimento sustentado e a perda de capacidade de expansão do emprego público, tem conduzido uma crescente precariedade do mercado de trabalho (BALTAR; DEDECA; HENRIQUE, 1996, p.102 *apud* SERRA, 2001).

Assim, o crescimento do setor de serviços está ligado à retração do mercado de trabalho industrial, bem como sua redução está vinculada ao desemprego estrutural. A transferência dos empregos industriais e dos serviços formalizados para os empregos informais acaba possibilitando a construção de uma nova forma de exclusão social, que adensa ainda mais a desigualdade social.

Neste cenário, segundo as pesquisas de Serra (2001), compete ao Serviço Social considerar se, em decorrência do encolhimento do mercado estatal e dos enxugamentos empresariais, essa fatia de mercado representa uma possibilidade de absorções dos profissionais. De acordo com a autora, os resultados de seus estudos indicam que além de ser uma perspectiva limitada, os salários são incompatíveis com a formação universitária. Por conseguinte, apenas ter emprego é insuficiente, uma vez que, a valorização salarial do mercado é um item essencial das aspirações de um trabalho digno.

[...] o desenvolvimento de uma profissão resulta de (re)valorização de sua função social, cuja utilidade é perpassada, necessariamente, pela criação de novos postos de trabalho, pela constituição de novas atribuições frente às novas demandas sociais (resultantes de novas necessidades sociais) e por uma valorização social compatível com uma atividade de nível superior (SERRA, 2000, p.129).

O setor público tem sido o maior empregador de assistentes sociais, a administração direta é a que mais emprega, principalmente nas esferas estaduais, seguida das municipais. Observa-se então uma tendência à interiorização da demanda. Os profissionais vêm sofrendo com o recuo do Estado em suas obrigações no campo social, o que se expressa na compressão das verbas para a prestação de serviços sociais públicos, fazendo com que o mercado de trabalho passe a ser constituído significativamente pelas organizações não governamentais e pelas empresas privadas. Assim, é significativo a redução dos concursos públicos, a contenção salarial, a demissão de funcionários não estáveis, a redução dos postos de trabalho - enxugamento de funcionários - e o redimensionamento das funções - polivalência e multifuncionalidade dos trabalhadores.

A expansão do Serviço Social brasileiro se deu essencialmente através do reconhecimento da seguridade social como sistema de proteção social pela constituição federal (BOSCHETTI, 2011). A Pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/9ª Região, sob a coordenação de Silva (1996), e apresentada por Iamamoto (2000), aponta que as áreas que mais absorvem assistentes sociais são as áreas da saúde, em virtude da implementação do Sistema Único de Saúde e a área da assistência social com a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS -, e dos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS.

Abriram-se novos canais de ingerência da sociedade civil organizada na formulação, gestão e controle das políticas sociais, representando uma ampliação das possibilidades de trabalho profissional. Um dos mecanismos privilegiados foram os Conselhos de Saúde, Assistência Social e Previdência, nos níveis nacional, estadual e municipal, assim como os Conselhos Tutelares e Conselhos de Defesa de Direitos dos segmentos prioritários para a assistência social: Criança e Adolescente, Idoso e Deficiente. [...] o salto de qualidade está em que a participação da sociedade civil organizada, estimulada pela descentralização político-administrativa e pela municipalização, possa se traduzir em partilhamento de poder, interferindo no processo decisório nas esferas da formulação, gestão e avaliação de políticas e programas sociais, assim como no gerenciamento de projetos sociais (IAMAMOTO, 2000, p. 123).

São nessas áreas, de acordo com Iamamoto (2000), que estão concentradas a diversificação de demandas para o trabalho dos assistentes sociais, através da: “implantação dos conselhos de políticas públicas; elaboração de planos de assistência social; organização e mobilização popular; assessoria e consultorias no campo das políticas públicas e dos movimentos sociais; pesquisas, estudos e planejamento sociais” (p. 124).

Raichelis (2011) dá destaque para essa ampliação dos postos de trabalho vinculados às políticas de seguridade social, principalmente a assistência social, porém aponta nesse mesmo processo um aumento da precarização, visto que as condições em que o trabalho se realiza não necessariamente estão dentro das relações defendidas pela categoria profissional. Pode-se notar assim (RAICHELIS, 2011) (IAMAMOTO, 2000) (NEVES, 2016), uma separação aa entre: a) a ampliação dos postos de trabalho, advindo dos processos de descentralização das políticas, e b) a precarização e flexibilização que acaba por afetar as condições éticas e técnicas do profissional, uma vez que, esse trabalho é condicionado a excessiva burocracia, sobrecarga de atividades e desvalorização do trabalho. Diante disso, é exigido um perfil profissional polivalente, desprovido de crítica, imediatista e com ações restritas e pontuais, visto que, são precárias as condições disponibilizadas para a prática profissional.

Esse processo de descentralização político-administrativa da Assistência Social coloca as funções administrativas a cargo das prefeituras de cada município. Em 1999 com a Norma Operacional Básica da Assistência Social, o processo de viabilização, implementação e financiamento entre os três níveis do governo – federal, estadual e municipal - foi disciplinado e estabeleceu os critérios para os recursos financeiros. No que refere o trabalho dos assistentes sociais, foi definido a obrigatoriedade de ser contratado um profissional para os municípios com mais de 22 mil habitantes, mas não é definido um piso salarial que assegure uma faixa única de salários entre os municípios e nem a forma de contratação, variando estes de região para região, submetendo os profissionais a precárias condições de trabalho.

Segundo Guimarães e Rocha (2008) em seu artigo, os locais

[...] onde os profissionais estão atuando indicam uma significativa percentagem de 60% na Secretaria de Assistência Social e 23% na área da saúde pública. Os profissionais que atendem a população em geral correspondem a 19%,23 estes normalmente atuam em Municípios com uma população de até 20.000 habitantes, onde a contratação ocorreu provavelmente em função da lei. Estes profissionais prestam todo o tipo de atendimento: em plantões (tanto em secretarias de assistência como em secretarias de saúde, muitas vezes nas duas); para o Fórum, em visitas domiciliares, na organização e implementação de programas ligados às demandas mais urgentes de cada município e os 10% que atendem a comunidade local são, na sua maioria, vinculados a atribuições em programas específicos (GUIMARÃES E ROCHA, 2008, p.37).

Prédes e Pereira (2005) apontam que esse processo de descentralização ainda é agravado pelas particularidades municipais em relação ao desemprego, à saúde, à educação, à economia, à pobreza, entre outros, conduzindo,

[...] muitas pessoas a irem embora para os grandes centros em busca de melhores condições de vida. Muitos municípios brasileiros, especialmente no Nordeste, encontram-se em situações de pobreza e, muitas vezes, acomodados, esperando apenas repasses e ações de cunho federal, nas diversas áreas do social como

habitação, trabalho, assistência, desenvolvimento, etc, que muitas vezes não abrange toda a população do município e suas reais necessidades (PRÉDES; PEREIRA, 2005, p.3).

Deste modo, ainda que a descentralização tenha significado uma abertura dos postos de trabalho, esse processo tem exigido dos assistentes sociais uma adaptação às normas da sociedade flexível. Esses avanços neoliberais aumentam a jornada de trabalho, a insegurança do trabalho por meio da rotatividade do emprego, a flexibilização dos contratos trabalhistas, baixa remuneração, sobrecarga de trabalho, desvalorização e até mesmo problemas relacionados ao adoecimento profissional.

Neste cenário as políticas sociais passam a ser cada vez mais focalizadas, descentralizadas e privatizadas, tornando-se, cada vez mais, presente a ideia da refilantropização social. Entretanto, o que se evidencia, diferentemente da relação religiosa com a ação social de outrora, é uma “filantropia do grande capital”, que é resultante de um grande processo de privatização dos serviços públicos.

Esses dados revelam que o empresariado passa a atribuir um novo significado às chamadas "ações sociais ou filantrópicas" por eles impulsionadas. O "novo espírito social" de dirigentes de grandes grupos econômicos, expresso na atualidade, não pode ser confundido com impulsos distributivos e/ou humanitários generosos. Trata-se de uma recente tendência das empresas de apresentarem uma face social inscrita em suas estratégias de marketing. Em outros termos, o "mote" da solidariedade humana, da preservação da natureza para o desenvolvimento auto sustentado, do compromisso com a redução da pobreza e exclusão passam a ser utilizados como meios de atribuir respeitabilidade e legitimidade social ao empreendimento, estimulando a elevação de seus índices de rentabilidade (IAMAMOTO, 2000, p. 128).

Esse processo resulta em uma campanha de solidariedade social e evidencia uma parceria entre Estado e Sociedade Civil³⁷ na área da prestação de serviços, ou seja, se nota um crescimento de parcerias do Estado com as organizações não governamentais - ONG's - (RAICHELIS 2009), que operam através da formulação, gestão e avaliação de projetos e programas sociais nas mais diferentes áreas: habitação, família, educação, infância e juventude, relações de gêneros, violência etc.

Nesta perspectiva, ganha acento a noção de “terceiro setor”, enquanto espaço situado ao lado do Estado (público) e Mercado (privado), no qual são incluídas entidades de natureza distinta como ONGs, fundações empresariais, instituições filantrópicas e atividades do voluntariado. Consideram-se entidades de fins públicos de origem diversa (estatal e social) e de natureza distinta (privada e pública). O “terceiro setor” é considerado um setor “não-governamental”, “não-lucrativo” e “esfera pública não-

³⁷ A sociedade civil, nesses termos, é definida como um conjunto indiferenciado de organizações, identificadas sob a denominação genérica de entidades sem fins lucrativos, passando por cima das clivagens de classe, da diversidade dos projetos políticos e das instâncias de representação política como sindicatos e partidos. Reitera-se a noção da comunidade abstrata, valorizando-se relações de solidariedade social e ajuda mútua, despolitizando-se os conflitos sociais em nome de um suposto bem-comum.

estatal” materializado pelo conjunto de “organizações da sociedade civil consideradas de interesse público”(ALENCAR, 2009, p 8).

Essa forma de terceirização dos serviços sociais evita a ampliação do quadro de funcionários públicos, tornando-os contratações temporárias com tarefas preestabelecidas. O que acontece é que os assistentes sociais, muitas vezes contratados, passam a ser submetidos a uma precarização ainda maior, uma vez que, não possuem estabilidade e seu salário é significativamente menor para exercer funções parecidas ou se não iguais a outros profissionais concursados. Melhor, cria-se uma diferenciação interna das categorias de trabalho que prejudica o movimento sindical, (IAMAMOTO, 2000, p. 125).

Já no campo das organizações empresariais, a área dos recursos humanos tem se ampliado como espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais. Com a reestruturação produtiva e as alterações de gestão da força de trabalho, os profissionais de Serviço Social, vem sendo chamados para atuar junto a programas de “qualidade de vida no trabalho”, saúde do trabalhador, prevenção de riscos, gestão dos recursos humanos, reciclagem de pessoal, treinamento e desenvolvimento pessoal, administração de salários, clima social, sindicalismo na empresa, elaboração e orçamentos sociais, círculos de qualidade, entre outros programas. O ingresso na esfera empresarial tem requerido dos assistentes sociais requisitos que ultrapassam suas atribuições privativas descritas no Código de Ética do Serviço Social (1993), ao invés disso, são exigidos habilidades e qualidades pessoais como, liderança, criatividade, habilidade de relacionamento, etc, Iamamoto (2000).

Possibilidades novas de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas; se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados. Aqueles que ficarem prisioneiros de uma visão burocrática e rotineira do papel do Assistente Social e de seu trabalho entenderão, como "desprofissionalização" ou "desvio de funções", as alterações que vêm se processando nessa profissão. A polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa, que afeta “os outros” (IAMAMOTO, 2000, p.47).

A lei de privatização das funções de fiscalização, apresentada pelo projeto de publicização - uma das estratégias adotadas pelo Estado com o avanço neoliberal apontado no capítulo anterior - desvincula do setor público a responsabilidade de fiscalização das profissões regulamentadas e as transfere para o setor privado, alterando a estrutura e o funcionamento dos conselhos de fiscalização transformando-os de acordo com Iamamoto (2000) “em personalidade jurídica de direito privado que prestam atividades de serviço público, não mantendo vínculo com a Administração Pública”. Desta forma, não se é garantida a eficácia da fiscalização,

[...] ao passarem à condição de serviço privado, tem comprometida sua principal função, que é o exercício da fiscalização profissional, fragilizando o poder de controle por parte dos Conselhos sobre a atividade técnica das empresas e entidades públicas e privadas que mantêm profissionais especializados. A referida medida provisória ao enfraquecer o poder de fiscalização dos Conselhos pode estimular as organizações a contratarem, por baixos salários, profissionais em situação irregular - estrangeiros ou não -, comprometendo a qualidade do trabalho prestado e acirrando a concorrência com profissionais regulamentados (IAMAMOTO, 2000, p. 132).

Mas vale ressaltar, que ao mesmo tempo em que essa estrutura, pautada na flexibilização e na desregulamentação pública e auto regulação do mercado, bate de frente com as regulamentações rígidas do mercado de trabalho por parte de qualquer especialização profissional, ela também,

[...] coloca o risco da burocratização na estruturação dos Conselhos Federais, em detrimento de uma programática orgânica de trabalho, que assegure a direção projeto político-profissional do Serviço Social brasileiro, partilhada com outras entidades nacionais de Serviço Social e em aliança com segmentos mais significativos do movimento social organizado (IAMAMOTO, 2000, p. 133).

Outro elemento que é importante destacar sobre a incidência dos assistentes sociais no mercado de trabalho, apontado por Iamamoto (2000) “é a tendência à diversificação dos níveis de profissionalização, envolvendo desde os pós-graduados, profissionais graduados a tecnólogos oriundos dos cursos universitários seqüenciais”, juntamente com a presença cada vez mais significativa dos voluntários. O encorajamento ao trabalho voluntário é referido no Projeto de Lei - PEC 369-96 -, que trata de uma utilização de mão de obra dos mais jovens na "consecução de objetivos sociais relevantes", empregados à disposição de Ministérios e prefeituras. A ação de um exército de voluntários, auferidos da “marginalidade” e forçados a atuarem na área social, ao mesmo tempo em que maquia o desemprego estrutural, também desqualifica política e tecnicamente o trato da questão social, que não mais são entregues às pessoas especializadas como os assistentes sociais, (IAMAMOTO, 2000). Ou seja, o serviço civil obrigatório passa a ser instrumento de ação social que tem o objetivo de responder aos setores em que o Estado não é bem sucedido.

Pensa-se em utilizar esta mão-de-obra jovem em várias áreas, tais como, educação (monitoramento e prevenção contra a violência, alfabetização), segurança pública (fiscalização de trânsito, vigilância de quarteirões e bairros, acompanhamento de vítimas às repartições policiais e hospitais), família (mediação de conflitos entre casais e entre pais e filhos, assessoria e acompanhamentos de pais para o registro civil de filhos), saúde e assistência (reinserção dos hospitalizados, atendimento de deficientes) e justiça (reinserção de egressos, atendimento a famílias de condenados). Não resta dúvida que o Serviço Civil obrigatório é instituto de grande eficiência na execução da política social (IAMAMOTO, 2000, p. 136).

Na perspectiva do Serviço Social, esse projeto de Lei pode carregar, com mão de obra barata e desprovida de qualificação, os espaços ocupacionais do assistente social, tencionando para baixo os salários e desvalorizando a atuação profissional.

Na pesquisa realizada no Rio de Janeiro e publicada pela FSS/UERJ em 1998³⁸, “Serviço Social e os seus empregadores - o mercado de trabalho nos órgãos públicos, empresas e entidades sem fins lucrativo no estado do Rio de Janeiro” -, citada por Serra (2001), em seu trabalho, mostra que cerca de 90% dos profissionais dos órgãos públicos possuem uma jornada de 40 horas, principalmente nos âmbitos federais e estaduais, enquanto na esfera municipal a carga horária predominante são as de 20 horas, evidenciando o que Harvey (1992) aponta sobre a compressão do tempo dedicado a execução do trabalho. No que diz respeito à lógica das privatizações, é visível encontrar uma jornada de trabalho muito semelhante ao que ocorre nas empresas privadas, onde há multiplicidade da carga horária, ou seja, no mesmo ambiente existe a presença de profissionais com vinte horas assim como profissionais com 40 horas, que conseqüentemente advém de contratações diferentes para a mesma função. Nas entidades filantrópicas a jornada que mais se sobressai são as de 20 horas, enquanto nas organizações não governamentais a de 30 é a mais expressiva.

De acordo com os dados de 2004, 78,16% dos assistentes sociais atuam na esfera estatal, nas quais 40,97% estão no âmbito municipal, 24% estaduais e 13,19% federais. O segundo maior empregador são as empresas privadas com 13,19%, seguido do terceiro setor com 6,81% que conta com as organizações não governamentais, associações, entre outras (CFESS, 2005). A maioria dos profissionais, 77,19% possuem vínculos empregatícios, 10,31% registram dois vínculos e 0,76%, três ou mais.

Neste cenário o principal vínculo é o estatutário com 55,68%, sendo 27,24% contratos fundamentados nas Leis Trabalhistas, 9,41% contratos temporários e 5,84% de serviços prestados. A jornada de trabalho predominante é a de 40 horas com 50,70%, seguido das jornadas de 30 horas com 28,65%. Vale ressaltar que a luta pela jornada de 30 horas dos assistentes sociais, faz parte da busca de melhores condições éticas e técnicas de trabalho, que foi aprovado em 2010 conforme a Lei 12.317/10. A qualificação dos profissionais indica que 55% têm graduação, 35,26% título de especialista, 6,49% têm mestrado, 1,24% doutorado e 0,67% pós-graduação.

³⁸ Tal pesquisa constitui o terceiro módulo da pesquisa interinstitucional promovida pelas entidades da categoria do Rio de Janeiro - Cress/7º região, Abess/Leste, Enesso e unidades de ensino, financiado pelo CNPq, Cress/7º região e Faperj, sob a coordenação de Rose Serra, denominada "O Serviço Social no estado de Rio de Janeiro hoje - tendências do mercado público e privado e a função social da profissão", desenvolvida em três módulos, de 1994 a 1998.

Vale ressaltar que nesse mesmo período,

O perfil desse trabalhador é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens; as idades prevaletentes encontram-se nas faixas entre 35 a 44 (38%) e 25 a 34 anos (30%), ainda que 25% estejam na faixa entre 45 e 59 anos. A maioria professa a religião católica (67,65); segue-se a protestante (12,69%) e a espírita kardecista (9,83%), e 7,92% não têm qualquer religião. As demais preferências religiosas não têm incidência significativa. A maioria dos assistentes sociais se identifica como branca (72,14%) e as que se declaram pretas e negras totalizam 20,32%. Em relação à orientação sexual, 95% são heterossexual, 3%, homossexual e 2%, bissexual. A maioria (53%) é casada e 47% são solteiros (CFESS, 2005 *apud* IAMAMOTO, 2009, p.7).

Acerca do número de profissionais nas instituições, em 1990, somente a esfera municipal apresentou significativo aumento, entretanto também é a área onde se mais tem a diminuição de recurso e as condições contratuais são mais frágeis. Nas empresas privadas, do total pesquisado, 18% teve queda no quadro de funcionários dos assistentes sociais, enquanto nas empresas estatais a porcentagem gira em torno dos 35%. Em 60% das fundações privadas o número de profissionais permaneceu estável, nas entidades filantrópicas, 58%, **já nas organizações não governamentais é notável um aumento de 100% nas solicitações por ações do Serviço Social, porém em 40% delas houve queda no número de profissionais.** Portanto, ainda que a demanda tenha significativamente aumentado o número de profissionais para atender a esta demanda crescente, não. Isso é um indicador importante, pois, além da precarização no trabalho dos assistentes sociais com a corrosão da política pública, também as condições para prestação destes serviços estão precárias, com uma notável sobrecarga de trabalho. Em síntese, o reordenamento do Estado, no que tange o enxugamento desenfreado das políticas sociais públicas e a fixação da reestruturação produtiva impacta o mercado de trabalho do assistente social tanto no setor público, quanto nas empresas e nas instituições sem fins lucrativos, em todo território brasileiro. O remodelamento do Estado, ao gerar novas formas de relação no espaço público privado, estabelece várias implicações sobre as “condições de inserção sócio institucionais desses profissionais” (Serra, 2001, p.169). Com base nessa concepção, observa-se, nos órgãos públicos, um crescimento significativo dos vínculos empregatícios voláteis, principalmente nas esferas estaduais e municipais.

Em concordância com Serra (2001), historicamente, o setor público, é caracterizado pela sua condição de empregos estáveis, acontece que com o aumento das relações contratuais inconstantes, é visível um aumento na fluidez no emprego da força de trabalho que conseqüentemente impacta o mercado do Serviço Social, neste setor.

Com a multiplicidade dos vínculos de trabalho, identifica-se uma flexibilidade de relações contratuais, o que confere maior rotatividade aos profissionais no mercado. A estes elementos adiciona-se a redução dos gastos com encargos trabalhistas e

sociais, corroborando ainda mais a tendência à redução dos níveis salariais identificadas no âmbito governamental. Relaciona-se ainda ao emprego instável a ocorrência de jornadas de tempo parcial e a contratação por intermédio de terceiros (cooperativas, fundações, entidades filantrópicas, organizações não governamentais), o que aponta para uma desregulamentação da força de trabalho, alterando os moldes anteriores de contratação e inserção institucional no setor estatal (SERRA, 2001, p. 169).

Outro ponto a ressaltar, é que apesar das demandas profissionais terem crescido exponencialmente durante as últimas décadas, advindas principalmente pelo adensamento das expressões da questão social - constituída como matéria prima do profissional - o aumento do número de profissionais pouco ocorreu, assim como o volume de recursos para a efetivação do trabalho.

Para finalizar, os elementos aqui manifestados sugerem não só a precarização das condições de trabalho do assistente social, mas também significa uma intensa redução das políticas sociais públicas, que se prolongam para uma redução da institucionalização da profissão no espaço estatal. Assim, a institucionalização dos espaços públicos não estatais, como afirma Serra (2001), “representa uma tendência emergente, reforçada também pela atuação de organizações não governamentais e pelo chamado terceiro setor, como intervenção do privado na área social” (p. 170). Tais respostas traduzem fielmente a lógica neoliberal no que diz respeito à questão social. Apesar de ser uma tendência em 2001, atualmente ela já é uma realidade, ou seja, dentro de uma mesma instituição é perceptível servidores efetivos, temporários e os que são vinculados às ONGs, como por exemplo, acontece na prefeitura de Mariana - MG, onde uma porcentagem dos assistentes sociais está vinculada à fundação renova³⁹ e não a prefeitura.

O Serviço Social no campo do “terceiro setor” vive um paradoxo, no sentido de reconhecermos o espaço das ONGs e a filantropia empresarial como estratégias de esvaziamento de direitos sociais, ao mesmo tempo que o assistente social enquanto um trabalhador assalariado não tem condições de recusar sua inserção nesse campo sócio-ocupacional, pois depende da venda de sua força de trabalho (MACHADO, 2010, p.270).

Nas empresas, ainda é onde se apresenta as melhores situações dos assistentes sociais, principalmente no que se refere aos vínculos empregatícios e faixa salarial.

No entanto, a condição empregatícia formal não garante, por si só, a estabilidade dos empregos nesse setor. Com o neoliberalismo se efetivando em mais de uma gestão de governo federal, o processo de privatização das empresas estatais se ampliará

³⁹ A Fundação Renova é uma organização não governamental privada e sem fins lucrativos. Foi constituída em 2 de março de 2016, por um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), e iniciou suas operações em 2 de agosto do mesmo ano. Ela tem o dever de reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em novembro de 2015 nas instalações da mineradora Samarco localizadas em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, na região do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais

com a redução de seus quadros funcionais, conforme hoje já acontece, o que se reproduzirá, por extensão, no mercado de trabalho do Serviço Social no setor empresarial (SERRA, 2001, p. 170).

Nas empresas privadas é visível a presença de um ou dois profissionais que acabam por ocupar múltiplas funções e habilidades, ou seja, além da alta taxa de rotatividade muitos dos profissionais são submetidos a responder diversas demandas que muitas das vezes nem fazem parte de suas atribuições. O deslocamento do Serviço Social para a área de recursos humanos é uma atividade cada vez mais comum e prejudica fortemente a categoria profissional, uma vez que promove uma disputa de profissionais, tanto profissionais da mesma área como outros profissionais de outros setores, como psicólogos e auxiliares administrativos.

Esses pressupostos de ocorrência aqui apresentados podem implicar, como já sinalizam encontros da área empresarial no Serviço Social, a retomada de experiências de décadas passadas de constituição de grupos associativos de assistentes sociais de empresa, objetivando a qualificação profissional para ajustar-se a essa nova lógica produtiva, provavelmente reatualizando os princípios e procedimentos técnicos-operativos que vigoravam àquela época. Na verdade, trata-se, de fato, de mesma lógica a serviço dos objetivos empresariais de sempre - maiores taxas de lucro e maior produtividade (SERRA, 2001, p. 171).

Já nas entidades sem fins lucrativos é onde se pode encontrar a maior multiplicidade de vínculos contratuais, o que resulta no setor com maior rotatividade, e com uma grande variedade de jornadas de trabalho, que impacta diretamente nas remunerações salariais - quanto mais inconstante o vínculo empregatício mais baixo é a jornada de trabalho e a faixa salarial.

Tais instituições se definem no mercado como as “parceiras” do Estado - oferecendo não só a força de trabalho terceirizada para esse setor, como também executando, elas mesmas, políticas de ação social destinadas a segmentos específicos - em particular àqueles excluídos do mercado de trabalho, por diversas circunstâncias. Com esse quadro, constata-se que a transferência de responsabilidade pública para esse setor não implica um volume de recursos correspondente aplicado nesse espaço e nem ampliação de número de postos de trabalho, capazes de corresponder ao crescimento dessas demandas (SERRA, 2001, p. 172).

Vale ressaltar, que o Estado ao abrir mão de suas responsabilidades, encarrega o mercado privado, de acordo com Serra (2001, p. 172), de estipular “os parâmetros definidores das políticas e práticas que envolvem os objetivos e a gestão dos serviços sociais”. Este cenário tende a fragmentar fortemente as ações sociais e desqualificam tanto as ações profissionais associadas aos preceitos constitucionais da cidadania quanto seu potencializador.

Como resumido por Raichelis; Vicente; Albuquerque (2018), em “A nova morfologia do trabalho no serviço social”, o mercado de trabalho profissional do Serviço Social é intensificado por um enorme processo de subcontratação de serviços individuais de assistentes

sociais, principalmente por parte das empresas de serviços e assessorias e de ONG's. Já nas instituições estatais, é evidente o crescimento das parcerias público-privado em múltiplas áreas das políticas sociais. Simultaneamente, ocorre um contínuo processo de deslocamentos “nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as através da terceirização de serviços públicos por meio da subcontratação de empresas ou instituições intermediadoras” (RAICHELIS; VICENTE; ALBUQUERQUE, 2018), que tende a se ampliar cada vez mais após a Lei que normaliza as terceirizações - Lei n. 13.429/2017. Portanto é cada vez mais evidente uma tendência ao aumento da precariedade nas relações de trabalho, principalmente no que se referem à desqualificação dos profissionais para atender suas demandas, falta de condições necessárias para a execução das atividades, baixa remuneração, e sobrecarga de trabalho, que serão melhores apresentadas no tópico a seguir.

3.2 PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFISSIONAL

A crise de acumulação do capital (CHESNAIS, 1996) e o processo de reestruturação produtiva como tentativa de resposta (ANTUNES, 1999, p. 35-36), repercutem até os dias atuais nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, atestando um caráter radical de alienação e levando ao extremo a fetichização das relações sociais (CELION, 2014). Assim, depois da análise sobre o mercado de trabalho profissional, que foi o foco do último tópico, é importante abordar como essa intensa transformação do trabalho e da vida social (RAICHELIS, 2011), conduziu a precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais.

De acordo com Pierre Bourdieu (1998), a precarização do trabalho consiste em uma artimanha neoliberal de promoção do individual e extinção do coletivo, dessa forma as organizações coletivas de resistência ao mercado e os grupos de trabalho são ameaçados e as inseguranças dos trabalhadores acabam abrindo espaço para a criação de um “exército de reserva de mão-de-obra-docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego”, esculpindo uma palpável “violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça de demissão [...]”, (BOURDIEU, 1998, P.140 - grifo do autor apud SANTOS; MANFROI, 2015).

Algumas características dessa precarização, de acordo com Dejours são,

[...] a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento subjetivo; [...] a neutralização da mobilização coletiva contra o sofrimento, contra a dominação e contra a alienação; [...]; a estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez. Cada um deve antes de tudo se preocupar em “resistir”. Quanto ao sofrimento alheio

não só “não se pode fazer nada”, como também sua própria percepção constitui um constrangimento ou uma dificuldade subjetiva suplementar, que prejudica os esforços de resistência; [...] o individualismo, o cada um por si (2001, p. 51).

Outro ponto que também se destaca, de acordo com Santos e Manfroi (2015), é que com o avanço do neoliberalismo aumenta-se a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. Para Wacquant (2003, p. 72), essa criminalização é percebida “num sentido amplo de penalização da miséria, elaborada para administrar os efeitos das políticas neoliberais nos escalões mais baixos da estrutura social das sociedades avançadas”. Assim o Estado passa a operar na desregulamentação social e dos direitos, voltando a um estilo de Estado punitivo e não mais de bem estar social, onde a proteção social é trocada pela ação policial. Tais mudanças impactam diretamente as condições de trabalho dos assistentes sociais, bem como as novas demandas que chegam ao profissional que gradativamente vem sendo chamado para atuar no “controle social da vida das populações pauperizadas” (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 183).

Já Ruy Braga (2012), diferente de Bourdieu (1998), percebe essa precarização como uma consequência da relação salarial, ou seja, a precariedade é uma expressão do assalariamento. Maranhão (2008), afirma que a precarização é resultado das tentativas de respostas à crise que acarretaram em demasiado desemprego de longa duração, trabalho precário e pobreza ampliada. Mas uma coisa comum entre os três é que a precarização existe e ela dita as novas condições de trabalho dos profissionais. Isso não seria diferente para o assistente social.

No Brasil, que historicamente não gerou condições para a reprodução social assim como nos países de capitalismo central, a nova era de precarização estrutural do trabalho, apontado por Antunes (2005) como a nova morfologia do trabalho, desencadeia intensas mudanças nas formas de organização e relações do trabalho. Gois (2020) aponta em sua dissertação duas principais tendências que caracterizam a precarização das condições de trabalho no Brasil: a precarização dos vínculos empregatícios e a intensificação do trabalho. A primeira é compreendida pela autora pela manifestação da chamada flexibilização e/ou aumento dos trabalhos informais e terceirizados, ou seja, contratos temporários, subcontratação, redução dos salários e ampliação do desemprego. As Leis Trabalhistas também são flexibilizadas,

[...] as alterações mais recentes nas leis trabalhistas (aprovação da regulamentação da terceirização das atividades fins e meios, a Reforma Trabalhista encaminhada pelo governo Michel Temer em 2017 que sucumbiu a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e a mais recente reforma da previdência aprovada em 2019 pelo governo Jair Bolsonaro. O Estado respalda essas práticas com leis e políticas de viés

neoliberal, desregulamentando as relações trabalhistas e formalizando os mecanismos de superexploração da força de trabalho (GOIS, 2020, p. 125).

Já a intensificação do trabalho decorre diretamente do aumento na exploração da força de trabalho, seja pelo aumento da jornada de trabalho, seja pela sobrecarga de atividades e funções a serem cumpridas, ou seja, pela inserção de tecnologias da informação como forma de aumento do ritmo do trabalho. Com o aumento da carga horária de trabalho, o trabalhador é obrigado a diminuir seu tempo livre a favor do seu empregador, segundo a autora, ampliar as horas de trabalho é “o mais tradicional e elementar meio de intensificar o trabalho. Na verdade, só é menos tradicional do que a escravidão”. O aumento do número de funções cria um trabalhador polivalente e multifuncional, essa intensificação do trabalho adoce os trabalhadores tanto físico como emocionalmente.

De modo geral, a nova fase de desenvolvimento do sistema do capital foi caracterizada por transformações industriais na produção e no trabalho, que tiveram repercussões para o agravamento da precarização do trabalho. Essas transformações se expressaram pelo declínio de setores tradicionais e pela modernização de setores dinâmicos (a exemplo, o setor automobilístico). Analisando pelo lado do processo de trabalho, a transformação se concretiza na adoção de um novo paradigma tecnológico e organizacional. Convém ressaltar que com o desenvolvimento das forças produtivas e aos avanços técnicos e científicos, há de forma significativa uma intensa incorporação destes à produção, diminuindo, tendencial e parcialmente, a demanda por trabalho vivo. Consiste na introdução de novas tecnologias, de novos padrões de gestão e organização do trabalho, individualizando as relações entre capital/trabalho, o que ocasiona o enfraquecimento do movimento sindical (GOIS, 2020, p. 139).

O impacto na subjetividade do trabalhador é avassalador. As recentes medidas de controle da força de trabalho acontecem principalmente através de princípios ideológicos, o discurso e o estímulo ao produtivismo camufla a condição de assalariado com a desculpa do trabalhador colaborador, dissolvendo assim a perspectiva de classe e encobrendo as desigualdades sociais advindas dessa relação. “Com isso, acirra-se a alienação do trabalhador em seu ambiente de trabalho, fragiliza-se a organização sindical e trabalhista e dilacera-se a vida laboral e particular do trabalhador” (GOIS, 2020, p.145).

Alves (2011) chama esse processo de “captura da subjetividade”

[...] o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismo de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo olhar, mas nas instâncias socio-reprodutivas, com a pleora de valores-fetice e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2011, p.114).

De acordo com o autor, essa captura incentiva novos valores morais aos trabalhadores promovendo a competitividade e “afligindo tanto a dimensão física da força de trabalho, como a dimensão psicossocial, por meio de doenças como a depressão, ansiedade e o stress”

(idem). É evidente assim a construção de um trabalhador polivalente e flexível que estimula a terceirização, os trabalhos temporários e as subcontratações.

Para que se obtenha um maior controle dos trabalhadores são utilizadas práticas de trabalho “flexíveis”, que adotam novos mecanismos de personificação do trabalho, mascarados pelo “envolvimento” do trabalhador com a empresa, estimulando “o exercício de uma subjetividade marcada pela inautenticidade”, que constitui instigar o exercício da subjetividade do trabalho conforme o interesse da empresa (GOIS, 2020, p.148).

Enfim, a precarização do trabalho é disseminada por diversos elementos, seja pelo aumento das jornadas de trabalho e sobrecarga de trabalho, pela promoção da competitividade e do individualismo, pela polivalência e multifuncionalidade, pela pressão física e psicológica, pela baixa remuneração e desvalorização do trabalho, e entre outros vários elementos que compõem a construção das inseguranças e do adoecimento dos profissionais, que Druck (2009), diz atingir a todos indiscriminadamente, embora com graus diversos.

Como mencionado por Santos e Manfroi (2015), a atuação profissional tem como parâmetros o Código de Ética, que determina os princípios fundamentais, deveres e direitos dos assistentes sociais, além de vários outros elementos essenciais da profissão como, por exemplo, o art. 7º, alínea “a” que evidencia o direito dos profissionais de “dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1997, p. 25). E a Lei 8.662/93, regulamentadora da profissão, que presume que os profissionais tenham condições mínimas de infraestrutura e estrutura, para que seu trabalho seja devidamente desenvolvido, (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1997).

Porém, apesar de todas essas regulações, a condição assalariada da profissão, como já mencionado anteriormente, pressupõe a intervenção do mercado de trabalho nos procedimentos adotados por cada profissional em seus diferentes espaços sócio ocupacionais (CELION, 2014). As instituições empregadoras organizam o processo de trabalho dos assistentes sociais oferecendo os meios indispensáveis para a concretização do trabalho, como os instrumentos e a infraestrutura, mas também criam demandas, estipulam atribuições e funções que precisam ser cumpridas, determinando os limites e as possibilidades da ação profissional (IAMAMOTO, 2007). Assim, toda a precarização ocasionada com o avanço do neoliberalismo impacta as relações de trabalho e conseqüentemente as condições de trabalho dos profissionais.

O exercício profissional dos assistentes sociais está sendo diretamente atingido pela precarização das condições e relações de trabalho. Os assistentes sociais estão exercendo suas atribuições e competências profissionais submetidos a contratos

temporários, terceirizados, subcontratados, de modo que sua autonomia e estratégias profissionais têm sido comprometidas pelas condições objetivas de sua inserção no mercado de trabalho. Trata-se da materialidade das atuais condições históricas de inserção dos assistentes sociais na condição de trabalhador assalariado, bem como dessa determinação histórica na agudização das expressões da questão social.

As demandas apresentadas ao Serviço Social, em tempo de hegemonia do capital financeiro e do padrão flexível, são manifestações fenomênicas das contradições e antagonismos da sociedade burguesa, repostas em outro patamar. As novas expressões da questão social interferem não só na condição de trabalhador do assistente social, como redesenha seu próprio objeto de intervenção profissional. No enfrentamento da recomposição do valor, o novo padrão de acumulação cria novos padrões de regulação. (CELION, 2014, p. 261).

Levando em consideração que os assistentes sociais são predominantemente empregados pelo Estado, a precarização das condições de trabalho da categoria profissional, de acordo com Santos e Manfroí (2015), tem que ser compreendida por um amplo sentido, “tanto com relação às condições de acesso e inserção no mercado de trabalho protegido, quanto às condições de trabalho no espaço institucional propriamente dito” (p.186). Destarte, uma das mediações para que se entenda a precarização do trabalho é a política social - instrumento de trabalho profissional - e sua relação com o fundo público.

O fundo público nesse cenário, conforme aponta Salvador (2010), desempenha a função de socorrer o capital em períodos de crise mantendo a produção e reprodução do capital, assim, toda verba destinada a gastos sociais e reprodução da força de trabalho fica cada vez mais sucateada e fragilizada. Desta forma, se sustenta uma política social cada vez mais seletiva, focalizada e restrita que transforma problemas estruturais em falhas morais (PERREIRA; STEIN, 2010). Para Iamamoto, as insuficiências das políticas estão extremamente relacionadas às condições de trabalho dos assistentes sociais, “vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer a função de um juiz rigoroso da pobreza, técnica e burocraticamente conduzida, como uma aparente alternativa à cultura do arbítrio e do favor” (IAMAMOTO, 2007).

O aprofundamento da questão social atinge diretamente os trabalhadores, em especial, os segmentos mais empobrecidos e subalternizados da sociedade. Estes, por sua vez, buscam nos serviços públicos respostas para algumas de suas necessidades. Assim, na particularidade do seu trabalho, os assistentes sociais encontram desafios que decorrem das expressões da questão social, cada vez mais diversificadas e complexas, em instituições que continuam operacionalizando as políticas de forma conservadora, com recursos financeiros limitados, instrumentos tecnológicos ultrapassados, e com a imposição de metas que mensuram o trabalho, que é complexo e processual, em termos quantitativos. O trabalho dedicado à emancipação do homem e à satisfação de suas necessidades não pode limitar-se a uma quantidade e a uma forma historicamente dada (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 106).

Em pesquisa realizada no Espírito Santo (2007) e em Santa Catarina (2011), Santa e Manfroi (2015) mostram que a maioria dos profissionais, em Santa Catarina, afirmam ter dificuldades na realização de seu trabalho, as mais apresentadas são:

[...] a falta de estrutura física, de recursos humanos e materiais, de equipamentos e de veículos; equipe reduzida de profissionais; burocracia excessiva; problemas de gestão e financiamento; fragmentação da rede de proteção social; descontinuidade, fragmentação e sobrecarga de trabalho; e desconhecimento das atribuições do assistente social por outros profissionais e gestores (SANTOS; MANFROI, 2015, p. 186).

Na pesquisa do Espírito Santo, dos 202 assistentes sociais reunidos, 189 afirmaram que os principais problemas ligados às condições de trabalho estão relacionados à falta de recursos e de estrutura física. Também foram apontados,

[...] problemas a falta de reconhecimento, a falta de autonomia, o excesso de demanda, a contratação precária, a descontinuidade das ações, a falta de capacitação, o excesso de carga horária, o desconhecimento sobre as atribuições do assistente social, além da periculosidade, da insalubridade e da falta de segurança no trabalho, bem como questões burocráticas (ibidem).

Em resumo, quando se fala da precarização, no que diz respeito o exercício profissional, em ambas as pesquisas é visível vários fatores em comum, como por exemplo: os baixos salários, a sobrecarga de trabalho, o remanejamento de funções, a focalização das políticas sociais, a ausência de estrutura e infraestrutura para a realização das atividades, a carência de autonomia, a desvalorização do trabalho e o adoecimento dos profissionais, como resultado dessas novas relações de trabalho (SANTOS; MANFROI, 2015, p.187). Em 2006, o CFESS anunciou a resolução n° 493 que estabelece as condições éticas e técnicas do exercício profissional, almejando a qualidade nos serviços ofertados aos usuários e a reivindicação de condições de trabalho apropriadas nas diversas instituições, porém, como visto na pesquisa, a realidade não condiz com o que está escrito e as instituições empregadoras, muitas vezes, não asseguram as condições de trabalho apropriado.

Essa precarização e a reorganização das condições gerais do contrato de trabalho (GOIS, 2020), não podem ser compreendidas, de acordo com Guerra (p.716, 2010 *apud* GOIS, 2020), “senão com a flexibilização, que é sua forma de aparecer, mas que tem seu fundamento no desemprego estrutural que assola toda a sociedade”. O trabalho profissional se depara então com uma imensa perda de direitos “no qual se aprofunda a desvalorização e a superexploração da força de trabalho para a continuidade da reprodução ampliada do capital mediante altíssimos índices de desemprego” (GUERRA, 2010, p.717 *apud* GOIS, 2020). Tais mudanças acarretam em um novo perfil profissional que é obrigado a se adaptar à precarização do trabalho, sendo responsabilizado por sua própria empregabilidade.

A precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões: desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras (GUERRA, 2010, p. 719 *apud* GOIS, 2020, p.164).

Com o sucateamento dos serviços públicos a atividade profissional é marcada pela falta de materiais, de salas para atendimento dos usuários, de transportes para as visitas domiciliares e institucionais, pelos:

[...] baixos salários comparados com os salários de outros profissionais vinculados às mesmas atividades; vínculos precários com a instituição empregadora, na medida em que permanecem restritas as oportunidades de inserção no mercado de trabalho via concursos públicos; jornadas de 164 trabalho tendem a uma sobrecarga de atividades, considerando, sobretudo, a redução de funcionários em atividades de apoio ao trabalho dos assistentes sociais (cujas atividades em muitos casos não são consideradas como atividades fim), principalmente após as iniciativas de informalização dos protocolos administrativos; limitadas e precárias condições materiais referentes a instalações físicas, equipamentos e recursos materiais, o que contribui para reforçar a subalternização da natureza dos serviços prestados pelo assistente social na hierarquia da divisão sócio-técnica do trabalho (LOPES; ABREU, 2010, p. 113).

Assim as condições de trabalho se ligam diretamente ao ambiente e aos instrumentos do trabalho e sua organização revela como se dão as políticas de gestão e as relações de trabalho (FAERMANN; MELLO, 2016). “Aspectos como hierarquia, autoridade e controle, bem como a política de recursos humanos e a própria estrutura temporal do trabalho o condicionam, tendo implicações sobre o processo saúde-doença dos trabalhadores” (idem, p. 105).

Outra tendência visível nas discussões sobre as condições de trabalho é a intensificação do trabalho através da informatização com a aplicação das tecnologias de informação. Como apontado por Raichelis (2011), o serviço público vem gradualmente incorporando a cultura do gerencialismo que “esvazia os conteúdos mais criativos do trabalho, desencadeando o desgaste criado pela atividade mecânica, repetitiva, que não instiga a reflexão” (p.433). A gestão do não trabalho vem mobilizando

[...] diferentes políticas sociais e profissionais, entre os quais o assistente social, chamado a participar, entre outros, de programas de geração de renda e inclusão produtiva, no âmbito das ações de “prontidão e educação para o trabalho”, numa perspectiva que retrocede às origens da profissão quando o Serviço Social foi convocado a participar dos processos de disciplinarização das famílias operárias no contexto da constituição do capitalismo urbano-industrial no país. Também é possível constatar o crescimento de um tipo de demanda dirigida aos assistentes sociais em diferentes áreas, que afasta o profissional do trabalho direto com a população, pois são atividades que envolvem relações interpessoais, exigem ações

continuadas, acompanhamento próximo e sistemático, incluindo atividades em campo (RAICHELIS, 2013, p.624).

As tecnologias vêm intensificando os processos de trabalho e o “computador” acabam mediando o atendimento profissional, que muitas vezes precisa preencher fichas, atualizar e fomentar sistemas. Ainda de acordo com a autora, é possível perceber que uma das consequências dessa inserção computacional é o afastamento do profissional com a população, em virtude da dificuldade de se estabelecer relações contínuas. Essa dificuldade provém do preenchimento de formulários e cadastros, que muitas vezes se estagnam em práticas burocratizadas e repetitivas - não desenvolve a reflexão e nem o pensamento crítico. Dessa forma, surge um trabalhador multifuncional, que veste a camisa da empresa e fica submisso, capaz de desenvolver ações pautadas na razão instrumental e despojadas de crítica teórica e política. Desta forma, por mais que seja essencial a introdução de novas tecnologias de informação, é importante questionar os efeitos das mesmas no trabalho do Serviço Social.

Como mostrado por Gois (2020), a introdução dos sistemas de informações estão mais ligados à vontade de controle dos trabalhadores do que na facilitação das “dinâmicas e processos de atendimentos aos usuários. A tecnologia se destina mais para disciplinar, unificar e burocratizar procedimentos, por meio de uma super-racionalidade burocrática” (SANTOS, 2010, p.702). Uma pesquisa feita por Nascimento (2018)⁴⁰, e apontada por Gois (2020) em sua dissertação, mostra que a intensificação do trabalho vivida pelos assistentes sociais entrevistados é consequência, majoritariamente, das grandes demandas de trabalho, que condicionam o trabalhador a um contato prolongado com os sistemas de informatizados de trabalho. De acordo com a autora, tal situação ocasiona o adoecimento dos profissionais⁴¹, com ênfase para a Lesão por Esforço Repetitivo (LER). “Os efeitos da precarização atingem não só o trabalho, mas também as assistentes sociais, por meio do adoecimento e do desgaste físico, bem como do descontentamento e sofrimento na relação com a atividade profissional” (NASCIMENTO, 2018, p. 98 *apud* GOIS, 2020).

Tal situação figura a tendência da precarização das condições de trabalho que incide na subjetividade do profissional. Isso se explica porque a cobrança dos empregadores aos assistentes sociais pelo cumprimento de metas quantitativas é uma realidade presente no cotidiano profissional que fragiliza a qualidade dos serviços prestados aos usuários e também implica no desgaste físico e mental dos profissionais. É um cenário de aprofundamento da alienação do trabalho e

⁴⁰ Pesquisa realizada nas Instituições Federais de Educação Superior do município de Natal/RN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

⁴¹ Tratada como um fenômeno social, o processo de saúde-doença do trabalhador deve ser analisado a partir da conjunção entre fatores biológicos, processo produtivo, condição socioeconômica e cultura, Fermann e Mello (2016).

degradação não só das condições de trabalho, mas também das condições de vida dos profissionais (GOIS, 2020, p. 168).

As implicações na subjetividade dos profissionais trazem profundos impactos no desgaste mental e físico. Na pesquisa qualitativa realizada com os assistentes sociais no município de Taubaté - São Paulo -, Faermann e Mello (2016), mostram que uma das principais consequências da precarização das condições das relações de trabalho são a produção de sofrimento e adoecimento dos profissionais, bem como: ansiedade, enxaqueca, diabetes, gastrites, adoecimento emocional, síndrome de *burnout*, etc. Para Silva e Raichelis (2015, p. 599), esses efeitos na saúde física e psíquica dos profissionais podem “resultar, conforme muitos analistas, em um novo padrão de problemas saúde/trabalho decorrentes das novas exigências do trabalho contemporâneo”. Chega-se, então, na percepção de que possivelmente há um ciclo vicioso entre precarização e adoecimento subjetivo, onde um alimenta degradando a qualidade do serviço e a vida do/da profissional assistente social.

Com a desregulamentação dos dispositivos legais, tal como descritas anteriormente, “crescem o assédio moral, o desgaste mental das/os assistentes sociais, o sofrimento e o adoecimento provocados pelas novas formas de organização, controle e gestão do trabalho nas políticas sociais” (RAICHELIS, 2018, p. 59).

[...] os fatores genéticos e emocionais e as experiências de vida condicionam o processo de saúde-doença dos indivíduos. Portanto, ele não ocorre de maneira igual entre os sujeitos, sendo determinado pelo lugar que ocupam na sociedade. Nessa direção, a abordagem que se efetua considera a permanente contradição entre capital e trabalho. Portanto, a saúde do trabalhador depende, sobretudo, das formas e condições em que o trabalho se gesta na sociedade. Os diversos aspectos da organização, da divisão e das relações no trabalho podem levar à fragilização ou vitalidade da saúde dos trabalhadores em diferentes realidades sociais (FAERMANN; MELLO, 2016, p.100).

Ainda de acordo com os resultados da pesquisa, o enorme volume de tarefas a se cumprir e a quantidade de demandas e novas demandas, advindas desses novos processos de trabalho, são componentes comprometedores “da qualidade do atendimento prestado aos usuários, bem como dos agravos à sua saúde” (idem). Dentre os relatos dos profissionais estavam o medo de não conseguir dar conta de todas as tarefas, o receio de estar somente “apagando incêndios” ao invés de desenvolver um atendimento crítico e de qualidade, a priorização de atendimentos, a falta de tempo para preencher documentos, fazer registros, sistematizar informações além da falta de tempo e recurso para a organização do trabalho cotidiano.

A priorização de demandas, apontado pelas autoras, é ao mesmo tempo um impasse e um constrangimento ao trabalho dos assistentes sociais. Com o caráter restritivo e

reducionista das políticas sociais que buscam a manutenção dos conflitos e a apaziguação das expressões da questão social, cresce a restrição da capacidade do Serviço Social em realizar suas atividades e atender todas as demandas de uma forma crítica e eficaz, trazendo insatisfações e angústias aos profissionais. Já a documentação é parte essencial do trabalho dos assistentes sociais, pois permite uma análise crítica dos atendimentos realizados, desenvolvimento de pesquisas além de ser um instrumento de organização das atividades. Porém, são construções que precisam de tempo, condição essa negada vista a quantidade excessiva de atividades. Tal cenário prevê um trabalho pragmático e imediatista.

De acordo com Guerra (2013), o pragmatismo prático e profissional é o principal responsável pelo desprezo, que nutrem alguns profissionais pela teoria crítica e pela supervalorização da prática, da pura experiência, dos hábitos e costumes, ou seja, com o avanço dos ideais neoliberais a prática profissional burocratizada e repetitiva se tornou cada vez mais natural.

[...] o pragmatismo, como o modo de ser da imediaticidade do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, opera com tamanha sutileza que temos dificuldade de perceber que ele é apenas o modo de “apreensão da aparência” do real e não o modo de ser do próprio real. Ele opera em um nível da práxis, cuja inserção e apreensão imediata da realidade passa a ser a atitude prática do homem comum no cotidiano. A atitude pragmática e o pensamento no cotidiano se naturalizam e são naturalizados pela racionalidade tipicamente burguesa. Pensamento e atitude pragmáticos, por permitirem a inserção dos profissionais na realidade, ratificam na profissão um tipo de realismo, ele próprio ingênuo, que se contrapõe ao realismo crítico (GUERRA, 2013, p.44).

Ser pressionado a realizar diversas funções - profissional polivalente e versátil - com inúmeras metas a serem cumpridas obrigam os profissionais ao imediatismo, sem tempo para fazer tarefas básicas e essenciais para a realização efetiva do trabalho, como por exemplo, relatórios, relato de atendimentos, obrigando muitas vezes aos assistentes sociais terminarem suas tarefas fora do horário de trabalho. Tal prática só torna cada vez mais explícita a lógica burocrática do trabalho quantitativo em detrimento do qualitativo (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 102), onde são desvalorizados os atendimentos continuados, os estabelecimentos de vínculos com os usuários além de promover o adoecimento e o desgaste dos profissionais.

Nesse contexto, o trabalho do assistente social tem se conformado pela lógica da fragmentação e da procedimentalização presente nas políticas sociais. Há uma tendência à focalização da análise e da atuação profissional nos particularismos da realidade social, em detrimento da sua totalidade, resultando em intervenções empiricistas e reducionistas. Nesse nível de apreensão teórico-profissional, a realidade é tomada tal como se coloca imediatamente aos sentidos, limitada ao observável e, de preferência, ao quantificável. A reificação que invade a vida social favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que se mostram de modo aparente, como se fossem fenômenos naturais. Ademais, a

ideologia dominante sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista (FAERMANN; MELLO, 2016, p.102).

Segundo Mendes (2003), o sofrimento do trabalhador está intimamente ligado à divisão e padronização de tarefas, hierarquia, falta de perspectivas, negação do potencial humano, falta de reconhecimento profissional e ingerências políticas.

A atuação dos assistentes sociais encontra-se mediada por um processo contraditório: o prazer outorgado pela possibilidade de realizar um trabalho que impulse e materialize os direitos sociais dos segmentos pauperizados da classe trabalhadora; e, ao mesmo tempo, o sofrimento, pela exposição continuada à escassez de recursos e ao aviltamento das políticas sociais que respondam às demandas dos trabalhadores (FAERMANN; MELLO, 2016, p.110).

Atualmente com a adoção do distanciamento social para contenção do COVID-19, um elemento que ganhou bastante força, visto o fechamento de vários setores da economia, foi o *home office* ou o teletrabalho ou trabalho remoto - trabalho realizado fora da instituição, no ambiente doméstico. A transferência do trabalho para o ambiente pessoal invade a vida privada, intensifica a jornada de trabalho, fragiliza os direitos trabalhistas e promove o trabalho individual, sem representação sindical.

A estratégia do capital é, portanto, aumentar os níveis de produtividade e o controle sobre os resultados esperados, flexibilizar os limites de exploração, atacar e destruir os direitos das/os trabalhadoras/es e empreender esforços para retirar do horizonte qualquer perspectiva emancipatória. **O teletrabalho ou trabalho remoto se insere como um dos experimentos para intensificar a exploração do trabalho e dificultar a organização política da classe trabalhadora. Tal cenário tem indicado que pensar em respostas pautadas somente na aposta de que este contexto está próximo de chegar ao fim pode não ser suficiente. Precisamos pensar em saídas e proposições consistentes, que respondam às demandas de médio e longo prazo** (CFESS, 2020, p.2).

A pandemia agilizou a entrada das tecnologias da informação e comunicação no trabalho profissional dos assistentes sociais, e o teletrabalho foi uma das medidas. Porém o teletrabalho não irá se apresentar da mesma maneira em todos os espaços de ocupação profissional e em alguns lugares outras medidas de redução do contágio foram tomadas, como por exemplo: rodízios, redução de jornadas, reivindicação de equipamentos de proteção individual, treinamentos e equipamentos de proteção coletiva (CFESS, 2020).

[...] nas políticas de assistência social e saúde, a principal questão tem sido assegurar condições de trabalho frente à precariedade, à ausência de EPIs, à intensificação das demandas e à fragilidade dos vínculos de trabalho decorrentes das contratações temporárias e urgentes. Nos serviços presenciais, algumas atividades foram consideradas não essenciais e, desse modo, foram suspensas. Já no trabalho remoto, as principais demandas advêm dos Tribunais de Justiça (TJs), Ministério Público (MP), Defensorias Públicas, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e educação (CFESS, 2020, p.3).

No que diz respeito às condições de trabalho, se percebe uma intensificação do trabalho feminino, retratado sobre a particularidade de as mulheres efetuarem seus trabalhos no mesmo ambiente doméstico onde já realizam diversas funções socialmente impostas.

O que temos sentido é que, com o teletrabalho, em especial na sua implementação em casa, a divisão entre público e privado se dilui, e o trabalho tem invadido várias dimensões da vida privada, diminuindo o tempo de descanso, causando exaustão pelo tempo frente aos equipamentos eletrônicos e outras questões que podem desencadear problemas de saúde, decorrentes da precarização e das condições de trabalho. Agregam-se elementos relativos à sobrecarga de trabalho, somados às tarefas domésticas, às possíveis dificuldades de acesso a benefícios trabalhistas, como auxílio-creche e auxílio-alimentação, os quais seriam vistos como desnecessários no espaço doméstico. No Serviço Social, uma profissão majoritariamente feminina, tais questões se apresentam notavelmente (CFESS, 2020, p.5).

As últimas formas de desenvolvimento destes trabalhos digitais se sobressaem no atual capitalismo. De acordo com Gois (2020, p. 141), essa lógica “facilita a dominação do capital sobre o trabalho, inclusive na vida privada do trabalhador”. O trabalhador passa a ter que arcar com tudo que deveria ser proporcionado pelas instituições, como por exemplo: computador, internet, luz, mesa, papel, entre todos os outros materiais que os profissionais vão ter que dispor para a efetivação do seu trabalho. Segundo Góes, Martins e Nascimento (2020), em nota técnica do IPEA, somente 22,7% dos trabalhadores possuem condições de realizar o home office,

[...] fica evidente que a maior parte dos trabalhadores brasileiros não possuem condições de realizar essa modalidade de trabalho, especialmente considerando as parcelas mais pobres da população. Mesmo para aqueles que tenham potencial para o teletrabalho, a forma abrupta com a qual ele foi adotado tem resultado em sobreposição do trabalho com outras atividades diárias, sobremaneira de caráter doméstico (SOUZA, 2020, p.6) .

Se pensando nas particularidades do Serviço Social, que é uma profissão que realiza seu trabalho na mediação privilegiada com as políticas sociais e acessos a bens e serviços e no conhecimento das condições de vida e trabalho de seus usuários, algumas questões se tornam relevantes: quais atividades o profissional pode executar remotamente? Como garantir a ampliação do acesso aos direitos da população sem infringir a ética profissional?

Assim, deve aos profissionais assumir uma postura ética tanto ao uso da tecnologia, quanto no que diz respeito ao sigilo e proteção das informações colhidas, uma vez que no trabalho remoto é impossível ao profissional, a priori, saber se seu usuário está no telefone sozinho, acompanhado, na rua, em casa, etc. Bem como é essencial considerar até quando somente as respostas dos usuários são válidas para continuidade de determinada atividade ou procedimento (CFESS, 2020). Outro elemento a se considerar é o público alvo dos

atendimentos dos profissionais que, majoritariamente, não possuem acesso à internet e redes sociais, o que nos faz pensar nas implicações da ausência de um atendimento e de quando é fundamental que ele seja feito presencialmente.

[...] as limitações decorrentes do teletrabalho não podem ser ignoradas, em especial porque a intervenção pode acirrar o contexto de conflitos, tensões, ameaças e até novas situações de violência e/ou violação de direitos. A identificação das informações disponíveis, dos elementos iniciais de análise, é necessária para apreender, por sucessivas aproximações, as diversas dimensões ou fatores que condicionam as situações de violência, a partir do conhecimento socialmente produzido acerca destes fenômenos (CFESS, 2020, p.15).

Diante dessas questões, algumas sínteses podem ser feitas. As transformações no mercado de trabalho criam a necessidade de um perfil de trabalhador polivalente, onde se amplia a desqualificação com um significativo número de sujeitos desempregados, ou em situação de informalidade, ou em contratos parciais e temporários que criam uma insegurança no trabalho (Ceolin, 2014). A aceleração do ritmo de vida é outra consequência dessa reestruturação, visto que, a exigência sob o trabalhador sobre a administração do seu trabalho e a introdução de tecnologia, causa uma invasão do trabalho na vida do trabalhador. Além das pressões institucionais, a burocratização, o pragmatismo, a desvalorização do trabalho e as condições precárias que tem exercido um papel fundamental nos processos de adoecimento e desgaste físico e mental dos assistentes sociais. É visível uma relação simbiótica entre a precarização do trabalho, o adoecimento subjetivo e a precarização dos serviços prestados pelos profissionais. Portanto, apesar de algumas possibilidades de ação, o trabalho profissional é condicionado ao seu processo de trabalhador assalariado e precarizado, e por isso a importância do exercício da relativa autonomia, que permitiria que os profissionais exercessem suas atividades das melhores formas possíveis, mesmo sendo dependente dos instrumentos que as instituições empregadoras disponibilizam. O que deverá ser mais bem problematizado a seguir.

3.3 LIMITES E POSSIBILIDADES PROFISSIONAIS EM TEMPOS DE INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO

Diante de toda essa precarização do trabalho, torna-se essencial aos profissionais uma análise crítica da realidade para que sua prática não incida em uma oscilação entre o fatalismo ou messianismo (IAMAMOTO, 2011). Se no fatalismo há uma predisposição à naturalização da vida, no messianismo as ações são guarnecidas de propósitos individuais, manifestados pelo voluntarismo que impossibilita a compreensão e apreensão das contradições e

determinações do processo histórico. Então como pensar o agir profissional? Como pensar o projeto profissional frente à redução dos instrumentos e da autonomia profissional? Como potencializar o poder da relativa autonomia? Como realizar um trabalho crítico, eficaz e comprometido com os valores do Serviço Social sem cair nesse limbo entre fatalismo e messianismo? Quais são os limites e as possibilidades dos profissionais em tempos de intensificação do trabalho? São questões duras e que não poderão ser respondidas ainda nesta simples monografia, mas uma análise da construção de alguns autores como Yamamoto, Netto e Raichelis poderão apresentar alguns apontamentos importantes sobre onde e como pensar o agir profissional em tempos tão duros.

Segundo Netto (1996), as transformações no plano macroeconômico, a partir da década de 1990, reconfigura as necessidades sociais, gerando novas, ao transfigurar a produção e reprodução da sociedade, que lesiona continuamente a divisão sociotécnica do trabalho. Assim as mutações profissionais provêm desta inerente relação que se dá entre as transformações societárias e o complexo teórico, prático, político, cultural e ético que é característico de cada profissão. O autor, frente a essas mudanças aponta cinco projeções para o Serviço Social brasileiro, são eles:

1. as linhas de clivagem quanto às concepções profissionais se tornarão mais nítidas, ampliando-se as diferenciações no interior da cultura profissional;
2. imediatamente, as possibilidades objetivas de manutenção da demanda social da profissão não se mostram ameaçadas, mas impõem ao Serviço Social a necessidade de elaborar respostas mais qualificadas (do ponto de vista operativo) e mais legitimadas (do ponto de vista sociopolítico) para as questões que caem no seu âmbito de intervenção institucional;
3. as possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional, com a incorporação de novas questões ao seu âmbito de intervenção institucional, só serão convertidas em ganhos profissionais (ou seja: convertidas em realidade) se o Serviço Social puder antecipá-las, com análise teórica de tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas no mercado de trabalho;
4. as possibilidades mencionadas no item anterior configurarão tensões e conflitos na definição de papéis e atribuições com outras categorias socioprofissionais;
5. a segmentação (especialização) no mercado de trabalho tenderá a se adensar progressivamente, com duas implicações incontornáveis: a) na categoria profissional, produzirá uma sensível estratificação entre os assistentes sociais (novas escalas de conhecimentos, de prestígio, de remuneração etc.); b) no campo da formação, reclamará um profundo redimensionamento das relações entre as escolas e os demais segmentos da categoria profissional (NETTO, 1996, p.124).

Ainda de acordo com o autor, caso essas projeções se concretizem as imposições do mercado de trabalho balizarão o debate da profissão, ou seja, “os segmentos da categoria profissional que melhor responderem a elas tenderão a polarizar a cultura profissional e a aprofundar ou reverter à direção social estratégica já formulada” (idem). Abrem-se então as

portas para se pensar a direção da formação profissional evidenciando a discussão sobre qual profissional se espera: tecnocrático ou crítico.

No neoliberalismo, por exemplo, há uma tendência de fragmentação e focalização das políticas sociais, abrindo cada vez mais espaços sócios ocupacionais e especializações do trabalho. Netto (1996) aponta duas direções: afunilar a graduação para as especializações, ou manter o perfil generalista, “institucionalizando a especialização como requisito para o exercício profissional” (p.125). A formação voltada para as especializações além de reduzir a formação a um nível técnico-operativo, também precariza a própria formação por banalizar os avanços teóricos e analíticos que asseguram a compreensão do significado social da profissão e afasta a preocupação com a investigação, tornando-as um mero conjunto de tecnicidades vocacionais para atendimentos micro localizada. Já a formação generalista garante o desenvolvimento da cultura profissional, que possibilita a intervenção localizada com base num entendimento estrutural das problemáticas, fazendo-se essencial a formação continuada dos assistentes sociais, através dos cursos de especializações, reciclagem, atualização profissional, etc., como alternativas para pensar nas respostas das novas demandas.

Pois bem na minha ótica, no curto prazo (digamos: nos próximos quatro ou cinco anos), o debate mais determinante no campo do Serviço Social será travado em torno da direção estratégica que se afirmou na passagem dos anos oitenta aos noventa - *o que estará no centro da polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou contê-la, modificá-la e revertê-la.*⁴² As perspectivas imediatas do desenvolvimento profissional estarão diretamente vinculadas aos desdobramentos desse debate que, é óbvio, marcará a agudização da luta ideo-política no campo do Serviço Social (NETTO, 1996, p.117).

Abre-se então espaço para se pensar qual perfil profissional se planeja construir: “um *técnico* treinado para intervir num campo de ação determinado com máxima eficácia operativa ou um *intelectual* que, habilitado para operar numa área particular, compreende o sentido social da operação e a significância da área no conjunto da problemática social” (NETTO, 1996, p.125). As especializações não devem ser a finalidade da graduação e sim uma virtude para melhor entendimento de certas demandas.

Em resumo, confrontam-se dois “paradigmas” de profissional: o técnico bem adestrado que vai operar instrumentalmente sobre as demandas do mercado de trabalho *tal como elas se apresentam* ou o intelectual que, com qualificação operativa, vai intervir sobre aquelas demandas a partir da sua *compreensão teórico-crítica*, identificando a significação, os limites e as alternativas da ação focalizada (NETTO, 1996, p.126).

⁴² Vale ressaltar que Netto acertou em sua análise, sendo esse um debate bem contemporâneo, estudado, aliás, pela autora GUERRA.

Para o autor, enfrentar esse dilema requer muito estudo - inclusive dos profissionais já diplomados, que estão diretamente sendo pressionados pelas restrições do mercado de trabalho -, participação com as lutas sociais e o reconhecimento profissional dos valores e princípios do Projeto Ético Político da profissão.

Não há dúvidas de que o projeto ético político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuamos, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano profissional, nelas mesmas, embutimos determinada direção social entrelaçada por uma valoração ética específica (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p.5).

Faz-se necessário articular as dimensões organizativas, acadêmicas e legais que sustentam e legitimam o trabalho profissional, adaptando-o aos novos desafios conjunturais, identificando as vertentes dos processos sociais, de forma que se torne provável a qualificação do exercício e da formação profissional na materialização dos rumos almejados. A origem da profissão é ligada ao conservadorismo burguês e mesmo sendo esse um grupo ofuscado pelos profissionais politizados - profissionais estes responsáveis pelo atual projeto profissional - ele não foi eliminado, e com as atuais tendências vem ganhando força, desvalorizando e negando a unidade teoria-prática. Esse grupo conservador nega a teoria e cai no imediatismo e na ação individual. Por isso a importância da defesa da teoria crítica para uma realização efetiva do exercício profissional.

Assim, Netto (1996), salienta cinco prospecções para as vertentes teórico-profissionais:

1. manter-se-á a continuidade da vertente que se iniciou com a “intenção de ruptura” (Netto, 1994: 247 e ss), com influência da tradição marxista e no marco da direção social estratégica explicitada na abertura dos anos noventa; muito do futuro desta vertente está hipotecado ao trato que vier a das às demandas do mercado de trabalho;
2. registrar-se-á um novo alento de uma vertente de *cariz tecnocrático*, herdeira daquela que foi a “perspectiva modernizadora” dos anos sessenta e setenta (Netto, 1994: 164 e ss), mas renovada pela ofensiva neoliberal e reciclada por outras teorias sistêmico-organizacionais, que lhes oferecem novas cauções para a sua inserção nas instituições governamentais, as novas chancelas deverão vir da proposta da gestão da crise do Estado de Bem-Estar por meio das “parceiras”, mote que poderá substituir a antiga ideologia da “participação”;
3. ter-se-á a persistência, com uma influência cuja expressão não deverá crescer significativamente, da vertente do *conservadorismo tradicional*, que recorreu, nos anos setenta e oitenta, à fenomenologia (o que chamei de “reatualização do conservadorismo” - Netto, 1994: 201 e ss);
4. verificar-se-á o desenvolvimento de uma *vertente neoconservadora*, inspirada fortemente na epistemologia pós-moderna, afinada com as tendências da moda das chamadas ciências sociais e tendo seu gume crítico apontado para a

revisão dos substratos das conquistas anticonservadoras dos anos oitenta; muito provavelmente, essa vertente promoverá, por um lado, uma reentronização das práticas tradicionais, oferecendo-lhes um discurso legitimador de natureza “cultural” e, por outro, estimulará, respaldando o apelo à “sociedade civil” e à “cidadania”, ações focais no marco de petições “solidárias” e de “parcerias” a todos os níveis;

5. assistir-se-á a um florescimento de *vertentes aparentemente radicais*, abertamente desqualificadoras da teorização sistemática e da pesquisa rigorosa, fundadas seja num anticapitalismo romântico de inspiração católica (a glorificação do “saber popular”, do “povo”, com o apelo a valores de “solidariedade”), seja na repulsa anarcóide ao universalismo da modernidade (a entronização abstrata do “protagonismo da sociedade civil”, a desconsideração do Estado, o antiinstitucionalismo vulgar, a reificação das “diferenças”), seja no irracionalismo aberto (a validação das “racionalidades alternativas”), seja no relativismo mais primário (com a equalização de todas as formas de socialidade), (NETTO, 1996, p.126).

A problematização das novas demandas impostas aos profissionais é condição necessária para apreender as mediações que ligam as “reais necessidades” da flexibilização com as exigências impostas pelo mercado de trabalho dos assistentes sociais, que exige a mobilização de competências profissionais estratégicas, seja pela elaboração de proposições teóricas, políticas, técnicas e éticas que propagandeiam respostas qualificadas. De acordo com Netto (1996), a indispensável tarefa colocada para o Serviço Social, atualmente, é a de reconhecer o conjunto de necessidades - materiais, culturais, sociais e políticas - seja do trabalho ou do capital. Assim é necessário refazer, teórica e metodologicamente, o trajeto entre as demandas e as necessidades fundantes do modo de produção capitalista.

[...] parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais. Ora o Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário: produz serviços que atendem às necessidades sociais, isto é, tem um valor de uso, uma utilidade social. Por outro lado, os assistentes sociais também participam, como trabalhadores assalariados, do processo de produção e/ou de redistribuição da riqueza social. Seu trabalho não resulta apenas em serviços úteis, mas ele tem um efeito na produção ou na redistribuição do valor e da mais-valia (IAMAMOTO, 2000, p.23).

Deste modo, a articulação entre teoria e prática, investigação e intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica são essenciais,

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios ético-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social (IAMAMOTO: 2004; p. 56).

Segundo Iamamoto (2007), uma das maiores dificuldades para os assistentes sociais atualmente é conseguir interpretar a realidade e ser capaz de construir projetos de trabalho que sejam criativos, qualificados e que preservem os direitos humanos, baseado nas demandas do

dia a dia - profissional propositivo. O desafio é trazer para a discussão o dilema entre o projeto ético político e a condição de assalariado da profissão, que se apresenta muitas vezes aos profissionais como uma separação entre teoria e prática. Assim é essencial ultrapassar as análises unilaterais de viés ora fatalista, que se conformam, superestimando a lógica do capital, ora messiânicos, que desconsidera o plano macro e subestima os determinantes estruturais que atravessam a profissão.

Raichelis (2013) aponta a urgência de se pesquisar as diferentes realidades e espaços sócios ocupacionais, onde estão inseridos os assistentes sociais, esquematizar as condições de trabalho e as situações concretas de sofrimento e adoecimento às quais estão submetidos. Socializar tais condições “nos diferentes momentos de encontro da categoria profissional, para extrair daí elementos que possam embasar as lutas por novas reivindicações e direitos que particularizam as específicas condições de trabalho do assistente social no conjunto da classe trabalhadora” (RAICHELIS, 2013, p.630).

Diante do quadro aqui apresentado em largos traços, é necessário investir esforços coletivos na identificação de algumas perspectivas, para a defesa do projeto político-profissional, da qualidade dos serviços sociais prestados em respeito aos cidadãos que a eles têm acesso; para preservação do emprego e, se possível, da ampliação de postos de trabalho e do espaço ocupacional dos assistentes sociais que, como parte do conjunto dos trabalhadores, vêm sendo profundamente atingidos pela opção de política econômica e social assumida pelos governantes (Iamamoto, 2000, p 139).

Por fim, a formação tem um imenso impacto no trabalho profissional, assim como o mercado de trabalho impacta a formação, entender que a formação não se encerra na graduação é fundamental, é preciso ter postura investigativa. Apenas uma perspectiva teórico-crítica que provoque a compreensão do movimento histórico presente nas transformações societárias ligadas a um projeto anticapitalista, consegue garantir que os elementos sociocêntricos e emancipadores que a cultura do Serviço Social adotou sejam fortalecidos e atualizados.

No que se refere ao teletrabalho, é essencial ter ciência de que as ferramentas remotas não são a finalidade do trabalho. Assim como qualquer outra ferramenta, elas devem auxiliar nos alcances dos objetivos profissionais de viabilizar direitos e acesso aos seus usuários, e não ser utilizadas apenas como comprimento de metas criadas pelas instituições. Levando em conta a excepcionalidade do teletrabalho, frente a crise sanitária que o mundo vive, é indispensável, de acordo com o CFESS (2020), o uso da autonomia profissional nas “decisões de caráter técnico-profissional”, para que cada atendimento seja conduzido da melhor forma possível, reafirmando “sempre a garantia e viabilização de direitos para as/os assistentes sociais, o conjunto das/os trabalhadoras/es e usuárias/os das políticas e serviços.” (*idem*).

Implica assim, ao assistente social, a criação de estratégias coletivas e alianças políticas que fortaleçam os direitos nas diversas áreas de ocupação - previdência, assistência, saúde, habitação, sócio jurídico, ONGs, empresas, etc. - visando expandir a visibilidade das lutas da classe trabalhadora na esfera pública. Ademais, a compreensão dos processos de trabalho, dos meios disponíveis para a realização das atividades, da história da profissão, das demandas, das relações profissionais, das possibilidades de intervenção, etc., é essencial para se continuar a luta pela categoria profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é refletir acerca das condições de trabalho dos assistentes sociais, entendendo sua relação indissociável com o Estado ao longo dos anos, vinculada as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e à desregulamentação das ações do Estado brasileiro neoliberal que impacta diretamente o exercício profissional. Vale ressaltar que se trata de uma pesquisa bibliográfica, quantitativa, que ainda pode ser muito mais aprofundada e desenvolvida, sendo esta só uma pesquisa inicial, na qual pretendo seguir pesquisando mesmo após a graduação.

O debate acerca da categoria trabalho e seus desdobramentos na sociedade capitalista, principalmente em momentos de crise, vêm sendo debatido nas ciências humanas e sociais nas últimas décadas. De acordo com Gois (2020), no que remete ao Serviço Social, apesar da discussão “sobre os efeitos da precarização do trabalho para o conjunto da classe trabalhadora em geral, ainda é incipiente a discussão em torno dos determinantes e das implicações desta precarização na particularidade do exercício profissional do assistente social” (p.18). É evidente a necessidade de se continuar pesquisando e aprofundando este tema, principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho destes profissionais atualmente.

[...] a temática da superexploração e do desgaste físico e mental no trabalho profissional é um tema novo, pouco debatido, pouco pesquisado, portanto pouco conhecido pelo Serviço Social e seus trabalhadores, e que não apresenta acúmulo na literatura profissional. O que se observa com maior frequência — certamente em função da centralidade da classe operária na produção capitalista e dos inúmeros estudos sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho desta classe — é o assistente social analisar (e indignar-se) frente à exploração e ao desgaste a que são submetidos os trabalhadores assalariados, mas estabelecendo com estes uma relação de exterioridade e de não pertencimento enquanto um segmento desta mesma classe (RAICHELIS, p.426, 2011 *apud* GOIS 2020).

Assim, ao fim deste trabalho é possível fazer algumas conclusões. Primeiro, o trabalho, que essencialmente seria uma atividade livre, onde o homem possui o controle da totalidade de seu processo de trabalho, no capitalismo, alcança um caráter de trabalho assalariado, no qual os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho como mercadoria, para os que detêm o controle dos meios de produção. Ou seja, o trabalho se transforma em uma atividade precarizada e alienante, Alves (2007).

A partir do momento em que há expropriação dos meios de produção e a mercantilização da força de trabalho, mediante a relação de assalariamento, o trabalho perde sua dimensão original de ser fonte de humanização constituindo-se em trabalho precarizado e desumanizante. E, neste sentido, podemos apontar que

todo trabalho assalariado carrega o elemento da precarização, que reside na lógica imanente do capital (GOIS, 2020, p.20).

Segundo, no que refere-se a categoria trabalho improdutivo, que pode se conectar à condição de trabalhador assalariado do assistente social, na esfera estatal, o profissional inclui-se ao conjunto de trabalhadores que “operam como auxiliares no processo de reprodução das relações sociais”, que é fundamental para a reprodução do capital. O movimento da ofensiva neoliberal e da precarização traz as mesmas consequências nocivas da exploração e degradação do trabalho, que ocorrem no trabalho produtivo, Gois (2020). Neste sentido é perceptível uma ampliação da precarização através do “aumento e reedição de novas e velhas modalidades de exploração, que desregulam o mercado de trabalho e corroem os direitos trabalhistas e sociais” (*idem*). Por conseguinte, o assistente social que trabalha predominante no setor dos serviços, similarmente, experimenta os efeitos prejudiciais da precarização das condições de trabalho em seu cotidiano profissional.

Em síntese,

1. Todo trabalho assalariado no capitalismo é precário, em decorrência da relação mercantil de compra e venda da força de trabalho. As condições de trabalho, inclusive as do assistente social, são imbricadas à condição de assalariamento no capitalismo, que carrega o elemento da precarização. Portanto, o determinante ontológico da precarização do trabalho do assistente social reside na sua condição de trabalhador assalariado, ou seja, na sua condição de assalariamento. 2. O exercício profissional do assistente social torna-se mais precário devido ao contexto de intensificação da exploração da força de trabalho, advindo da 30 conjuntura da crise estrutural capitalista pós anos 1970 e da aplicação de medidas neoliberais, sobretudo em decorrência da precarização das políticas sociais. 3. A precarização das condições de trabalho dos assistentes sociais impacta diretamente no seu exercício profissional e na materialização das ações e dos objetivos profissionais (GOIS, 2020, p.30).

Terceiro, o século XX foi marcado por diversas alterações no mundo do trabalho. No fim da década de 1960 e começo de 1970, com a crise no padrão taylorista/fordista de produção, a ascensão do toyotismo trouxe novas configurações produtivas que impactaram negativamente todos os trabalhadores. Nos debates acerca das atuais condições de trabalho, como afirma Gois (2020), “é imprescindível suscitar a reestruturação produtiva e uma nova cultura no mundo do trabalho dela decorrente, implicando em mudanças na divisão internacional do trabalho”, principalmente nas novas formas as quais se “compra, se controla, se consome e se explora a força de trabalho” (*idem*).

[...] a “virada neoliberal” foi uma resposta à crise de 1970, onde a conjuntura era de longa e profunda recessão com altas taxas de inflação e baixas taxas de crescimento, adotando novas práticas que possibilitassem a continuidade do capitalismo, por meio de medidas de cunho neoliberais, no intuito de recuperar o poder da classe capitalista. O neoliberalismo, como nova estratégia hegemônica de resposta à crise estrutural do capital, implica em redução de políticas sociais, aumento da desigualdade social, novas formas de flexibilização do trabalho, entre outras medidas que permitem a superexploração do trabalho. As desregulações das

políticas sociais e das relações de trabalho tornam-se a “questão do dia” para serem efetivadas com muito mais rigor (GOIS, 2020, p.24).

Quarto, as utilizações da força de trabalho do assistente social, nos marcos desse mercado flexível, estão sujeitos ao trabalho intensificado - superexploração - com um alcance de metas de produtividade altíssimas em um curto período de tempo. Assim, o profissional precisa realizar diversas tarefas simultâneas - polivalência - e é ampliado o consumo de sua energia pessoal, o que reflete nas relações sociais e na saúde deste trabalhador. É passível às imposições do mercado que busca a absorção da subjetividade dos trabalhadores, o assistente social também está adestrado ao trabalho alienado. As premissas dessa lógica incentivam a canalização das forças cognitivas do trabalhador e estimula a individualidade e a competitividade nos postos de trabalho, seja através do discurso do mérito ou da bonificação dos profissionais mais "competentes", podendo também se manifestar tanto na vida pessoal e familiar, como na saúde física e mental, muito devido à intensificação e o desgaste da sua força de trabalho e das condições precárias às quais, majoritariamente, realiza suas atividades. Além disso, a padronização, burocratização e rotinização do trabalho também trazem bastantes consequências para os profissionais.

Vale ressaltar, que no Brasil, na década de 1990, com a incorporação das políticas neoliberais e concretização do desmonte das políticas sociais e da legislação protetora do trabalho, que até os dias atuais é marcada por uma política econômica de ajuste fiscal, inúmeras consequências foram apresentadas aos trabalhadores e consecutivamente novas demandas para os profissionais do Serviço Social, que é um dos gestores e executores dessa política. Isto porque “a política social está subordinada à política econômica, interferindo na qualidade dos serviços públicos que são prestados à população, bem como reflete nas condições de trabalho dos profissionais que atuam na área social” (CAVALCANTE; PRÉDES, 2010, p. 01).

Quinto, esses processos de precarização do trabalho tem se intensificado, ainda mais, com as restrições necessárias para contenção da pandemia do covid-19, principalmente no que diz respeito ao home office, teletrabalho, e a uberização. De acordo com um levantamento feito pelo IBGE, em 2018, 3,8 milhões de brasileiros trabalhavam de maneira remota. Em 2020, uma pesquisa realizada pela empresa de consultoria BTA, por causa da pandemia, 43% das empresas brasileiras adotaram o home office, e as estatísticas indicam que essa forma de trabalho ainda deve crescer cerca de 30%, o que abarca também o trabalho dos assistentes sociais. O CFESS, 2020, trouxe algumas orientações para o teletrabalho e teleperícia dos profissionais, identificando como essa forma organizacional do trabalho pode “intensificar a

exploração e dificultar a organização política da classe trabalhadora”, principalmente para a categoria profissional que a entende como uma “soma à defesa da privatização dos serviços públicos, apreendido como algo eficaz a ser copiado das empresas privadas, em uma lógica gerencialista, sem se preocupar com os impactos sobre a qualidade do serviço prestado” (*idem*). Tudo isso vinculado à uberização das relações de trabalho, que causa uma separação entre o tempo da vida no trabalho e fora dele através, principalmente, do mercado mundial dos aplicativos e plataformas digitais.

E por fim, depois de todo esse movimento, encontram-se os limites e as possibilidades, que essa ordem capitalista impõe aos profissionais. Com a ajuda de alguns autores como, Netto, Iamamoto, Guerra, Raichelis e Serra foram possíveis nos aproximar de algumas possibilidades de agir profissional que defenda a liberdade, equidade e democracia. Dentre as várias tendências, algumas já realidades, apresentadas pelos autores, a defesa dos estudos e da pesquisa como elemento fundamental para um profissional crítico e comprometido com as lutas da classe trabalhadora é fundamental, aprofundando a atual direção profissional, de uma formação generalista com o objetivo de se pensar um perfil profissional intelectual e não somente técnico.

Ademais, todos esses elementos evidenciam a urgência de estudos e pesquisas cada vez mais qualificadas sobre as situações concretas de trabalho dos profissionais, as formas como as quais se assumem nos diferentes espaços ocupacionais e “as diversas atividades que desenvolvem no cotidiano das instituições públicas e privadas, na relação com os diferentes empregadores institucionais, exigindo um diálogo cada vez mais próximo entre formação, exercício profissional, pesquisa e produção de conhecimento”, (RAICHELIS, 2011, p.435).

Na conjuntura dos grandes desafios a serem enfrentados no mundo do trabalho profissional, mantém-se a perspectiva de avançar na luta coletiva a partir de uma multiplicidade de espaços que possam forjar sujeitos coletivos capazes de fortalecer os espaços de enfrentamento e resistência diante das diferentes formas de o capital subjugar o trabalho vivo a seus interesses particularistas de acumulação e centralização crescentes, (RAICHELIS, 2011, p.435).

Desta forma, como já apontado pela autora, é essencial a luta pela qualificação e capacitação continuada, bem como a defesa por espaços institucionais coletivos de estudo sobre o trabalho, bem como destacar a importância dos debates sobre “as concepções que orientam as práticas e os efeitos por elas produzidos nas condições de vida dos usuários”.

Quanto mais qualificados os trabalhadores sociais, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar o assédio moral no trabalho, os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais. Embora a perspectiva neoliberal se utilize de inúmeros mecanismos para dividir o conjunto dos trabalhadores e suas entidades representativas, é através da organização coletiva que se criam condições

concretas para a resistência frente à violação dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e fortalecimento do compromisso do Serviço Social por uma sociedade emancipada (RAICHELIS, 2011, p.436).

A suplantação dos impasses colocados ao Serviço Social nas instituições necessitam de profissionais que conduzam suas ações tendo como fundamentos os condicionantes profissionais que, de acordo com Viana (2011, p.63), “através do olhar crítico da realidade utilize de mediações entre o universal e o singular para entender a realidade e criar possibilidades de transformação”. Aprender a realidade característico desse modo de produção capitalista é o ponto de partida para a construção de uma visão crítica sobre a maneira que está sendo conduzida a sociedade, e esse olhar só é possível se o profissional estiver “sempre proposto a investir no seu aprimoramento, capacitar-se tecnicamente, contrapor-se ao paradigma burocrático e autocrático”(idem), e ao mesmo tempo possuir consciência da conjuntura econômica e social e clareza da dimensão política de suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **A eliminação dos custos associados ao direito e à proteção do trabalhador constitui a espinha dorsal da reforma trabalhista.** Entrevista especial com Ludmila Abílio. 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/574556-a-eliminacao-doscustos-associados-ao-direito-e-a-protecao-do-trabalhador-constitui-a-espinha-dorsalda-reforma-trabalhista-entrevista-especial-com-ludmila-abilio>. Acesso em 13 dez. de 2017.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS 2009.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. (2005), “Recentralizando a Federação?” **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, Vol. 24, pp. 29-40, Junho de 2005.

ALMEIDA, N. L. T. "*Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social*". **Serviço Social e Sociedade** n° 52. São Paulo, Cortez, dez. 1996.

ALVES, Giovanni. VIZZACCRO-AMARAL, André Luís() **Trabalho e saúde : a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no Século XXI.**- São Paulo : LTr, 2011.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho** 2ª edição, Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **Trabalho e subjetividade – o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

ALVES, M. A; TAVARES, M. A. **A dupla face da informalidade do trabalho: “autonomia” ou precarização.** In: Ricardo Antunes (org). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.* São Paulo, SP. Boitempo, 2006.

_____. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

AMARAL, Ângela Santana do. CESAR, Mônica de Jesus. O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.** CFESS 2009.

ANTUNES. Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A dialética do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011

ARIENTI, Wagner Leal. **Uma análise regulacionista das reformas do Estado capitalista: rumo ao Estado pós-fordista?** Textos de Economia, v. 8, n. 1. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, 2002. p.1-36.

ARRETCHE, Marta. (2002), “Relações federativas nas políticas sociais”. **Educação e Sociedade**, vol.23, no. 80.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. Economia Solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In; SILVA, Maria Ozanira da; YAZBECK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. - 2.ed. - São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980). **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro - 2ª semestre de 2017 - n.40, v. 15.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. - 6.ed. - São Paulo : Cortez, 2009. - (Biblioteca básica de serviço social ; v.2).

_____. Política Social – fundamentos e história. **Biblioteca Básica de Serviço Social**, São Paulo, Cortez Editora, 2006. v. 2.

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. Tradução Wanda Caldeira Brant. - 2.ed. - São Paulo: Boitempo, 2010.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. Xamã Editora, 1.ed., São Paulo, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 557-584, jul./set. 2011.

BOURDIEU, P. **O neoliberalismo, utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites**. In: Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo. 2012.

BRASIL. ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRASIL TEM 2ª MAIOR CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO MUNDO, DIZ RELATÓRIO DA ONU. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/09/brasil-tem-segunda-maior-concentracao-de-renda-do-mundo-diz-relatorio-da-onu.ghtml>> Acesso em: 07/04/2020

BRESCIANINI, Carlos Penna. Orçamento aprovado pelo congresso para 2020 é o mais restritivo dos últimos anos. **Senado Notícias** - Senado Federal. Fonte: Agência Senado Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/27/orcamento-aprovado-pelo-congresso-para-2020-e-o-mais-restritivo-dos-ultimos-anos>> Acesso em: 09/04/2020

BRESSER PEREIRA, L. C. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996

_____. **A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1997.

CAMPAGNOLLI, Sandr. **Desvendando uma relação complexa: o Serviço Social e o seu instrumental técnico**. São Paulo: PUC/SP, 1993. Dissertação.

CARDOSO, Fernando Henrique. “**Notas sobre a reforma do Estado**”. *Novos Estudos/CEBRAP*, 50, 1998.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil**. São Paulo: Papel Social, 2013.

CARLEIAL, L. VALLE R (ORGS) **Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil**. SP, HUCITEC-ABET, 1997.

CARVALHO, Mariana Costa. **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão**. 2011. Juiz de Fora. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2011

_____. **Trabalho no Brasil: tendências históricas e as novas exigências de realização do valor**. Orientadora: Rosângela Nair de Carvalho Barbosa. Tese de Doutorado. UFRJ – 2019.

CASTRO, Celso. **A proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2000.

CASTRO, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. Dissertação (Pós-graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina/ Manuel Manrique Castro; tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. – 12. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011**

CAVALCANTE. Girlene Maria Mátis. PRÉDES, Rosa. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v.10, n.1, p. 1 - 24, jan-jun / 2010

CEOLIN, George Francisco. *Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social*. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMIN, Alvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdade no Brasil: 1960-2010. In ARRETCHE, Marta (Org.) **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, CEM, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social. 1997.

_____. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto da pandemia**. Home Page: <http://www.cfess.org.br>. 2020.

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. **Instrumentalidade do Serviço Social: Dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e exercício profissional**. Dissertação de mestrado, UFRN, Natal/RN, 2008.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos. **Relações de trabalho sem proteção: de volta ao período anterior a 1930?**. Nota Técnica. Nº 179. Maio de 2017(a). Disponível em <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec179ConjunturaReforma.html>>. Acesso em 2 de ago. de 2018.

DRUCK, Graça. **Principais indicadores da precarização social do trabalho no Brasil (versão preliminar)**. In: Congresso brasileiro de sociologia. Grupo de trabalho sindical, trabalho, trabalho e ações coletivas, 14. Rio de Janeiro, jul. 2009.

_____. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Salvador: Caderno CRH, 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. RAP- **Revista de Administração Pública**, v.35, n.1, p.119-144, jan.fev. 2001.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila Val de. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 15, n. 1, p. 96 - 113, jan./jul. 2016.

RORD, H. **Os princípios da prosperidade**. Trad. Monteiro Lobato. São Paulo: Livraria Freitas Bastos, 1967.

GOES, Geraldo S.; MARTINS, Felipe S.; NASCIMENTO, José A. S. Nota Técnica: potencial de teletrabalho na pandemia: um retrato no Brasil e no mundo. **Carta de Conjuntura**, n. 47, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200608_nt_cc47_teletrabalho.PDF. Acesso em: 14 jul. 2020.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Trabalho precarizado, política social e Serviço Social: elementos para a análise das condições de trabalho dos assistentes sociais na assistência estudantil do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2020.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Grupo Gen: LTC, 2013.

GRAMSCI, A. A concepção dialética da História. Rio de Janeiro, civilização Brasileira, 1968.
- Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, **Civilização Brasileira**, 3. ed., 1978. - "Problemas da Vida Cultural". In: Obras Escolhidas. 2 vols. Lisboa, Estampa, 1974.

_____. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. Ed. **Civilização Brasileira**, 1980.

_____. Cartas do Cárcere. Ed. **Civilização Brasileira**, 1987.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

_____. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

_____. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

_____. "Ontologia do ser social: bases para a formação profissional" In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mod. 04: O trabalho do assistente social e as políticas sociais, Brasília: UNB/CEAD, 2000a.

_____. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 62. São Paulo: Cortez, 2000b.

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. ROCHA, Maria Aparecida Marques de. Transformações no mundo do trabalho: repercussões no mercado de trabalho do assistente social a partir da criação da LOAS. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), vol. 7, núm. 1, janeiro-junho, pp. 23-41. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil. 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 1989. Tradução: SOBRAL, Adail Ubirajara. GONÇALVES, Maria Stela. Edições Loyola, SP, Brasil, 2008.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - **PNAD Contínua**. Mercado de Trabalho Brasileiro. 4º trimestre de 2017. 23 de fevereiro de 2018. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Serviço Social na cena contemporânea.** In. Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **CFESS**. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2002.

_____. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social.** In. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS 2009.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 15. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

JESSOP, B. (1993) "Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-fordist political economy". **Studies in Political Economy**, n. 40, Spring, pp. 7-39.

_____. (1998) "**A globalização e o Estado nacional**". Crítica Marxista.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim de Mercado de Trabalho - **Conjuntura e Análise** nº 24, Agosto 2004. Análise do mercado de trabalho. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_24f.pdf> Acesso em 22 jan. de 2019.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim de Mercado de Trabalho - **Carta de Conjuntura** nº 46, 1º trimestre de 2020. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200312_cc_46_mercado_de_trabalho.pdf> Acesso em 04 de maio de 2020.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda [e] inflação e deflação.** São Paulo; Nova Cultura, 1985. (Col. Os Economistas.)

LEAL, Rosimar Abreu. **Política de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto na Cidade de Nova Iguaçu.** PUC- RJ. Dissertação de Mestrado. 2012.

LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Descentralização das Políticas Sociais no Brasil: o lugar dos estados no processo de municipalização. **Revista Política Hoje**, Vol. 18, n. 2, 2009.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1995.

LIRA, Izabel Cristina Dias. Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade. In; SILVA, Maria Ozanira da; YAZBECK, Maria Carmelita (Org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo.** - 2.ed. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2008.

LOAS. **Lei Orgânica da Assistência Social** nº 8742/9.

LOPES, J. B. e ABREU, M. M. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, n. esp., ago. 2010.

MACHADO, Graziela Scheffer. O Serviço Social nas ONGs no campo da saúde: projetos societários em disputa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 102, p. 269-288, abr./jun. 2010.

MARX, Karl. *Teorias da Mais Valia. História crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1974. v. 1.

_____. *O Capital: Crítica da economia política*. V. I, 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. **Sobre a questão judaica**. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd; tradução Nélio Schneider, [tradução de Daniel Bensaïd, Wanda Caldeira Brant]. São Paulo : Boitempo, 2010.

_____. *Grundrisse*. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução Osvaldo Coggiola; [tradução Álvaro Pina e Ivana Jinkings]. - 1.ed. revista - São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Paulo Todescan Lessa. **A formação do estado regulador**. Novos estudos. - CEBRAP no.76 São Paulo Nov. 2006.

MENEZES, Viviane de Araújo. MOURA, Eptácio Macário. **A instrumentalidade do processo de trabalho do Serviço Social**: por uma práxis ascendente à razão instrumental. VI Seminário - Crise e mundo do trabalho no Brasil, desafios para a classe trabalhadora. CETROS. Universidade Estadual do Ceará, 2018.

MORAES, C. A de S. SCHOCAIR, G. M. M. *Tendências do mercado de trabalho de serviço social brasileiro na entrada do século XXI: Análise de indicadores nacionais, estaduais e regionais*. XVI ENPESS. UFES. Vitória-ES. Dezembro, 2018.

MOTA, A. E.; AMARAL, Â. S. do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2006.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino**: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

NETO, Ricardo Borges Gama. Minimalismo schumpeteriano, teoria econômica da democracia e escolha racional. **Rev. Sociol. Polit.** vol.19 no.38 Curitiba Feb. 2011.

NETTO, José, Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº50, ano XVII, abril de 1996.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, V. S. de P. *Serviço Social na área da educação: condições e relações de trabalho dos assistentes sociais no Município de Juiz de Fora/MG*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

OIT/CEPAL/PNUD. Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente. Brasília, **OIT, CEPAL, PNUD**, 2008.

OLIVEIRA, Andressa Somogy de. CASTRO, Carla Appollinario de. SANTOS, Hudson Silva dos. Trabalho informal e empreendedorismo: faces (in)visíveis da precarização. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 3, set./dez. 2017.

ONU: 10% MAIS RICO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS CONCENTRAM 41% DE TODA RENDA SALARIAL. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-10-mais-rico-dos-trabalhadores-brasileiros-concentram-41-de-toda-renda-salarial/>> Acessado em: 07/04/2020.

ORÇAMENTO DA UNIÃO. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao>> Acesso em: 08/04/2020

PAGOTTO, M. Amélia. **Mito e Realidade na automação bancária**. Dissertação de mestrado. Campinas, UNICAMP/IFCH, 1996.

PALUDO, A. *Administração Pública* (3rd ed., p. 608). Rio de Janeiro: Elsevier. 2013.

PERREIRA, Potyara Amazoneida P.; STEIN, Rosa Helena. Política Social: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. (pág. 106 a 130). In: BOSCHETTI, Ivanete, [et.al]. (orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRÉDES, Rosa. PEREIRA, Sarah Bernado. **O mercado de trabalho do Serviço Social no interior de Alagoas e o processo de descentralização das políticas públicas**. II Jornada internacional de políticas públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luís - MA, 23 a 26 de agosto de 2005.

PIMENTA, Carlos César. A reforma gerencial do Estado brasileiro no contexto das grandes tendências mundiais. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro. v. 32, n. 5, p. 173-199, set./out. 1998.

RAICHELIS, Raquel. *O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos*. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

_____. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS 2009.

_____. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

_____. **Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo**. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no serviço social. São Paulo, Cortez, 2018.

REZENDE, F. da C. *Por que falham as reformas administrativas?*. Rio de Janeiro: FGV. 2004

SALVADOR, E. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, out./dez. 2010. Disponível em: . Acesso em: 24 jul. 2015

SANTOS, Maria Teresa dos. MANFROI, Vania Maria. Condições de trabalho das/os assistentes sociais: precarização ética e técnica do exercício profissional. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro - 2ºSemestre de 2015-n.36, v.13, p. 178-196.

SARMENTO, Helder B. de M, **Instrumentos e técnicas em Serviço Social**: elementos para uma rediscussão. PUC: São Paulo, 1994. Dissertação.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERRA, Rose. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social. In: SERRA, R. (org.). **Trabalho e reprodução: enfoques e abordagens**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

SILVA, A. A. **A profissão de Serviço Social no limiar do novo século**. São Paulo, PUC-CRESS, 1996.

SILVA, Ociana Donato da; RAICHELIS, Raquel. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.123, pp.582-60, 2015.

SILVA, Anália Barbosa da.. SILVA, Diego Tabosa da. JUNIOR, Luiz Carlos de Souza. **O Serviço Social no Brasil**: Das origens à renovação ou o “fim” do “início”. 2016.

SILVA, Ilse Gomes. A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contradições. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS)** . Capa > n. 7. São Paulo. 2001.

SILVEIRA, Heber Rocha; COSTA, Renato Eliseu; OLIVEIRA, Vivian Satiro de. A descentralização de políticas públicas no Brasil e o Sistema Único de Assistência Social. In: **I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade**. Fortaleza. 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 3a ed., São Paulo, Cortez, 2009.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação, Ponta Grossa**, 8(1): 119-132, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>

SOUZA. Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. Aprovado: 15/09/2020.

SOUZA, Celina. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 7, n.3, 2002, pp. 431-442.

SOUZA. Ney de. Ação católica, militância leiga no Brasil: Méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica** - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção: informalidade e precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro, UFRJ, Tese de Doutorado, 2002.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, Joaquina, B. BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF. CFESS/ABEPSS. 2009.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais **Revista Temporalis** nº04, Ano II, julho a dezembro de 2001. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Brasília: ABEPSS, Grafile. P. 21-39.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros. **Empreendedorismo e Formalização do Trabalho: o Programa Microempreendedor Individual no Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2017.

VIANA, Luciana Carvalho. **As condições objetivas e subjetivas do trabalho do serviço social no hospital municipal de Rio das Ostras**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. 2011.

WACQUANT, L. A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo. In: SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. (org.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social**. São Paulo: Boitempo. 2003.